



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

**Centro de Educação e Humanidades**

**Faculdade de Formação de Professores**

**Brunno Linhares Rocha**

**A educação na política gonçalense a partir do Movimento em Prol da  
Escola Municipal Luiz Gonzaga (2006 a 2010)**

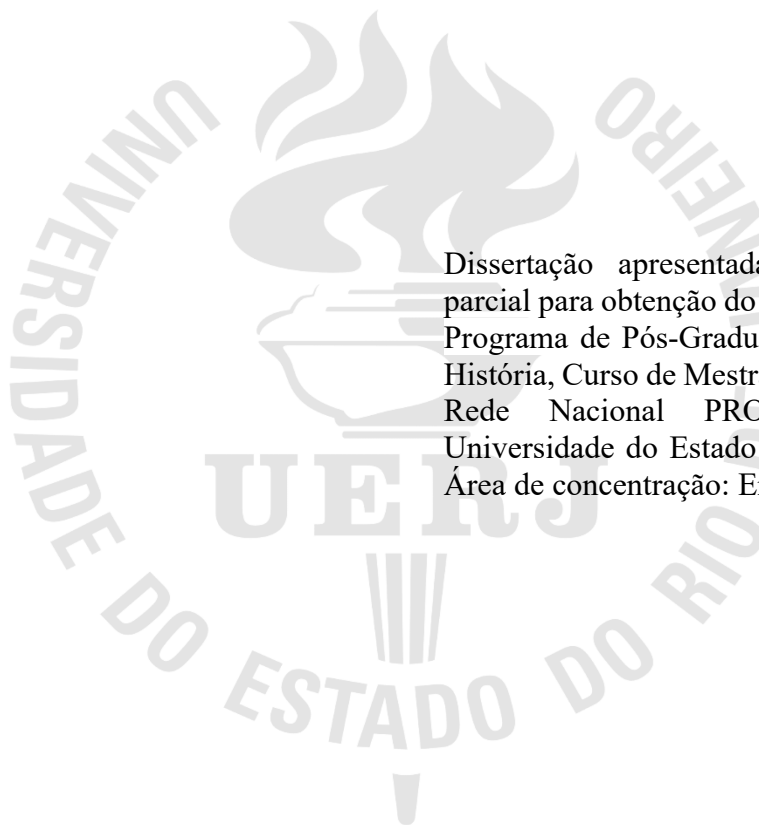
São Gonçalo

2025

Brunno Linhares Rocha

**A educação na política gonçalense a partir do Movimento em Prol da Escola Municipal**

**Luiz Gonzaga (2006 a 2010)**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Ferraz Felipe

Coorientador: Prof. Dr. Ruy Aniceto

São Gonçalo

2025

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

R672  
TESE

Rocha, Brunno Linhares.  
A educação na política gonçalense a partir do Movimento em  
Prol da Escola Municipal Luiz Gonzaga (2006 a 2010) / Brunno  
Linhares Rocha. – 2025.  
130f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Ferraz Felipe.  
Coorientador: Prof. Dr. Ruy Aniceto.  
Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional  
PROFHISTORIA) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro,  
Faculdade de Formação de Professores.

1. Educação e Estado – Teses. 2. Comunidade e escola – Teses.  
3. História oral – Teses. I. Felipe, Eduardo Ferraz. II. Aniceto, Ruy.  
III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de  
Formação de Professores. IV. Título.

CRB7 – 6150

CDU 37.014

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Brunno Linhares Rocha

**A educação na política gonçalense a partir do Movimento em Prol da Escola Municipal  
Luiz Gonzaga (2006 a 2010)**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTÓRIA, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ensino de História.

Aprovada em 18 de fevereiro de 2025.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Eduardo Ferraz Felipe (Orientador)  
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

---

Prof. Dr. Ruy Aniceto (Coorientador)  
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

---

Prof. Dr. André de Lemos Freixo  
Universidade Federal de Ouro Preto

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Mariana Tereza Goudard Tavares  
Faculdade de Formação de Professores - UERJ

São Gonçalo

2025

## DEDICATÓRIA

À Lorena

Homenagem póstuma a professora Rosália.

## AGRADECIMENTOS

Cursar o mestrado e escrever a dissertação não foi nada fácil. Conteí com muitos apoios e compreensão de pessoas queridas que estiveram ao meu lado e me ajudaram nesta jornada. Foi muito importante para mim o apoio e a compreensão da minha filha, Lorena, que com seus 7 anos, no momento em que ingressei no Profhistória, entendeu que era importante para mim esse desafio e sempre respeitou os momentos em que eu precisei me ausentar para estudar. Todo meu esforço nessa dissertação é por ela também, por essa criança que traz sentido a tudo na minha vida.

Nada disso seria possível se não fosse o apoio da minha família tanto no cuidado com a Lorena, quando eu precisava estar ausente, como no cuidado comigo, com as minhas crises de ansiedade e atribulações que passei ao longo desse período, que não foram poucas. À minha Sônia e ao meu pai Francisco, agradeço de todo o coração por toda a dedicação e afeto dispendidos a mim e a Lorena. Meus irmãos Jullyana e Davi e minha cunhada Victória, meus sinceros agradecimentos por terem me ajudado neste período com a Lorena, quando não pude estar presente. Vocês foram essenciais nesta caminhada. Não poderia esquecer de agradecer a Gleice Marques Amaro, minha querida amiga, que foi quem me incentivou a tentar a seleção do Profhistória, quando ainda namorávamos. Se não fosse pelo incentivo dela, eu não teria realizado a seleção e conseqüentemente, nada disso teria acontecido. Muito obrigado, Dra. Gleice.

O programa do Profhistória é interessantíssimo, pois nos permite cursar disciplinas nas diversas universidades conveniadas. Embora minha matrícula seja na UERJ, cursei grande parte das disciplinas no IFCS e lá pude fazer parte de uma turma incrível, com pessoas geniais e que se tornaram amigos. Quero deixar aqui meu agradecimento a todos dessa turma por termos feito parte da caminhada um dos outros. Um agradecimento especial a Giselli, que me auxiliou e incentivou muito na fase final da produção desta dissertação. Agradeço também ao meu orientador Eduardo Ferraz, que teve sensibilidade de compreender minhas questões particulares, que acabaram por me fazer perder alguns prazos.

Agradeço em especial à professora Marina, sem ela nada disso teria sido possível. Marina foi pedra basilar desta dissertação. Através dela conheci a história da escola e tive acesso às fontes que baseiam esta pesquisa. Agradeço a Marina e a todos os que fizeram parte do Movimento em Prol do Luiz Gonzaga pela existência da escola hoje. A luta de vocês foi essencial para que a Escola Municipal Luiz Gonzaga permanecesse de pé.

À todos que concordaram em contribuir com esta dissertação através do seus depoimentos, meus mais sinceros agradecimentos. Agradeço à professora Iara, que muito contribuiu com suas memórias sobre a escola e sobre o SEPE-SG; à Maria Beatriz Lugão, que embora eu faça oposição a sua chapa no Sepe-SG, foi extremamente solícita e contribuiu bastante com seu depoimento esclarecendo a atuação do SEPE-SG na luta pela EMLG. Agradeço ao ex-aluno Carlos Coelho, que enriqueceu esta dissertação trazendo para o debate a perspectiva discente sobre a EMLG. Por fim, meus sinceros agradecimentos a Marlos Costa, que com seu depoimento brilhante ajudou-me a compreender a política gonçalense por dentro.

Concluo agradecendo aos alunos da 802, do ano de 2024, da EMLG. Vocês foram incríveis. A proposta pedagógica desta dissertação só pôde ser concluída com sucesso devido ao empenho e dedicação de cada um de vocês. Muito obrigado, vocês estarão sempre marcados na minha memória e no meu coração.

O espaço é o grande organizador da vida social.

*Milton Santos*

## RESUMO

ROCHA, Brunno Linhares. A educação na política gonçalense a partir do Movimento em Prol da Escola Municipal Luiz Gonzaga (2006 a 2010). 2025. 130f. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2025.

A escolha de São Gonçalo como sede do CICOMPERJ gerou consequências para a educação local. Uma escola municipal foi derrubada para dar lugar ao prédio do CICOMPERJ. Isto fez com que a comunidade escolar se reunisse em um movimento social para lutar por novas dependência para a escola. Esta dissertação analisa este movimento dentro de uma perspectiva local, porém, em profunda relação com a perspectiva global. Para isso, o método de variação de escalas de Jacques Revel e categorias de análise como verticalidade e horizontalidade de Milton Santos serão cruzados buscando otimizar a análise do objeto.

Palavras-chave: educação pública em São Gonçalo; CICOMPERJ; comunidade escolar; história oral.

## ABSTRACT

ROCHA, Brunno Linhares. Education in Gonçalense politics from the Movement in Favor of the Luiz Gonzaga Municipal School (2006 to 2010). 2025. 130f. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2025.

The choice of São Gonçalo as the headquarters of CICOMPERJ had consequences for local education. A municipal school was demolished to make way for the CICOMPERJ building. This caused the school community to come together in a social movement to fight for new facilities for the school. This dissertation analyzes this movement from a local perspective, however, in deep relationship with the global perspective. To this end, Jacques Revel's method of varying scales and analysis categories such as verticality and horizontality by Milton Santos will be crossed seeking to optimize the analysis of the object.

Keywords: public education in São Gonçalo; CICOMPERJ; school community; oral history.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 –	Região Metropolitana do Rio de Janeiro .....	23
Mapa 2 –	Baía de Guanabara .....	23
Mapa 3 –	Rodovias e bairros .....	24
Mapa 4 –	Bairros de São Gonçalo .....	26
Figura 1 –	Aulas são suspensas em escola por causa de infestação de pulgas (Matéria do Jornal Extra) .....	47
Figura 2 –	Pulgas em escola pública de São Gonçalo podem indicar infestação de ratos, afirma especialista (Matéria do Jornal Extra) .....	47
Gráfico 1 –	Importação de derivados do petróleo .....	78
Figura 3 –	O COMPERJ .....	80
Mapa 5 –	Área de Influência do COMPERJ .....	80

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	O que diziam as pesquisas eleitorais .....	67
Tabela 2 –	Composição da Câmara Municipal de São Gonçalo .....	72

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CICOMPERJ	Centro de Integração do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro
COMPERJ	Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro
EMLG	Escola Municipal Luiz Gonzaga
Semed	Secretário Municipal de Educação
Sepe - RJ	Sindicato dos Profissionais da Educação do Estado Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
1	<b>A CIDADE DE SÃO GONÇALO, A ESCOLA MUNICIPAL LUIZ GONZAGA, O MOVIMENTO EM PROL DA ESCOLA MUNICIPAL LUIZ GONZAGA E A POLÍTICA EDUCACIONAL NA CIDADE</b> .....	21
1.1	<b>A importância da cidade de São Gonçalo</b> .....	21
1.2	<b>A EMLG e o MPLG</b> .....	30
2	<b>A EDUCAÇÃO NA POLÍTICA GONÇALENSE, A INFLUÊNCIA DO PROJETO DO COMPERJ NA POLÍTICA DE SÃO GONÇALO E O JOGO DE ESCALAS</b> .....	56
2.1	<b>A escolha de diretores nas escolas municipais de São Gonçalo</b> .....	56
2.2	<b>O financiamento público de escolas privadas em São Gonçalo</b> .....	59
2.3	<b>O governo de Edson Ezequiel e a educação</b> .....	62
2.4	<b>O governo Aparecida Panisset e a educação</b> .....	65
2.5	<b>O Comperj e a lógica empresarial do espaço</b> .....	75
2.6	<b>Jogo de escalas</b> .....	81
3	<b>A HISTÓRIA ORAL</b> .....	85
3.1	<b>O status da história oral</b> .....	85
3.2	<b>As entrevistas</b> .....	88
3.2.1	<u>Professora Marina Fernandes – Ex-professora da EMLG e liderança do MPLG</u> .....	91
3.2.2	<u>Marlos Costa – Ex-vereador e ex-presidente da comissão de educação da Câmara do Vereadores de São Gonçalo</u> .....	96
3.2.3	<u>Professora Iara – Ex-professora da eEMLG e Ex-dirigente do Sepe-SG</u> .....	104
3.2.4	<u>Maria Beatriz Lugão Rios – Dirigente do Sepe-SG</u> .....	108
3.2.5	<u>Carlos Coelho – Ex-aluno</u> .....	109
	<b>CONCLUSÃO</b> .....	117
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	120



## INTRODUÇÃO

Carlo Ginzburg<sup>1</sup> ao defender seu modelo de História social, projetada de baixo para cima, atenta aos indivíduos em sua relação com outros indivíduos, recorre ao termo “nome” como símbolo do que há de mais individual e caro à microstória. Diversos nomes fazem parte desta pesquisa e aparecerão ao cabo que o leitor percorra essas páginas. Brunno Linhares Rocha, este é o primeiro nome que quero citar para que se entenda a relação entre pesquisador/estudante e objeto de pesquisa. Antes de falar sobre a minha relação com a EMLG e com a cidade de São Gonçalo, preciso falar sobre a minha relação com a escola pública sobretudo com a escola municipal.

Avenida Nossa Senhora da Penha, este foi meu endereço desde meus primeiros dias de vida até os meus 11 ou 12 anos. Bairro da Penha, zona norte da cidade do Rio de Janeiro. Por lá também iniciei meus estudos cursei quase todo ensino fundamental 1, à época primário, em uma grande escola municipal chamada Conde de Agrolongo, situada em rua homônima. Já no ginásio, eu houvera mudado de bairro, mas me mantive nas adjacências da Penha, mudei-me para um bairro vizinho chamado Vila da Penha. Neste momento eu estava no ginásio, ano 2000, estudei na Escola Municipal Ary Quintella até me formar no antigo 1º grau. Em 2004, ingressei na Escola Técnica Estadual Juscelino Kubitschek, cursava ensino médio e técnico em Eletrotécnica.

Nunca fui um aluno exemplar, embora não tivesse dificuldades com os conteúdos das disciplinas. Lembro bem das aulas de História do professor Gilvan que me deu aulas da 5ª a 8ª série. Foram nessas aulas que despertei minha consciência de classe e já ali na sétima série me identificava com as causas populares e me entendia como de esquerda. Como advertido no parágrafo acima, os nomes cá vêm surgindo. Dentre os nomes que mais me marcaram na minha formação básica estão o do já citado professor Gilvan e o da professora Adriana Borba, esta deu-me aulas apenas no sétimo ano, mas sua influência positiva na minha vida extrapolou os muros da escola e o correr do calendário. Adriana foi minha professora de matemática, e contrariando o que se espera de um profissional das ciências humanas, a matemática no ensino fundamental era minha disciplina favorita e de longe a que eu mais me destacava. A matemática para mim representava um desafio deleitoso, conseguir decifrar seus enigmas era o primeiro ponto, depois eu buscava e sempre encontrava um caminho mais simples para se chegar ao

---

<sup>1</sup> REVEL, Jacques. Micro-história e macro-história o que as variações de escalas ajudam a pensar um mundo globalizado. *Revista brasileira de Educação*, v. 15, n. 45, set./dez. 2010, p. 438.

resultado revelando o caminho traçado à professora, que se encantava com a minha facilidade com os números e com a geometria.

Adriana é para mim o que chamamos cá na academia de “professora marcante”. Vindo de família pobre e de poucos estudos, pude ter nas aulas de matemática do sétimo ano o reconhecimento e o estímulo que não tivera em casa. Adriana sempre me incentivava, me elogiava, me aconselhava, ressaltava minha inteligência e isso foi criando um sentimento de bem querer e de respeito para com a professora. O menino impossível, atentado, dentre tantos outros adjetivos, recompunha-se com um simples olhar de desaprovação da professora Adriana. Sinto que estes dois professores Gilvan e Adriana têm imensa contribuição para que hoje eu exerça a atividade do magistério.

Com o passar dos anos e a chegada da vida profissional a luta pela educação pública, gratuita e de qualidade passa a ser a tônica da minha atuação política. É justamente nesse momento que alguns elementos começam a se cruzar na minha jornada. No início de 2014, eu me formei em História na Universidade Federal Fluminense. Somente consegui trabalhar no magistério dois anos depois. O mês era fevereiro, minha filha nascera em novembro do ano anterior. A primeira oportunidade que tive de lecionar foi em uma escola privada na Ilha do Governador, porém, 5 meses depois fui aprovado no concurso público do magistério da rede municipal de São Gonçalo. Eis onde se entrelaçam a minha relação com a cidade, com a EMLG e com a luta sindical.

Aprovado, convocado e tendo tomado posse da vaga de professor de História na rede municipal de São Gonçalo, a última etapa era escolher a escola em que eu me lotaria. A localização geográfica da EMLG foi o fator que me fez escolhê-la. Morando no Rio de Janeiro o percurso é longo e de muito tráfego, a EMLG fica mais perto do centro da cidade o que facilita a chegada de quem vem da capital. Posso dizer, sem sombra de dúvidas que a minha relação com São Gonçalo começa pela unidade escolar em que trabalho até hoje. A experiência de poder viver a escola pública novamente, desta vez a partir do olhar do docente foi o que me encantou e me encanta até hoje, a experiência de viver e reviver a escola pública é inenarrável. Talvez, Milton Nascimento consiga de forma sublime e bem complexa, em apenas um verso, sintetizar esse sentimento “há um passado no meu presente”<sup>2</sup>. Por ter sido considerado durante todo o meu percurso escolar um aluno “problema”, no papel de professor sempre busquei e busco colocar-me no lugar dos estudantes e lembrar de como eu era quando tal. Esse sentimento de empatia me gerou um sentimento de pertencimento à escola e à sua história. Embora morando

---

<sup>2</sup> Milton nascimento – canção “bola de meia, bola de gude”, 1984.

no Rio, fui criando laços afetivos com a escola, com outras escolas da rede, onde fiz dobras e por conseguinte com a cidade. Senti-me aos poucos tornando-me gonçalense. Hoje moro há mais de um ano em São Gonçalo.

Conhecer a escola pública por dentro é conhecer a gente da cidade, conhecer o povo gonçalense. Encantei-me com São Gonçalo inicialmente, por seu povo, meus alunos, meus colegas de trabalho. A escola pública foi o meio pelo qual eu vivi primeiro o município, depois vieram os outros aspectos como a política e a experiência de morar na cidade.

A fundação da EMLG está intimamente ligada à conquista histórica do direito universal à educação, consolidada em 1988, na Constituição Federal, que preparou o terreno para a municipalização da educação. Acreditava-se que os municípios tinham a capilaridade necessária para atingir a maioria da população e grande parte da expansão da rede pública ficou a cargo dos municípios. Esta política, obviamente, foi adotada por cada município à sua maneira. No caso de São Gonçalo, sob a gestão do pedetista Edson Ezequiel, a rede municipal foi fortemente expandida com milhares de novas vagas ofertadas. A expansão da rede municipal em São Gonçalo também foi importante para frear o financiamento público da educação privada como veremos adiante.

Uma das escolas construídas em São Gonçalo, neste contexto, foi a Escola Municipal Luiz Gonzaga – EMLG. Uma escola com uma história de resistência e de formação de quadros políticos. Em 1990, a escola começa a funcionar com professores concursados, que tinham sido aprovados no concurso do ano anterior. A secretaria municipal de educação – Semed – funcionava no prédio ao lado da escola. Estar ao lado da Semed influenciou diretamente a rotina da escola e trouxe bastante visibilidade à unidade escolar nos momentos de embate com a prefeitura. Nesta escola se formaram muitas lideranças políticas que exerceram a direção do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação, núcleo São Gonçalo – SEPE-SG.

Ao longo do texto ficará claro o quanto a EMLG era importante para a sua comunidade escolar e para a luta da categoria através do sindicato. Uma comunidade escolar participativa, que criou laços afetivos e se uniram nas lutas pela educação e pela própria escola. Inúmeros eventos extraclasse eram desenvolvidos na escola contando com a participação e apoio dos pais e responsáveis e dos alunos em conjunto com o corpo de profissionais da educação. Pude notar que esteve muito presente nas falas das pessoas que entrevistei que trabalharam na EMLG, que a “EMLG era uma escola modelo”, “uma escola de ponta”. E os depoimentos e documentos analisados evidenciam isso.

No ano de 2006, a EMLG passou pelo pior momento de sua história. O projeto do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro – COMPERJ – vai cruzar o caminho da

EMLG de maneira definitiva. O projeto do governo Lula tinha a intenção de substituir importações produzindo diversos produtos a partir do petróleo e para isso, necessitava de formação especializada de mão de obra. A então prefeita de São Gonçalo, Aparecida Panisset, conseguiu, junto ao presidente Lula, que São Gonçalo sediasse o Centro de Integração do Comperj – CICOMPERJ – centro este, que tinha a função de formar a mão de obra para o trabalho no complexo petroquímico. O CICOMPERJ deveria estar em uma região central que desse visibilidade ao empreendimento, à Petrobrás, ao governo Panisset e ao governo Lula. É exatamente aí que a história do COMPERJ e da EMLG se cruzam. O local onde seria construído o CICOMPERJ era justamente o endereço da escola.

No segundo semestre de 2006, a EMLG recebeu um ofício da prefeitura com ordens para desalojar o prédio, pois o terreno houvera sido cedido à Petrobrás para a construção do CICOMPERJ. Eles tinham o prazo de 15 dias para saírem do prédio. A escola passou a funcionar então em um prédio adaptado, que era um antigo posto de saúde. O local era insalubre e não tinha condições dignas para abrigar uma escola. O primeiro prazo dado para a inauguração de um novo prédio para o funcionamento da EMLG foi o primeiro semestre de 2007. Porém, as obras só foram concluídas em 2010. Neste período a escola continuou funcionando no antigo posto de saúde com condições adversas das mais variadas desde infestação de pulgas à existência de um necrotério dentro da escola, o que gerava medo nos alunos, professores e funcionários.

Esta realidade levou a comunidade escolar da EMLG a se organizar e formar um movimento que defendesse os interesses da escola e que fosse em busca desta nova dependência para a continuidade de seu funcionamento. Este movimento envolveu diversas pessoas da comunidade escolar. Pais e responsáveis, pessoas que viviam ao redor da escola, funcionários administrativos e professores todos cobrando soluções do poder público para a situação da EMLG. O Sepe-SG teve participação importante nessa luta, tendo inclusive diretores do sindicato trabalhando na escola. O Movimento em Prol da Escola Municipal Luiz Gonzaga – MPLG – durou cerca de três anos e meio. Com a inauguração das novas dependências da EMLG esta batalha foi vencida, mas depois de muita resistência. Uma das perguntas que busco responder é “por que desalojar uma escola no centro da cidade? Uma escola de ponta, que absorvia alunos de diversos bairros e que era a única daquela área.

Para responder a esses questionamentos busquei articular conhecimentos da geografia e de diferentes vertentes da historiografia. Algumas categorias de análise desenvolvidas por Milton Santos serão de suma importância para esta dissertação tais como *horizontalidade*, *verticalidade*, *espaço geográfico*, *formação socioespacial*, *lógica empresarial do espaço etc.*

Essas categorias me dão a base teórica para entender o que é o espaço e como o global e o local se articulam. A partir daí, busco estabelecer uma relação de complementaridade entre as categorias desenvolvidas por Santos e a metodologia do “jogo de escalas” proposta por Jacques Revel. A proposta de Revel, grosso modo, caminha no sentido de aliar nas análises históricas, as perspectivas e realidades do nível microhistórico e do nível macrohistórico, compreendendo as interrelações entre eles. Uma importante ferramenta metodológica que me permitiu chegar ao nível microhistórico foi a história oral. Através de depoimentos coletados pude acessar informações importantes que contribuíram qualitativamente a esta dissertação.

As razões que me fazem eleger o MPLG e a EMLG como meu objeto de estudo gozam de relevantes inspirações que ajudam a compreender as dinâmicas entre o local, o global, a Geografia e a História. Debruçar-me sobre a história da EMLG, principalmente, do MPLG, permite-me mobilizar recursos teórico-metodológicos diversos que em sintonia têm o potencial de otimizar a percepção e a análise do objeto.

Esta dissertação se propõe a buscar em diferentes áreas do saber científico e da historiografia elementos que permitam-nos “enriquecer o real”. Com este objetivo, encontro na interdisciplinaridade um meio capaz de trazer recursos para tal enriquecimento metodológico. Uma importante aliada da História, sobretudo da História Local, é a Geografia. Pensemos, nada acontece em momento algum da nossa história, que não seja em um determinado local. As dimensões em que a vida se desenvolve, e, conseqüentemente, a história, são duas: o tempo e o espaço. O historiador há muito debate, teoriza e reflete sobre o tempo.

Falta-nos retomar o diálogo com a Geografia, que Lucien Febvre, e, principalmente, Fernand Braudel, propuseram nos idos do século XX. Veja bem, isto não significa que devamos tê-los como modelo metodológico, longe disso. As limitações da Escola dos Annales já foram frutos de muito trabalho acadêmico e produziram bons debates na arena da historiografia. Todavia, me nego a rechaçar todo um movimento como se ele nada tivera construído de positivo para o avanço da ciência histórica. Embora não seja suficiente para a explicação da totalidade histórica, como acreditavam seus idealizadores, a aproximação epistemológica entre a Geografia e a História contribui para avanços metodológicos significativos para uma compreensão mais completa e complexa do real.

Ora, se por um lado proponho a interdisciplinaridade como método, por outro, compreendo que para termos uma representação ainda mais enriquecida do real, necessitamos aliar esta perspectiva à um método que ajude a compreender as intrincações entre as diferentes dimensões do real, para tanto, a “variação de escala de análise”, proposta pelo historiador francês Jacques Revell, é uma ferramenta metodológica valiosíssima, que em conjunto com

determinados conceitos geográfico exponencia as possibilidades analíticas. Isto nos permite “cercar o rei” por diversas vias. Ou seja, ao apreender a realidade como um conjunto de fatores que se entrelaçam do global ao local e do tempo ao espaço, lançamos uma visão panorâmica ao objeto de estudo que é capaz de revelar as relações existentes nesse níveis e como elas se expressam na vida real.

Proponho como proposta pedagógica desta dissertação a produção de uma peça teatral com os alunos do oitavo ano, tendo como tema a história do MPLG. A construção desta peça se deu ao longo do bimestre com os alunos primeiramente entrando em contato com a história da escola e com as fontes históricas que ajudaram a contar a história do MPLG. Esta proposta pedagógica tem alguns objetivos específicos como a ambientação dos alunos com as fontes históricas e com o processo de produção do conhecimento histórico. Ademais, a possibilidade de expressões criativas e apoderamento da história da escola pelos alunos, visando resgate da autoestima destes a partir do conhecimento e reconhecimento da história da unidade escolar.

Esta dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, que conta com 2 itens, a ideia é apresentar a história da EMLG e do MPLG. No item 1.1, é feita uma rápida apresentação da cidade de São Gonçalo. No item 1.2. A história da EMLG e do MPLG são contadas e a partir delas alguns pontos da política educacional da cidade são abordados. O segundo capítulo está dividido em duas partes a primeira conta com as reflexões acerca da educação na política de São Gonçalo, alguns problemas críticos da rede municipal de ensino de São Gonçalo são abordado. Tratam-se do provimento de cargo de diretores escolares, que até hoje no município é feito através de indicação política, e de outra questão importante que assolou São Gonçalo até a década de 1990, o financiamento público da educação privada. Os dois próximos itens são uma análise dos governos de Edson Ezequiel e Aparecida Panisset, principalmente no tocante a educação. As duas gestões serão alvos de análise por serem o pano de fundo da fundação da EMLG e de sua demolição, respectivamente. Na segunda parte do capítulo 2, estão presentes as discussões teóricas e metodológicas. Porém, não há como compreender plenamente toda as circunstância que envolvem o desalojamento da EMLG, sem compreender o COMPERJ a partir do que é a *lógica do mercado global*. Por isso, no segundo capítulo, abordaremos também o COMPERJ e a *lógica empresarial das cidades* no item 2.2.1. No item 2.2.2, o método da variação de escala vai ser amplamente debatido.

No terceiro e último capítulo está presente a análise dos depoimentos. Dividido em três itens, o capítulo foca na parte teórica no item 3.1 trazendo o debate sobre o status da História Oral. No item 3.2 está a análise dos depoimentos coletados, destaco que alguns pequenos trechos dos depoimentos serão usadas antes do terceiro capítulo quando for oportuno. Por fim,

no item 3.3 é apresentada a proposta pedagógica e em seguida a conclusão.

# 1 A CIDADE DE SÃO GONÇALO, A ESCOLA MUNICIPAL LUIZ GONZAGA, O MOVIMENTO EM PROL DA ESCOLA MUNICIPAL LUIZ GONZAGA E A POLÍTICA EDUCACIONAL NA CIDADE

## 1.1 A importância da cidade de São Gonçalo

A abordagem local tem ganhado holofote na contemporaneidade em comparação ao mundial. Milton Santos (1994) compreende que entre local e global há uma oposição e ao mesmo tempo uma complementaridade e uma troca de influência recíproca. O mundo, para Santos, assume o papel de conjunto das possibilidades, enquanto o local é o conjunto das oportunidades. “É o lugar que oferece ao movimento do mundo a possibilidade de sua realização mais eficaz. Para se tornar espaço, o mundo depende das virtualidades do lugar” (Santos, 1996, p.55).

Santos define algumas categorias opostas e complementares que nos auxiliarão na abordagem desta pesquisa, *horizontalidade e verticalidade* essas categorias que nos farão pensar a cidade de São Gonçalo no corte temporal proposto. Segundo Santos:

A horizontalidade é um domínio de um cotidiano territorialmente partilhado com tendências a criar suas próprias normas fundadas na similitude ou na complementaridade das produções e no exercício de uma existência solidária. Já a verticalidade agrupa áreas ou pontos, ao serviço dos atores hegemônicos não raros distantes. É um vetor de integração hierárquica regulada, doravante necessária em todos os lugares da produção globalizada e controlada à distância. (Santos, 1997, p. 54).

Nesta perspectiva a *horizontalidade* é o palco dos acontecimentos, onde são impostos de fora para dentro e de cima para baixo as finalidades, e ao mesmo tempo o lugar da contrafinalidade, da cegueira e da descoberta. Por outro lado, a *verticalidade* é a imposição de fora, paramentada com uma hierarquia regulada e ao serviço da classe dominante:

[...] ao analisar o espaço, o local, o lugar, a partir das categorias da horizontalidade e da verticalidade, nos possibilita reiterar a compreensão da urgência histórica da escola ensinar a cidade, pois nossa leitura de mundo inicia-se pela leitura da cidade – e a cidade é hoje o meio técnico-científico informacional que nos alfabetiza com seus fixos e fluxos incessantes, com as suas texturologias (Certeau apud Tavares, 1996, p. 10).

A partir das categorias de *horizontalidade* e *verticalidade* de Santos, vou buscar entender como elas se expressam na vida real. Usarei como objeto o Movimento em Prol do Luiz Gonzaga, que acredito ser ilustrativo sobre como a *horizontalidade* e a *verticalidade* se enredam, e a primeira, em que pese sua autonomia, é condicionada à segunda. A partir desta imposição da *verticalidade* e no campo fértil das relações humanas, as *horizontalidades* se expressam de maneira autônoma, mas condicionada.

A imposição macroeconômica da hipervalorização do petróleo a nível global impõe às cidades, locais onde se vive a história, onde a história é de fato feita, condições previamente estruturadas. A ampla sede global por petróleo e a necessidade de desenvolvimento econômico impuseram às cidades ao redor do mundo suas condições. Não foi e não é diferente em São Gonçalo. A necessidade iminente e a escolha política do governo de desenvolver o país econômica e industrialmente se expressaram também na cidade de São Gonçalo escancarando uma política educacional falha em muitos aspectos na cidade.

A necessidade da construção do Centro de Integração do COMPERJ é a expressão de uma política econômica desenvolvimentista que expressa em si características temporais, políticas e de desenvolvimento das forças produtivas. No caso de São Gonçalo esta pesquisa vai analisar a desapropriação do terreno da EMLG em favor da Petrobrás tendo uma escuta sensível às diversas vozes escolares que constituem a comunidades escolar. (Tavares, 2007)

A cidade de São Gonçalo é uma das maiores e mais importantes da região metropolitana fluminense. O censo de 2010 registrou quase um milhão de residentes no município, número que coloca São Gonçalo como a cidade mais povoada do estado após a capital<sup>3</sup>. O Produto Interno Bruto da cidade figurava, em 2006, em sexto lugar no estado do Rio de Janeiro, com a riqueza total da cidade ultrapassando os R\$10 bilhões. À leste da Baía de Guanabara e a 20 km da capital, a localização geográfica da cidade de São Gonçalo confere uma importância ímpar a esse município. Com uma extensão de 249 km<sup>2</sup> e fazendo limites com os municípios de Maricá, Niterói e Itaboraí, São Gonçalo é caminho natural para a Região dos Lagos, sendo uma das principais rotas para viajantes e para escoamento de mercadorias.

---

<sup>3</sup> IBGE (Censo 2010).

Mapa 1 - Região Metropolitana do Rio de Janeiro



Fonte: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/16343?lang=pt>.

Mapa 2 - Baía de Guanabara

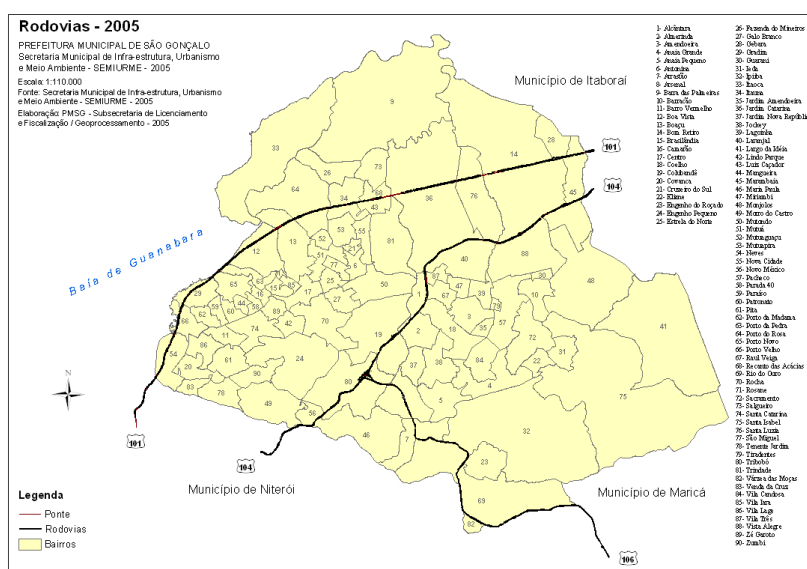


Fonte: <https://www.saogoncalo.rj.gov.br/sao-goncalo/mapas-e-bairros-copy>.

No mapa 1, é possível ver em destaque todas as cidades da área metropolitana fluminense, São Gonçalo em amarelo pertence ao leste metropolitano tendo como principal vizinho a cidade de Niterói. Sendo separado das outras regiões metropolitanas pela Baía de Guanabara.

No mapa 2, vemos as principais vias que interligam a capital com o leste metropolitano. O traçado vermelho no mapa representa as rodovias que conectam as cidades. Atravessando a Baía de Guanabara temos a Ponte Rio Niterói conectando as duas cidades. Ao chegar em Niterói, duas rodovias principais dão acesso a São Gonçalo, o trecho Niterói- Manilha da BR-101, paralelo a Baía de Guanabara, e a RJ-104 que passa por dentro da cidade. Esta via se encontra com a RJ-106, na altura de Tribobó, rodovia que leva à Maricá e à Zona Oceânica de Niterói.

Mapa 3 - Rodovias e Bairros



Fonte: <https://www.saogoncalo.rj.gov.br/sao-goncalo/mapas-e-bairros-copy/>.

No mapa 3, vemos o traçado das rodovias passando pelos bairros de São Gonçalo. Ao compararmos o mapa 3 com o mapa seguinte, o mapa 4, veremos que o 2º distrito de São Gonçalo carece de rodovias federais ou estaduais. É importante ressaltar que por onde passa a rodovia, ela gera consequências. Um exemplo muito claro é a favelização ocorrida às margens da BR-101, em ambos os lados da rodovia.

O processo de favelização está associado às disputas socioespaciais com grande intervenção da *Verticalidade*. Como Milton Santos nos alertou, o espaço territorial é um campo de disputa. Com o crescente êxodo rural no século XX, no qual a industrialização teve relevante participação, a população urbana cresceu em demasia, porém os projetos de planejamento

urbano não privilegiaram o combate à desigualdade, ao contrário, favoreceram a especulação imobiliária e muitas das vezes esse favorecimento estava diretamente associado ao Estado<sup>4</sup>.

Longe de serem consideradas políticas públicas habitacionais de interesse social, as ações dos governos ante o processo de favelização foram marcadas pelo princípio da remoção seletiva, dando-se preferência para aquelas que ocupavam territórios privados, que viriam a ser alvo de futuros investimentos, assim como outras, marginais às vias arteriais estruturantes do crescimento das cidades. Por vezes, o discurso sanitarista e de combate ao risco ambiental foi utilizado, no sentido de promover remoções em larga escala. Nesta fase, as práticas de remoção associadas ao re-assentamento em conjuntos distantes, findavam por promover a periferização da favela, visto que a infra-estrutura nem sempre chegava e a propriedade do imóvel nem sempre se concretizava. (PEQUENO, 2008, 8)

Com o espaço ocupado por grandes empresas do setor imobiliário e inúmeras famílias desalojadas de suas casas, restou às famílias de baixa renda, que não tinham condições de pagar altos valores de aluguéis ou de comprar imóveis, ocupar de forma desordenada e voluntariosa os espaços que sobraram. Desta forma foram se desenvolvendo favelas às margens da BR 101. Entende-se como favela:

assentamento precário, composto por famílias de baixa renda, marcado pela ocupação ilegal do solo, pelo adensamento e intensidade na ocupação do solo, pela carência de infra-estrutura, pela dificuldade no acesso aos serviços e equipamentos sociais ofertados pela cidade e pela insalubridade da moradia, dadas suas dimensões e seu desconforto ambiental. (PEQUENO, 2008, 2)

A necessidade nacional e local de escoamento de produção gera impactos no cotidiano das pessoas nas cidades. Impactos dos mais diversos que vão desde a favelização e passam pela poluição, mas também pela facilidade de acesso a produtos de uso rotineiro, maior facilidade de deslocamento, etc.

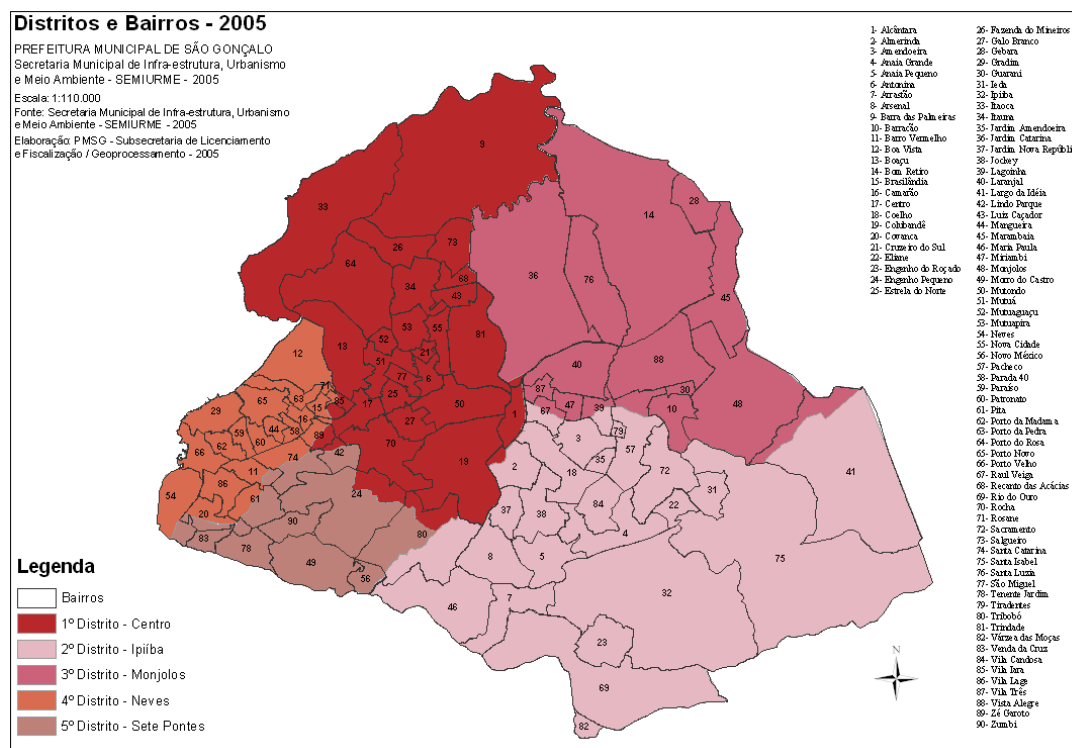
No mapa 4 vemos a divisão por distritos de São Gonçalo. A cidade é dividida internamente em 5 distritos e 92 bairros. Sua população que gira em torno de um milhão de habitantes tem a média de renda de dois salários mínimos<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> PEQUENO, Renato. Políticas habitacionais, favelização e desigualdades sócio-espaciais nas cidades brasileiras: transformações e tendências. *In*: X colóquio internacional de Geocrítica, Barcelona, 2008.

<sup>5</sup> IBGE (Censo, 2020).

Mapa 4 - de Bairros de São Gonçalo



Fonte: <https://www.saogoncalo.rj.gov.br/sao-goncalo/mapas-e-bairros-copy/>.

O nosso olhar para a cidade de São Gonçalo se dá a partir do conceito de *formação socioespacial* de Milton Santos, que busca compreender como as relações sociais se manifestam no espaço geográfico, destacando as desigualdades territoriais e propondo uma abordagem crítica para a análise e intervenção nesses processos. A *formação socioespacial* da cidade de São Gonçalo nas últimas décadas se deu em um contexto de ampla expansão industrial a partir dos anos de 1930, que atraiu milhares de pessoas de cidades vizinhas em busca de empregos e custos de vida mais baixo. Este período de forte industrialização da cidade fez com que São Gonçalo ficasse conhecida como a “Manchester Fluminense”.

São Gonçalo viveu um período de alta produção industrial no início do século XX, até meados deste século a cidade foi um importante polo industrial. A sua localização geográfica à beira da Baía de Guanabara, a proximidade com o distrito federal e a existência de muitos pequenos portos no município favoreceram a implementação de indústrias na cidade. Em 1925, uma lei estadual ofereceu benefícios fiscais às duas primeiras empresas que se instalassem no Rio de Janeiro no prazo de quatro anos, esses benefícios eram válidos para empresas do ramo

da siderurgia, exploração e fabricação de cimento e moagem de trigo<sup>6</sup>. A cidade de São Gonçalo foi beneficiada com esta lei e vimos se instalarem na cidade diversas indústrias a começar pela Companhia Brasileira de Indústrias Metallúrgicas, em 1926, cinco anos depois, em 1931, a Companhia Nacional de Cimentos Portland inicia o processo de extração e fabricação de cimentos na cidade, em 1933 é a vez da Eletroquímica Fluminense se instalar em São Gonçalo.

Já na década de 1940, São Gonçalo apresentava o segundo maior produto industrial do estado, atrás apenas de Petrópolis. No final da década de 1930, a cidade contava com 95 estabelecimentos industriais. É de suma relevância destacar que a industrialização de São Gonçalo, de acordo com Melo e Araújo, foi feita de forma “espontânea” por iniciativa do setor privado, que contou com incentivos do governo estadual.

A fase industrial de São Gonçalo, porém, seria efêmera. Já nas décadas de 1940 e 1950, São Gonçalo tem uma redução na sua participação no produto industrial do estado, entretanto o emprego industrial aumenta em 1%. Isto significa uma queda da produtividade industrial. Na década de 1970, a indústria em São Gonçalo entra em declínio. Em 1975, o produto industrial da cidade tinha caído para oitavo lugar no ranking estadual.

Melo e Araújo listaram algumas das possíveis causas para o declínio da atividade industrial gonçalense. A pouca diversificação da cadeia produtiva é uma dessas causas. 58% da mão de obra empregada na indústria pertencia a apenas 4 setores da indústria: minerais não metálicos e metalurgia, alimentos e bebidas, químicos/farmacêuticos e borracha/fumo/couros/peles<sup>7</sup>. A falta de uma burguesia local que defendesse a permanência das indústrias e buscasse a melhoria da cidade, considerando que as indústrias instaladas em São Gonçalo eram de outros estados. A falta de infraestrutura na cidade, há relatos de falta de água entre outros problemas, que expressa uma má atuação do estado (nas três esferas) causou desinvestimento industrial em São Gonçalo. Outros municípios foram escolhidos no Rio de Janeiro para abrigar as indústrias do projeto desenvolvimentista como Duque de Caxias com a Reduc, Niterói e Angra com a construção naval e Volta Redonda com a CSN, São Gonçalo ficou de fora<sup>8</sup>.

Na década de 1970, a principal metalúrgica de São Gonçalo, a Hime, começou o processo de saída da cidade, mudando suas instalações para Nova Iguaçu, transferindo-se em

---

<sup>6</sup> ARAÚJO, Vitor Leonardo de e MELO, Hildete Pereira de. O processo de esvaziamento industrial em São Gonçalo no século XX: auge e declínio da “Manchester Fluminense”. In: *Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, Rio de Janeiro, n. 4, mai. 2014.*

<sup>7</sup> Idem.

<sup>8</sup> Ibidem.

definitivo entre as décadas de 1980/90. Em 1966, a Eletroquímica Fluminense fechou. Nos anos 1960, por ter perfurado um aquífero e inundado toda a área de exploração das matérias-primas, a Companhia de Cimento Portland fechou as portas. E em 1983. A Companhia de Fósforo Fiat Lux se transferiu para Curitiba<sup>9</sup>.

A crescente industrialização das épocas áureas gerou uma demanda cada vez maior por educação. Isto porque os trabalhadores precisavam ter onde deixar os filhos e a indústria precisava de mão de obra para o trabalho, o que significa ter a necessidade de formar institucionalmente essas pessoas para o mercado de trabalho. E este passa a ser o papel da escola em São Gonçalo. A demanda por educação seja dos trabalhadores, seja dos patrões, levou a prefeitura a pagar bolsas de estudos para filhos de trabalhadores, financiando assim a educação privada no município com verbas públicas. Esta política durou até o fim da década de 1980, quando o então prefeito, Edson Ezequiel, construiu escolas públicas em massa e realizou o primeiro concurso público para o magistério municipal.

Porém, na década de 1980, a indústria já estava desmantelada em São Gonçalo e a cidade passava por uma série de dificuldades, inclusive a do caos urbano causado pela grande chegada de trabalhadores de outras cidades e por uma urbanização desordenada. A desindustrialização gerou desemprego e conseqüentemente miséria e desigualdade social. Vale lembrar que na década de 1940, a cidade teve um aumento populacional de quase 50%, e na década de 1960, quase dobrou sua população<sup>10</sup>, conseqüências do período industrial de São Gonçalo.

Na década de 1970, duas grandes obras de mobilidade urbana influenciaram a realidade do município de forma decisiva. A inauguração da Ponte Rio-Niterói em 1974 e a construção da rodovia Niterói-Manilha que começou neste mesmo ano e foi inaugurada em 1984. Ambas são obras federais e são trechos da BR-101. Estas obras rodoviárias fizeram parte de uma política pública de transporte da ditadura empresarial-militar, que tinha o intuito de facilitar a escoação dos produtos do setor primário<sup>11</sup>.

A inauguração da Ponte Rio x Niterói possibilitou o acesso mais rápido à cidade de São Gonçalo, o que atraiu pessoas em busca de custo de vida mais baratos. As obras da BR-101 cortaram bairros industriais, desalojaram residências, comércios e fábricas. Ademais, a

---

<sup>9</sup> Ibidem.

<sup>10</sup> Ibidem.

<sup>11</sup> SANTOS, Flávia Elaine. O caso do trecho rodoviário Niterói–Manilha da CRT. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7., 2014, Vitória. Anais... Vitória: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2014. Disponível em: [https://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404308893\\_ARQUIVO\\_ArtigoparaoCongressoBrasileirodeGeografos30062014.pdf](https://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404308893_ARQUIVO_ArtigoparaoCongressoBrasileirodeGeografos30062014.pdf). Acesso em: 24/07/2024.

facilidade do deslocamento rodoviário foi afastando as indústrias da cidade de São Gonçalo cada vez mais<sup>12</sup>. Neste contexto de desemprego, as margens da Niterói-Manilha passam a ser ocupadas sem planejamento. Isso acelera o processo de favelização que a cidade passava.

Ao ampliarmos nossa escala para o nível estadual, vemos que na década de 1970, sob o governo Geisel o estado do Rio de Janeiro passaria por uma reconfiguração polêmica e autoritária. Que segundo Marly da Silva Motta, “somente um poder centralizador e tecnocrático<sup>13</sup>” como o de Geisel seria capaz de concretizar. A fusão do Estado do Rio de Janeiro com o Estado da Guanabara. Esta fusão se deu em 1975, após a aprovação da lei complementar nº 20, de 1974, e gerou debates, descontentamentos e disputas políticas, inclusive no interior do MDB. O pano de fundo que levou à fusão através da intervenção federal é composto por vários retalhos, em especial, o projeto nacional de desenvolvimento do governo Geisel conhecido como “Brasil Grande”. Neste projeto, que é o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), a ditadura empresarial-militar visava equilibrar a produção industrial no centro-sul fazendo com que, a partir da fusão, o novo estado do Rio de Janeiro contrabalançasse com Minas Gerais e São Paulo, diminuindo as desigualdades regionais. Acreditavam que as limitações impostas pela política-administrativa dos limites municipais estariam impedindo um avanço da indústria fluminense e carioca, a fusão seria então o caminho para superar essa questão<sup>14</sup>.

A representação que a cidade do Rio de Janeiro tinha, enquanto estado da Guanabara era ainda carregada de signos que a remetiam a uma capital. A ideia dos militares era esvaziar da cidade-estado carioca essa representatividade, pois ao ser apenas mais uma cidade componente de um estado maior, os militares acreditavam que perderiam esse status de capital informal, que o estado da Guanabara carregava historicamente e remeter a Brasília a função exclusiva de capital federal.

Algumas consequências surgiram desta fusão feita com celeridade e autoritarismo. A cidade de Niterói perdeu o status de capital do estado para a cidade do Rio de Janeiro. O MDB entrou em crise com uma disputa entre Amaral Peixoto, Senador pelo Rio de Janeiro, e o então governador da Guanabara Chagas Freitas. Criaram-se duas facções no interior do partido os *amaralistas* e os *chaguistas*. O primeiro mais ligado às correntes de esquerda do MDB e o

---

<sup>12</sup> Idem.

<sup>13</sup> MOTTA, Marly Silva da. A fusão da Guanabara com o Estado do Rio: desafios e desencantos. In: FREIRE, Américo; SARMENTO, Carlos Eduardo; MOTTA, Marly Silva da (org.). *Um Estado em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. p. 19–56.

<sup>14</sup> Idem.

segundo tinha boas relações com os militares e inclusive declarou apoio a “revolução de 64”. Esta disputa entre Chagas Freitas e Amaral Peixoto interferiu na política de São Gonçalo, pois o então prefeito Jayme Campos foi pressionado por Chagas Freitas a ingressar no então novo partido de Chagas Freitas<sup>15</sup>:

durante um conturbado processo de afastamento de seu cargo de prefeito no município de São Gonçalo/RJ, em 1980, o prefeito da cidade, Jayme Campos, alegava que tal situação – o afastamento – se dava justamente por estar sendo pressionado por Chagas Freitas, a ingressar no partido deste, isto é, o Partido Popular (PP). Diante de sua recusa em filiar-se ao partido, ele estaria sendo retalhado. (SILVA, Stanley P. da Rosa, 2010, 26)

O governador do novo estado do Rio de Janeiro nomeado por Geisel foi Floriano Peixoto Faria Lima, um militar, repousava sobre ele a “benesse” de não ser político, critério número um da ditadura para a indicação do governador do novo estado. Porém, sua sucessão ficou a cargo de Chagas Freitas que viu crescer sua influência política por todo estado, principalmente em Niterói, São Gonçalo e Baixada Fluminense.

A fusão, embora tenha havido muitos debates sobre a des fusão, se consolidou com a Constituição Federal que manteve a organização do Estado do Rio de Janeiro tal como estava. Porém, a promessa de investimentos do governo federal e de elevar o Rio de Janeiro ao status industrial de São Paulo não se concretizou por dois motivos, primeiro devido a crise do petróleo de 1973, segundo porque os militares priorizaram investir verbas em cidades e estados que estivessem na base do governo o que não era a realidade do estado e muito menos da cidade do Rio de Janeiro, embora a arena tivesse bastante prefeituras e vereadores no interior do estado do Rio<sup>16</sup>. Com esta fusão cidades como Niterói e São Gonçalo perderam certa importância na constituição do estado.

## 1.2 A EMLG e o MPLG

Morria, em 2 de agosto de 1989, no Hospital Santa Joana, no Recife, Luiz Gonzaga, o Rei do Baião. No final daquele mesmo ano e a algumas centenas de léguas dali uma escola

---

<sup>15</sup> SILVA, Stanley Plácido da Rosa. *O Rio de Janeiro e a Guanabara nos anos 1970. Mneme – Revista de Humanidades*, [S. l.], v. 11, n. 28, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/958>. Acesso em: 31 jul. 2025.

<sup>16</sup> Motta, Marly da Silva.

municipal na cidade de São Gonçalo, zona metropolitana do Rio de Janeiro, foi batizada em homenagem ao ídolo nacional que partira meses antes. Em dezembro de 1989, inserido em um contexto de ampliação das redes municipais de educação em todo o país, a Escola Municipal Luiz Gonzaga foi inaugurada. As atividades pedagógicas, porém, só começariam no ano seguinte, 1990.

A Escola Municipal Luiz Gonzaga é fruto de uma política pública municipal de ampliação das unidades escolares da rede municipal de São Gonçalo. Tal política pública, contudo, é executada dentro de uma conjuntura de conquistas de novos direitos na educação. Na Constituição Cidadã, a educação passa a ser um direito universal e a responsabilidade pela sua oferta se torna dever dos estados e municípios com auxílio da União<sup>17</sup>. Esta reorganização do sistema educacional brasileiro favoreceu a municipalização da educação e expandiu o direito à educação a todos.

A unidade escolar que abordamos nessa pesquisa foi fundada pelo prefeito Edson Ezequiel, à época do PDT, que também foi o responsável pelo primeiro concurso público para o magistério municipal em São Gonçalo, que ocorreu em 1989. O chamamento para o certame se deu em outubro do dito ano, e a prova foi realizada em dezembro. Os aprovados foram convocados para tomar posse e escolher as escolas em janeiro de 1990, para no mês seguinte iniciarem os trabalhos.

O prédio onde funcionou a Escola Municipal Luiz Gonzaga de 1989 a 2006 era localizado em uma área bem central da cidade. A escola dividia terreno com a Secretaria Municipal de Educação - SEMED, na Avenida Presidente Kennedy S/N – Estrela do Norte, em um prédio popularmente conhecido pelos gonçalenses como Lavourão, em referência a Joaquim Lavoura, ex-prefeito da cidade, que dá nome ao prédio. De fachada colorida, a escola sempre despertou os olhares apreciados dos que por ela passavam.

A unidade escolar atendia de 700 a 900 alunos de todas as séries do ensino fundamental em dois turnos<sup>18</sup>, fora inaugurada com pré-moldados com promessas da prefeitura de que dali a cinco anos seriam realizadas obras de melhoria. Já em 2006, 16 anos após o início do funcionamento da escola, há registros de reclamações quanto a estrutura da mesma<sup>19</sup>. Há relatos de goteiras em todas as salas de aula, falha estrutural, falta de local para as crianças lavarem as mãos antes da merenda e condições precárias dos sanitários da escola.

---

<sup>17</sup> Constituição Federal da República – 1988.

<sup>18</sup> Dossiê da E.M.L.G.

<sup>19</sup> Idem.

No ano de 2006, com o executivo municipal já sob o comando de Aparecida Panisset - PFL, que foi reeleita pelo PDT - a escola foi demolida para dar lugar ao Centro de Treinamento de Pessoal da Petrobrás. Hoje, em 2023, o local abriga as viaturas do programa Segurança Presente - dessa maneira a escola passaria a funcionar em um local provisório, um antigo posto de saúde, com previsão de entrega do novo prédio para o primeiro trimestre do ano de 2007, porém só se realizou em 2010.

Este hiato de três anos e meio de descumprimento de promessas da prefeitura e de exercício da atividade pedagógica em local impróprio e inseguro (um posto de saúde desativado, onde havia inclusive um necrotério dentro do espaço) levou a comunidade escolar a se organizar e cobrar dos governantes a entrega das novas dependências da escola em movimento organizado e politizado agindo em consonância com o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação, núcleo São Gonçalo – Sepe-SG.

Este movimento ficou conhecido como Movimento em Prol do Luiz Gonzaga – doravante MPLG. Esta pesquisa visa explorar o potencial narrativo deste movimento como um fio condutor de uma História Local da cidade de São Gonçalo. Entendo que este é um exemplo que pode ilustrar como as orquestrações globais se materializam influenciando direta e indiretamente o cotidiano das cidades. Para isso, conto com as ferramentas metodológicas deixadas por Milton Santos, que proponho pôr em diálogo com o método de variação de escalas de Jacques Revel. Além disso, será de suma importância para esta pesquisa os depoimentos dos participantes do movimento, que serão trabalhados dentro da perspectiva da História Oral.

A forma de uso do território é estritamente ligada ao seu tempo histórico. Ou seja, localmente, no cotidiano, se expressam as lógicas globais de cada tempo. Os acontecimentos de uma cidade estão inseridos em um contexto mais amplo, um contexto que passando pelo regional e nacional, tem como pano de fundo o global. Estes contextos evoluem juntos e em cada local se expressam de maneira diferente. Santos entende que o uso do território obedece a um princípio geral que interliga os acontecimentos globais às dinâmicas territoriais, aponta inclusive que para a contribuição positiva ao método por ele proposto, a microhistória ou a história mais local seria complementar à metodologia mais geral que ele apresenta. Nesse ponto que busco aproximar o método de variação de escalas de Jacques Revel<sup>20</sup> ao que está sendo posto até aqui como categorias de análise para se compreender a dinâmica das cidades no mundo globalizado.

A hipótese geral deste trabalho caminha no sentido de se compreender como os fenômenos globais condicionam o cotidiano local. A instalação do Complexo Petroquímico do

---

<sup>20</sup> REVEL, Jacques. Micro-história e macro-história o que as variações de escalas ajudam a pensar um mundo globalizado. *Revista brasileira de Educação*, v. 15, n. 45, set./dez. 2010.

Estado do Rio de Janeiro - COMPERJ - em Itaboraí e a sua conseqüente influência nas cidades vizinhas expressam o que Milton Santos denomina de *lógica empresarial do espaço geográfico*<sup>21</sup>. Para atender às demandas do COMPERJ a realidade cotidiana das cidades ao redor foram alteradas. É possível compreender este processo a partir das categorias de análise propostas por Milton Santos entre elas a própria definição do que é espaço geográfico e os embates que se dão na disputa por este espaço. Milton Santos busca explicar a formação do território brasileiro a partir da categoria de análise *Espaço Geográfico*. Para isso, ele diferencia *espaço de território*. Território, para Santos, pode ser entendido como nome político para o espaço territorial de um país. Já o espaço, para o geógrafo, é algo mais complexo, este depende das relações humanas sobre um território para ser encarado como um espaço geográfico, em outras palavras, para que um território seja um espaço pressupõe que haja relação humana sobre ele e modificação da natureza, o espaço para Santos é o território usado pelo homem e este uso tem sempre uma intencionalidade e uma dinâmica que está intrinsecamente ligada a *formação socioespacial* do local e as *verticalidades* e a *lógica do mercado global*.

Segundo Santos, cada vez mais há uma disputa interna pelo espaço, porém, este segue a lógica do mercado global, uma lógica de favorecer o grande capital na consituição do espaço, o que privilegia as grandes empresas nesta disputa, gerando uma verdadeira *lógica empresarial do espaço*.

As necessidades globais e nacionais se expressam nas cidades à medida em que estas são o grande palco da vida e o espaço das realizações<sup>22</sup>. O local assume a função de oportunizar ao mundo a concretização de suas possibilidades. Todavia, essa influência do macro nas cidades não determina como a cidade se constitui enquanto cidade. Porém, embora esta constituição seja autônoma ela está condicionada a determinadas estruturas globais e nacionais. Por isso, proponho analisar o MPLG dentro de uma perspectiva que encare a cidade em profunda relação com a lógica global. Como a partir de uma demanda global, as cidades são influenciadas na sua horizontalidade? E como o nível local dá vida a essas estruturas à sua maneira?

Para responder a esta segunda pergunta as ferramentas teóricas e metodológicas propostas por Jacques Revel me serão de extrema utilidade. Para compreender como se enredam o macro e o micro, o local e o global é necessário compreender a ambos. Partindo desta perspectiva o cruzamento das categorias de análise de Milton Santos com a proposta de variação

---

<sup>21</sup> Idem.

<sup>22</sup> SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do Século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001. 471p.

de escalas de Jacques Revel, aumentando e diminuindo o objeto em análise de acordo com a escala em perspectiva, é terreno fértil para uma produção historiográfica qualificada. Para chegarmos à escala micro, a História Oral foi a metodologia usada. A partir dos depoimentos coletados de ex-aluno, ex-professores, sindicalistas, ex-vereador, entraremos no nível pessoal desta análise, enriquecendo-a com as memórias dos depoentes.

Estas são algumas das perguntas que busco responder com esta pesquisa. Para isso, entendo como ilustrativo o processo de desapropriação do terreno da Escola Municipal Luiz Gonzaga, em São Gonçalo, para a construção do Centro Integrado ao COMPERJ - CICOMPERJ, e a conseqüente formação de um movimento político que lutou para que a escola pudesse ter um espaço físico digno para a continuidade de seu funcionamento. Entendo que este movimento é uma resposta política a uma intervenção direta no cotidiano da cidade influenciada por uma demanda global e nacional, que tomou forma no local e adquiriu contornos políticos locais, que, última instância, determinou a desapropriação do terreno da escola.

A Escola Municipal Luiz Gonzaga é inaugurada no ano seguinte à promulgação da Constituição Federal da República de 1988. Muitos dos profissionais de educação que participaram do MPLG entre 2006 e 2010, estavam na escola desde o início de seu funcionamento. O secretário de educação de Edson Ezequiel, professor Wagner Larangeiras, em entrevista ao jornal Mercado de Trabalho<sup>23</sup>, destacou que a realização do concurso para o magistério é indispensável ao tripé essencial para a educação, segundo o então secretário, que é “qualidade de ensino, preparação profissional e espaço físico”<sup>24</sup>. Continua Larangeiras, “além de podermos, com a seleção, garantir o nível dos professores, asseguramos aos profissionais os direitos que lhes compete constitucionalmente”<sup>25</sup>. Destaca ainda que é um orgulho para a administração de Edson Ezequiel a convocação dos primeiros aprovados em concurso público para o magistério, e, se compromete a criar mais 1.400 vagas nas escolas municipais em 18 salas de aula.

Ainda no contexto de fundação da escola, o ano de 1989, quando tínhamos Moreira Franco como Governador do Estado do Rio de Janeiro, o debate sobre a educação estava acalourado no Estado. Ainda se podia tocar a esperança que os CIEP’s de Leonel Brizola e Darcy Ribeiro trouxeram à população fluminense.

O projeto do CIEP, em que pese as críticas que possam ser feitas, era revolucionário para

---

<sup>23</sup> Jornal Mercado de Trabalho.

<sup>24</sup> Idem.

<sup>25</sup> Ibidem.

a época. Brizola prometia ensino integral, refeições, dentistas, atividades extra curriculares, etc. Recebendo críticas a destro e à sinistro, o debate em torno do CIEP tomou as discussões sobre a política educacional fluminense. Com a saída de Brizola, Moreira Franco desfez o projeto, retomado na gestão seguinte pelo próprio Brizola, que se elegeu mais uma vez governador do Rio em 1990. Porém, em 1994, com a vitória de Marcello Alencar, os CIEPS foram municipalizados pondo fim à essa política pública educacional.

O Programa Especial de Educação (PEE) desenvolvido por Darcy Ribeiro enquanto era vice-governador do Rio de Janeiro, na chapa de Leonel Brizola, tinha grande influência do projeto de educação em tempo integral de Anísio Teixeira, de quem Darcy Ribeiro era um grande admirador. Desde a década de 1920, Anísio Teixeira era um defensor contumaz da escola em tempo integral, em um momento em que a tendência era que as crianças periféricas passassem cada vez menos tempo na escola. Anísio Teixeira foi pioneiro na construção de escolas em tempo integral. Em 1950, construiu em Salvador o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, mais conhecido como Escola-parque. A escola-parque foi construída na periferia de Salvador visando atender aos alunos mais carentes. Eram quatro prédios (escolas) dispostos de maneira a formar um quadrilátero, no centro havia um grande pátio onde os alunos podiam brincar e interagir. Das quatro escolas três eram de primeiro segmento e uma de segundo segmento, havia capacidade para mil alunos. Ademais, as escolas contavam com serviços sociais como dentistas, por exemplo<sup>26</sup>.

Darcy Ribeiro criou os Ciep's inspirado nas ideias e práticas de Anísio Teixeira. Sabedor de que a população mais pobre estava alheia aos serviços essenciais para a plenitude de seu desenvolvimento cognitivo, o vice-governador levou estes serviços para dentro dos Ciep's. Ao todo foram 506 escolas construídas no estado do Rio de Janeiro, com arquitetura de Oscar Niemeyer, a escolha dos locais onde seriam construídas essas escolas também é interessante de se destacar. Assim como Anísio Teixeira fez em Salvador, Darcy Ribeiro optou por construir os Ciep's nas periferias do Rio de Janeiro, o que gerou uma série de críticas de seus opositores<sup>27</sup>.

Os alunos que estudavam nas escolas do PEE tinham 8 horas de aula por dia e direito a 4 refeições. O governo criou o cargo de animadores culturais, estes profissionais tinham a função de criar interação entre a escola e a comunidade a partir de eventos culturais que os

---

<sup>26</sup> MOTA, Patrícia Flávia, FERREIRA, Artur Viana e SIRINO, Marcio Bernardino. Ciep como espaço de educação social: apontamentos sobre o programa especial de educação. *In* Revista Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro, V. 3N.2–pag 113-129(jul/out2017): “Número Especial Darcy Ribeiro”.

<sup>27</sup> Idem.

reuniam. Ademais, os Ciep's contavam com um centro de atendimento médico, atendimento odontológico volante e bibliotecas, além de material didático específico para os Ciep's<sup>28</sup>.

O PEE teve vida curta. Iniciado no em 1983, no primeiro mandato de Leonel Brizola como govenador, foi interrompido na gestão seguinte, de Moreira Franco, em 1987. Ao retornar ao governo do Rio de Janeiro em 1991, Brizola recomeça o programa, porém, quando Marcelo Allencar foi eleito governador do Rio de Janeiro, o PEE foi enterrado de vez.

Como bem lembra Marcos Antônio Macedo Chagas em seu artigo<sup>29</sup>, o neoliberalismo surge concomitante à iniciação dos Ciep's. O autor sintetiza bem o que seria o neoliberalismo citando uma frase de Ghiraldelli Jr (2022) “sai o estado, entra o mercado”. Para Chagas a derrocada dos Ciep's está ligada a um série de razões que ele lista: corte de verbas, erro na comunicação, enraizamento do turno único, desinteresse político pela educação em tempo integral e a cisão administrativa entre o estado do Rio de Janeiro e a cidade do Rio<sup>30</sup>.

A vitória de Fernando Collor nas eleições de 1989 para a presidência da república marcou o início da era neoliberal no Brasil, que foi continuada por seus sucessores Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Cabe, entretanto, definirmos, antes de prosseguir, o que seria o neoliberalismo:

sistema econômico e social que tem como princípios elementares a total liberdade mercadológica e a defesa irrestrita da propriedade privada, subsumindo a elas as outras dimensões (social, afetiva, política, intelectual) da vida humana, de forma a apoiar-se no pressuposto de que a concorrência é o motor para o progresso espiritual e material. Privatizações de serviços públicos, eliminação ou redução das despesas sociais por parte de governos, individualismo, devoção à disciplina do trabalho e à prosperidade econômica, todas estas seriam algumas das consequências provenientes da aplicação de tal conceito (BATISTA, BLANCO, CHAMA E RIBEIRAL, 2022, 465).

Com a crise econômica da década de 1970, o neoliberalismo ganha força como alternativa ao keynesianismo. Suas origens teóricas remontam à década de 1930 e 1940, com autores como Ludwig Von Mises e Hayek. Concretamente, este modelo político-econômico vai ser realizado nos EUA com Ronald Reagan (1981) e na Inglaterra com Margareth Thatcher

---

<sup>28</sup> Ibidem.

<sup>29</sup> CHAGAS, Marcos Antônio Macedo das. CIEPS: uma referência da educação integral em meio às ações neoliberais. *EDUCAÇÃO EM REVISTA*, v. 24, Fluxo Contínuo, 2023.

<sup>30</sup> Idem.

(1979)<sup>31</sup>. Este modelo vai se expandir para a América Latina aumentando a subjugação dos países periféricos em relação aos países centrais<sup>32</sup>.

Não há como pensar a educação brasileira a partir da década de 1980, sem considerar a influência do neoliberalismo sobre ela. Principalmente, neste trabalho que pretende destrinchar as relações que se dão entre o global e o local. Pesquisar sobre a educação gonçalense no período proposto requer que se considere o panorama global de hegemonia do neoliberalismo e sua influência sobre a educação. Esta influência se dá principalmente em duas frentes a econômica e a disputa de ideias. Se por um lado a educação é extremamente lucrativa para as empresas privadas de educação, ela é também de suma importância para a disputa da subjetividade da sociedade em defesa dos valores neoliberais.

Renalvo Silva e Artur Neto fazem uma análise materialista sobre a educação, para os autores a educação reflete a realidade social:

Por essa razão, a educação reproduzida na sociedade capitalista também condiz com a necessidade de manutenção de uma dada ordem de coisas. Isso não quer dizer que o processo educativo tenha um aspecto determinado e teleológico, ao contrário disso, a educação é expressão da subjetividade humana que responde às imposições da objetividade, sem com isso determinar inexoravelmente o comportamento dos sujeitos a ela expostos (SILVA e NETO, 2021, 208).

A educação, portanto, apesar de não ser determinante nas escolhas e pensamento dos sujeitos, serve em grande medida aos interesses da classe dominante que procura “desenvolver uma subjetividade alinhada à reprodução e à permanência”. Segundo os autores, o neoliberalismo vem encontrando na financeirização uma maneira de driblar as crises de superprodução e superacumulação. Neste contexto a educação se torna uma prioridade na ação neoliberal e se mostrando como um setor altamente lucrativo<sup>33</sup>.

A partir da década de 1990, o Banco Mundial passa a investir na educação brasileira. Como o objetivo final é o lucro, a qualidade do serviço é escanteada para diminuir os custos e aumentar a margem de lucro. Batista, Blanco, Chama e Ribeiral ao usar Cristian Laval para analisar a educação brasileira, destacam que a partir da última década do século XX, órgãos

---

<sup>31</sup> BATISTA, Rafael Lopes; BLANCO, Diogo Dalla P.; CHAMA, João Pedro G. e RIBEIRAL, Tatiana Bras. A ideologia neoliberal na educação brasileira: considerações a partir de Cristian Laval. *In: Perspectivas em diálogo*, Naviraí, v. 9, n. 21, p. 453-469, set/dez 2022.

<sup>32</sup> SILVA, Renalvo Cavalcante e NETO, Artur Bispo dos Santos. Neoliberalismo e a educação brasileira: a dominância financeira no capitalismo contemporâneo. *In Revista Tópicos Educacionais*, Pernambuco, v. 28, n. 01, p. 192-215, 2021.

<sup>33</sup> *Idem*, p. 210.

supranacionais buscam reformar a educação substituindo o “modelo republicano, herdeiro do iluminismo” pelo “paradigma empresarial, no qual prevalecem os valores da eficácia, competitividade, flexibilidade e desregulamentação”<sup>34</sup>. Segundo os autores Silva e Neto, o modelo econômico agroexportador brasileiro faz com que órgãos com o Banco Mundial implante sistemas de educação de má qualidade, pois não precisaria de uma educação mais complexa devido ao baixo grau de complexidade do trabalho no país<sup>35</sup>. Marcela Pronko apud Batista, Blanco, Chama e Ribeiral, defende a mesma tese<sup>36</sup>.

Na economia, o avanço do neoliberalismo na educação pode ser mensurado pelos números exorbitantes alcançados pelas principais empresas. De agosto de 2012 a agosto de 2014 a Kroton teve uma valorização de 314% de seus ativos, enquanto a Estácio, no mesmo período, teve uma valorização de 240,97%. Estes números se tornam mais alarmantes ao os compararmos com a própria Ibovespa e com outras empresas dentro deste período. A IBOVESPA teve uma queda de 3,67%, a Vale teve uma redução de 13,48% e a Petrobrás uma valorização de 9,32%<sup>37</sup>. A educação tem se mostrado um mercado muito lucrativo para essas empresas, que inclusive apontam para uma grande tendência de monopólio, a Kroton por exemplo se fundiu com o Centro Educacional Leonardo da Vinci e com a Somos Educação, ampliando suas ações para confecção de materiais didáticos.

Somente com a coadunação do estado é que foi possível a esses conglomerados chegarem ao atual patamar. Para melhor entender essas atuações estatais em favor do capital privado na educação, Silva e Neto destacam as duas principais formas de como essa espoliação das reservas fiscais são feitas em favor dos conglomerados. A primeira delas é o financiamento do setor a partir de programas como o Financiamento do Estudante de Nível Superior (FIES), de 1999, e do Programa Universidade para Todos (Prouni), de 2005. A segunda forma seria a securitização da dívida pública, na qual os conglomerados comprariam as dívidas públicas do estado e teriam assegurado o pagamento desta dívida com juros. Tal ação desresponsabiliza o estado pela oferta da educação, a entregando nas mãos das empresas privadas<sup>38</sup>.

No tocante à disputa da subjetividade dos indivíduos pelo pensamento neoliberal na educação, os autores, Batista, Blanco, Chama e Ribeiral destacam dois pontos que entendem

---

<sup>34</sup> BATISTA, BLANCO, CHAMA E RIBEIRAL. *Op. Cit*, pg 458.

<sup>35</sup> SILVA E NETO. *Op cit*. Pg, 210.

<sup>36</sup> BATISTA, BLANCO, CHAMA E RIBEIRAL. *Op. Cit*, pg 462.

<sup>37</sup> *Idem*, pg. 211.

<sup>38</sup> *Ibidem*, pg. 213.

como essenciais à essas estratégias e estão presentes respectivamente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), são eles o aprendizado ao longo da vida e a pedagogia das competências. EM artigo que toma como base teórica o pensamento de Cristian Laval, os autores identificam na LDB os primeiros indícios da conformação neoliberal na educação brasileira, que segundo eles viria a se intensificar em 2016, durante o governo Temer com a reforma do ensino médio e a BNCC. Para os autores, tanto o aprendizado ao longo da vida, quanto a pedagogia das competências estão ligados à ideia do “aprender a aprender”.

O aprendizado ao longo da vida que é tornado um dos princípios que regem a educação brasileira a partir da Lei 13.632/2018, que altera a LDB, significa a autorresponsabilização do aluno pela sua formação. Os autores citam Laval para definir os objetivos desta lei:

[...] repousa na capacidade do trabalhador continuar, durante toda sua existência, a aprender o que lhe será útil profissionalmente. [...] as análises convergentes dos meios industriais e das esferas políticas consistem em pensar que a escola deve fornecer as ferramentas suficientes para que o indivíduo tenha autonomia necessária para uma autoformação permanente, para uma ‘autoaprendizagem contínua’. A escola deve, em função disso, abandonar tudo o que se pareça com uma ‘acumulação’ de saberes supérfluos, impostos, aborrecidos (LAVAL apud BATISTA, BLANCO, CHAMA E RIBEIRAL, 2022, p. 460).

Para Laval, tal mecanismo leva a tirar da escola o protagonismo da formação dos alunos, assim como modifica as funções do professor. E o aluno teria ao longo de toda a sua vida a obrigação de se adaptar às necessidades do mercado.

A pedagogia das competências implantada pela BNCC carrega em um caráter empresarial para a educação. Os critérios da BNCC são os mesmos utilizados pela OCDE expressando, assim, sua perspectiva utilitarista da educação, ou seja, a educação serve para aumentar a eficácia do trabalho. Novamente recorrendo a Laval, os autores usam o conceito de “cultura útil” deste autor para caracterizar o tipo de educação que vem sendo imposta pela BNCC, “o utilitarismo que caracteriza o ‘espírito do capitalismo’ não é contra o saber em geral, nem mesmo contra o saber para um maior número de pessoas, ele vê o saber como uma ferramenta a serviço da eficácia do trabalho”(LAVAL apud BATISTA, BLANCO, CHAMA e RIBEIRAL, 2022, 463) A própria legislação educacional passa a conter termos específicos do ramo empresarial como “competências”, “colaborativo” e “produtivo”. Neste contexto, em que a escolarização e educação formal vem perdendo força, não é difícil de se supor que haja também o enfraquecimento do diploma para o mercado de trabalho, “no paradigma neoliberal

é possível que o poder de atestar a qualificação dos trabalhadores fique centrado mais nas mãos do próprio mercado do que sob o controle do Estado ou das instituições por ele chefiadas”<sup>39</sup>

Neste contexto, foram inauguradas dezenas de escolas em São Gonçalo pelo prefeito Edson Ezequiel e seu Secretário de Educação, Wagner Laranjeiras, inspiradas em outras políticas educacionais brizolistas diferentes do CIEP. Era de fato imperiosa a necessidade de se qualificar a mão-de-obra no país para dar conta das demandas dos avanços técnicos da produção. Soma-se a isso a luta política de diversos atores sociais em defesa da universalidade da educação. Ora, vejamos, as necessidades imperiosas do todo, ou seja, do país, se impõe ao espaço geográfico e ao funcionamento das cidades. Como disse Milton Santos, o espaço é o local das realizações, assim, a demanda nacional por maior qualificação da mão-de-obra só pode se concretizar nas cidades. A escola só chega aos habitantes através da cidade. É no âmbito local que a História acontece e toma vida. A História precisa do espaço para ser realizada, e o espaço precisa da História para ser espaço, ambos são indissolúveis, o espaço e a História.

Porém, este espaço geográfico por ser por definição um espaço historicizado, onde o que o diferencia do território é justamente a ação humana sobre ele, está fadado a ser um espaço mutável. Digo isso, pois, sobre o espaço se depositam os mais diversos interesses, que disputam o território. Em um mundo globalizado esta disputa é desleal pois a cidade opera dentro da dinâmica do mercado global. Ao mesmo tempo em que as cidades tem sua lógica própria e sua autonomia, todavia esta autonomia é limitada às condicionantes impostas pela verticalidade<sup>40</sup>. A desapropriação do terreno da unidade escolar para o funcionamento do CICOMPERJ ilustra de maneira pedagógica esta profunda relação entre o global e o local, a macro e a micro-história. As mudanças no espaço e sua interrelação com o todo, obrigando a cidade a se adaptar à nova realidade produto de demanda externa à cidade. Essa nova realidade no nosso caso é reorganização e remoção da comunidade escolar da EMLG. Destaca-se que a compreensão acerca da decisão sobre a demolição da escola foi uma decisão política a nível local, o CICOMPERJ poderia ter sido construído em outro local, por exemplo. A *verticalidade* condiciona, mas não determina.

Em um documento de 26 de setembro de 2006, produzido pela comunidade escolar denominado “Manifesto em prol da Escola Municipal Luiz Gonzaga e de sua história no

---

<sup>39</sup> BATISTA, BLANCO, CHAMA E RIBEIRAL. Op. Cit. Pg 463.

<sup>40</sup> Manifesto em prol da Escola Municipal Luiz Gonzaga e de sua História no município de São Gonçalo, no Rio de Janeiro de 26/09/2006.

município de São Gonçalo, Rio de Janeiro”<sup>41</sup> anuncia a comunicação oficial da secretaria municipal de educação da cessão do terreno à Petrobrás, em reunião com os representantes da comunidade escolar.

Nós, professores, funcionários, alunos e responsáveis da Escola Municipal Luiz Gonzaga fomos comunicados pelo Secretário de Educação do município de São Gonçalo em reunião no dia 23 de agosto do corrente ano [2006], que nossa unidade escolar estaria sendo transferida para um local provisório: Rua Nilo Peçanha 494, (antigo SAMDU), em um curto espaço de tempo. Na mesma ocasião tivemos a informação de que a Petrobrás em parceria com a Prefeitura de São Gonçalo construirá um novo prédio para uso próprio no local. Diante do nosso estarecimento, por ser o **Luiz Gonzaga a única escola pública do bairro citado**, o Secretário de educação esclareceu que a petrobrás em parceria com a Prefeitura de São Gonçalo se responsabilizará pela construção de um nova unidade escolar num terreno situado na Rua Toledo Piza S/ N, Estrela do Norte, a ser entregue até o primeiro trimestre do ano letivo de 2007<sup>42</sup>. (grifos no original).

Como podemos ver, no dia 23/08/2006, a comunidade escolar foi convidada a uma reunião com a Secretaria Municipal de Educação, nesta reunião eles foram informados de que teriam que desocupar a escola em quinze dias e reiniciar os trabalhos em um local improvisado onde funcionava um posto de saúde que estava desativado à época. Já havia, entretanto, o endereço de um novo local permanente para o funcionamento futuro da escola. Endereço onde até hoje a escola funciona. Além do endereço, havia também a promessa de prazo, as obras estariam prontas no primeiro semestre de 2007, segundo a Semed.

No Diário Oficial do município de primeiro de setembro de 2006 é cedido o direito real de uso do terreno da escola à empresa Petróleo Brasileiro S/A – Petrobrás. A lei número 057/2006<sup>43</sup>, concedeu o terreno para a construção do Centro de Treinamento de Pessoal da Petrobrás. A lei diz mais, em seu artigo terceiro, a “Petrobrás obriga-se a destinar a área em referência à edificação do Centro de Treinamento de Pessoal, parte integrante do Complexo Petroquímico a ser edificado no local e, ainda, a apresentar o projeto no prazo de 90 (noventa) dias e dar início à construção no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de aprovação pela Prefeitura do respectivo projeto e da concessão da respectiva licença, bem como a concluí-los no prazo de 24 (vinte e quatro) meses, contados do início efetivo das obras. Já no artigo quinto, “ficam autorizadas a desafetação da área a ser concedida e a transferência da Escola Municipal Luiz Gonzaga para outro imóvel.

---

<sup>41</sup> Manifesto em prol do Luiz Gonzaga.

<sup>42</sup> Dossiê E.M.L.G. 26/09/2006.

<sup>43</sup> Diário Oficial do Município de 01/09/2006.

A lei é de 31 de agosto e no parágrafo único do artigo terceiro consta que em caso de não utilização do terreno pela Petrobrás em um prazo de 36 meses, o terreno volta ao patrimônio do município.

O ofício vindo da Secretaria Municipal de Educação para a desocupação do prédio pela escola chegou em agosto de 2006, avisando que na primeira quinzena do mês subsequente as atividades da escola passariam a ser desenvolvidas no prédio da antiga SAMDU.

Era outubro de 2006, Aparecida Panisset exercia seu primeiro mandato de prefeita de São Gonçalo, quando o prédio da avenida Presidente Kennedy, sem número, foi demolido. Enquanto isso a comunidade escolar cada vez mais se organizava para exigir a entrega do novo prédio. Logo da notícia do desalojamento da escola, na verdade as conversas de corredor já ventilavam esta possibilidade antes da reunião com a Semed em 23/08/2006, um movimento de resistência e luta pela escola foi se formando através da união da comunidade escolar. A professora Marina Fernandes, uma das principais lideranças destacou inúmeras vezes a importância da união do grupo e da participação dos responsáveis e alunos, que assim como os professores e funcionários administrativos foram indispensáveis para as conquistas do movimento.

Uma das primeiras ações do MPLG foi a produção e divulgação de um documento resumia a história da escola e contava o drama que esta estava a passar naquele momento e pedia diálogo à prefeitura e à Petrobrás para resolver a questão. Neste documento de 26 de setembro de 2006, intitulado “Manifesto em prol da Escola Municipal Luiz Gonzaga e de sua História no município de São Gonçalo, no Rio de Janeiro”, a comunidade escolar solicita um comprometimento do poder público e da Petrobrás em cumprir com as promessas entregando a obra dentro do prazo prometido.

É possível identificar, neste mesmo documento, uma característica deste movimento, um movimento que se diz comprometido com a educação pública e com a formação de cidadãos críticos e conscientes, tendo como uma das lideranças uma historiadora, professora Marina, o movimento se preocupou também em valorizar a história da escola como um meio de elevar a autoestima daquela comunidade. Estes traços se mostraram presente neste documento, no qual os trechos abaixo fazem parte, e estará presente em outros documentos e projetos pedagógicos como veremos a frente:

Nossa escola sempre foi referência enquanto formadoras de cidadãos críticos e conscientes, sendo, portanto um exemplo positivo diante do contexto atual da educação pública de nosso país. Não podemos deixar que a Escola Municipal Luiz Gonzaga seja somente um projeto futuro, mas uma realidade concreta sempre presente na educação

do Brasil<sup>44</sup>.

Lembramos que a Escola Municipal Luiz Gozaga tem sua história escrita na Avenida Presidente Kennedy, bairro Estrela do Norte, em São Gonçalo. Em momento algum, as autoridades gonçalenses perguntaram aos professores, funcionários, alunos, pais e responsáveis se a mudança de endereço iria atender aos seus anseios e de suas adjancências. A verdadeira democracia se faz através do diálogo com a comunidade<sup>45</sup>.

Nestes dois trechos acima é possível analisar a perspectiva política do movimento. No discurso feito pela comunidade escolar através do manifesto é assumida uma posição política em defesa do diálogo e da democracia na gestão da educação. Destaca-se também o orgulho de se formarem cidadãos conscientes na dita escola, esta também é a assunção de uma política que defende que a escola é o local da formação integral do ser, com objetivo de ser libertadora.

Ainda no manifesto, a comunidade escolar faz 3 proposições a Semed e à Petrobrás:

- 1- Promover um encontro entre os responsáveis da Petrobrás pelo projeto e a comunidade escolar da EMLG para que possamos ser ouvidos (professores, funcionários, alunos e pais) e apresentemos nossas propostas e preocupações.
- 2- Valorizar a história da E.M. Luiz Gonzaga. Alunos, ex-alunos, professores, ex-professores têm uma parte de suas vidas escritas nesse espaço educacional. A qualidade do ensino, que sempre foi uma característica e um comprometimento desta escola, será melhor na medida em que somarmos nossos conhecimentos pedagógicos com a tecnologia de ponta e com recursos da Petrobrás
- 3- Refletir sobre a necessidade de um documento que consolide a discussão e garanta o direito dos alunos, pais, funcionário e professores. Posto que muitos pais pensam em transferir seus filhos ou, simplesmente, tirá-los da escola por temerem que a construção não se realize e que seus filhos fiquem sem local para estudar dentro da sua comunidade<sup>46</sup>.

Vê-se claramente a busca pelo diálogo e o desejo em ser ouvido. Este pedido para que a comunidade escolar seja ouvida é também revelador de uma prática supostamente autoritária da prefeitura como já destacado em outro trecho deste documento. Da mesma forma revela uma insistente busca pela escuta ativa da comunidade escolar e pela democratização dos espaços de deliberações sobre a escola.

O ponto dois é interessante de ser analisado, pois expressa alguns importantes aspectos das características deste movimento. Na primeira frase, como já foi citado mais acima, há uma proposição para se valorizar a história da EMLG demonstrando uma consciência histórica do grupo e atribui a esta história uma tradição de boa qualidade de ensino e comprometimento dos

---

<sup>44</sup> Manifesto em prol da Escola Municipal Luiz Gonzaga e de sua História no município de São Gonçalo, no Rio de Janeiro de 26/09/2006.

<sup>45</sup> Idem.

<sup>46</sup> Ibidem.

profissionais com a escola, tendo dito isso, concluem que a tecnologia e os recursos da Petrobrás, aliados com o conhecimento pedagógico da equipe teria o potencial de elevar a qualidade da escola.

Este ponto é importante, pois deixa claro que o MPLG não se opunha à Petrobrás nem era apenas saudosista dos velhos tempos do antigo prédio, muito menos viam a empresa como a vilã da história. Muito pelo contrário, esta comunidade escolar buscou junto à Petrobrás, melhorias técnicas e estruturais para a escola em proposta de parceria. A pauta principal do MPLG sempre foi a realização da obra do prédio permanente na rua Toledo Piza.

No terceiro ponto há o pedido de compromisso para com os responsáveis de entregar a obra dentro do prazo, posto que a comunidade escolar estava se desfazendo com os responsáveis tirando os alunos da escola. É bom lembrar, que quando este documento é escrito, as aulas já estavam ocorrendo há alguns dias no antigo SAMDU. O que fica claro neste ponto é a percepção que já se tinha de que as obras iriam atrasar, por isso muitos pais temiam que a construção não se realizasse.

O Movimento em Prol do Luiz Gonzaga carimba novamente seu posicionamento político em um parágrafo muito contundente e repleto de defesas de ideais emancipadores para a educação:

A Educação Pública tem que ser prioridade para todos, só assim poderemos investir no ser humano, diminuindo gastos com a violência, com as doenças, com as injustiças e com as desigualdades. Seres humanos livres, justos, solidários e conscientes são fundamentais para o bom funcionamento de uma sociedade evoluída e digna. O direito à Educação de qualidade é garantido pela Constituição Brasileira, temos que viabilizá-lo.<sup>47</sup>

A realidade da escola, principalmente por ser uma consequência do projeto COMPERJ, tinha ganhado destaque na mídia local. O jornal O Fluminense<sup>48</sup> na edição de 14/09/2006 anuncia que a EMLG passará a funcionar no antigo SAMDU. No início da reportagem, Uchoa afirma que comunidade escolar iria entregar um abaixo-assinado a Semed para tentar impedir que a escola funcionasse naquele local. A atuação e organização do MPLG foi rápida e ativa com potencial mobilizador da comunidade escolar muito forte. A pauta tinha apelo, uma escola funcionar em um posto de saúde desativado gerava comoção na comunidade. A reportagem afirmava ainda o seguinte:

---

<sup>47</sup> Manifesto em prol da Escola Municipal Luiz Gonzaga e de sua História no município de São Gonçalo, no Rio de Janeiro de 26/06/2006.

<sup>48</sup> O Fluminense (RJ) - 2000 a 2009 - DocReader Web (bn.br). Acesso em: 28/082023, às 13:58

A Petrobrás começará em outubro a construir um novo prédio na rua Toledo Pizza (sic), no bairro São Miguel, que abrigará a escola municipal Luiz Gonzaga. Em 2007, os alunos já iniciarão os estudos na nova sede, prometeu a prefeitura.

Tal informação foi contestada pelos integrantes do MPLG em um dossiê formulado pelo MPLG. O documento de 15 de novembro de 2006 diz assim:

O compromisso da Petrobrás de construção do novo prédio da E.M. Luiz Gonzaga, como está sendo “ventilado” pelas autoridades e anunciado no “O Fluminense” do dia 14 de setembro, não se encontra em nenhum documento oficial.<sup>49</sup>

A reportagem traz ainda a fala de duas mães de alunos que ficaram temerosas acerca das possibilidades de se contrair doenças naquele local por anteriormente ali já ter sido um posto de saúde. Há também a fala da professora Marina no fim da reportagem alertando sobre o tamanho insuficiente das salas de aula improvisadas para o quantitativo de 40 alunos por turma.

Em 22/09/2006, “O Fluminense”<sup>50</sup> fez uma reportagem especial sobre o “Desenvolvimento Petroquímico”, com foco no Centro de Integração da refinaria da Petrobrás, que segundo o periódico prometia aquecer a economia gonçalense. Na reportagem de Júlio Honaiser de cinco páginas em uma edição especial do jornal, o repórter destrincha o que seria o projeto COMPERJ e apresenta trechos da entrevista com o coordenador do projeto petroquímico da região, Jacy Miranda. Miranda afirma que as obras do CICOMPERJ começariam em setembro e estariam prontas até o final do ano.

Todavia, no documento do MPLG intitulado “Dossiê Escola Municipal Luiz Gonzaga”, de 15 de novembro de 2006, o movimento, citando a dita entrevista, afirma que apenas a antiga escola havia sido demolida e no terreno não havia começado ainda nenhuma obra:

Em matéria do jornal “O Fluminense” do dia 22 de setembro de 2006, o coordenador do projeto petroquímico da região – Jacy Miranda, as obras do Centro de Integração começariam em setembro e estariam prontas até o final do ano, Até agora – meados de novembro – o local que abrigaria o Centro só abriga os escombros da E. M. Luiz Gonzaga.<sup>51</sup>

Este dossiê produzido pela comunidade escolar em 15 de novembro de 2006 é um documento de uma lauda impresso em folha A4 e foi distribuído pelos organizadores. O documento começa narrando a demolição da escola e a causa para a desapropriação. É possível

---

<sup>49</sup> Dossiê Escola Municipal Luiz Gonzaga – 15/11/2006.

<sup>50</sup> Reportagem de 22/09/2006 de O Fluminense.

<sup>51</sup> Dossiê Escola Municipal Luiz Gonzaga – 15/11/2006.

notar ao longo do documento que a desconfiança do atraso que se via em setembro, se consolidava neste documento de novembro, com a comunidade escolar reforçando uma expectativa negativa quanto ao cumprimento dos prazos dados pela prefeitura. Não somente no trecho destacado acima acerca do CICOMPERJ, mas, sobretudo, a preocupação de que a escola não fosse entregue no prazo acordado com as autoridades. O atraso ao que parece era iminente e perceptível. Diz assim um trecho do dossiê, “ora, a única ação efetivada até agora – novembro de 2006 – foi a demolição da escola e a transferência do seu corpo docente e discente para o prédio onde funcionava o antigo SAMDU – posto de saúde desativado pela prefeitura”.<sup>52</sup> Nenhuma licitação havia sido feita para as obras ainda.

As condições impróprias em que a escola passou a funcionar foi também recorrente pauta de reclamação por parte do MPLG. A partir de meados de setembro de 2006, a escola teve suas dependências adaptadas em um local que outrora fora um Posto de Saúde, não é difícil imaginar que as estruturas de um posto de saúde, ainda que com alguma adaptação, não poderia servir a uma escola, mesmo que provisoriamente. Há relatos de existência de um necrotério no local, o que gerou na escola um grande mito entre alunos e funcionários, de que nas proximidades do necrotério teriam assombrações e fantasmas. A biblioteca da escola funcionava no antigo CTI, o jornal Extra e o G1 certa vez publicaram uma matéria sobre uma infestação de pulga que houve na escola, ou seja, as condições a que a escola foi submetida neste período eram inaceitáveis.

---

<sup>52</sup> Idem.

Figura 1 - Aulas são suspensas em escola por causa de infestação de pulgas (Matéria do Jornal Extra)

The screenshot shows a news article from G1. The main headline is "Aulas são suspensas em escola por causa de infestação de pulgas". The sub-headline reads: "Segundo o Sepe, alunos e professores chegaram a ser mordidos. Vigilância Sanitária já fez a desinsetização e aulas voltam na terça." The article text states that the Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (Sepe) announced that a school in São Gonçalo, Rio de Janeiro, had to suspend classes on Monday due to a flea infestation. It mentions that the school was disinfested and classes resumed on Tuesday. A sidebar on the left lists various news categories like "Primeira Página", "Brasil", "Carros", etc. Below the main article, there are several "saiba mais" (know more) links to related stories.

Fonte: Portal G1<sup>53</sup>.

Figura 2 – Pulgas em escola pública de São Gonçalo podem indicar infestação de ratos, afirma especialista (Matéria do Jornal Extra)

The screenshot shows a news article from Jornal Extra. The headline is "Pulgas em escola pública de São Gonçalo podem indicar infestação de ratos, afirma especialista". The author is Rodrigo Gomes. The article text discusses a flea infestation at Escola Municipal Luiz Gonzaga in São Gonçalo, Rio de Janeiro. It notes that this could be a sign of a rat infestation, as stated by Raimundo de Carvalho, a specialist from Fundação Oswaldo Cruz. The text explains that fleas are common in homes with dogs and cats, and that rats are also present in the area.

Fonte: Jornal Extra

O dossiê do MPLG, sobre as condições da escola, diz o seguinte:

<sup>53</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL1035082-5606,00-AULAS+SAO+SUSPENSAS+EM+ESCOLA+POR+CAUSA+DE+INFESTACAO+DE+PULGAS.html>.

Os profissionais de educação contestaram a adequação do novo local para o funcionamento da escola. Em abaixo assinado ressaltaram a falta de condições de segurança (beira da rua), de condições pedagógicas (falta de quadra para atividades de Educação Física e as salas de aulas são antigos ambulatórios) e sanitárias (Já que o prédio funcionava como assistência médica de ambulatório e de emergência, além de conter um necrotério). A prefeitura realizou obras de emergência no local. No entanto, as obras não mudaram as estruturas do prédio, o que caracteriza obra de “maquiagem”. [...] O antigo prédio da E.M. Luiz Gonzaga, embora em situação precária, contava com quadra esportiva, salas amplas e local afastado da rua principal.<sup>54</sup>

Narrativa que foi endossada pelo ministério público em 2008 no seguinte processo:

Processo Luiz Gonzaga

2008.004.034750-8

Resumo dos fatos e pedidos

Pronunciamento do MP

O Ministério Público por intermédio de sua Promotoria de Tutela Coletiva se manifestou nos autos verificando que as condições narradas na inicial trazem lesões ao direito à educação de crianças e adolescentes. Reconhece que a atual instalação da Unidade escolar é inapropriada por não possuir qualquer estrutura necessária para abrigar o corpo docente e discente, prejudicando as aulas ministradas, a educação e a permanência dos alunos na escola.

Os pedidos feitos pelo SEPE na peça inicial foram os seguintes: Tutela antecipada, ou seja, um pedido de deferimento antecipado antes de ser julgado o caso em conflito, no qual foi pedido ao Magistrado uma solução célere tendo em vista ser ano de eleição e a possibilidade de mais uma dívida de Gestão governamental.

Foi pedido designação de audiência Especial, como também a exibição do documento de possível procedimento de Licitação noticiado em Diário Oficial.

Pedido de remessa dos autos ao Órgão do Ministério Público.

Declarar a responsabilidade do Município e condená-lo a proceder na Instalação da Unidade Escolar em local e estrutura física e material adequados em prazo a ser fixado sob pena de multa.<sup>55</sup>

A situação da condição de funcionamento da escola no antigo SAMDU foi uma pauta contínua devido à inércia da prefeitura em resolver a situação. Em junho de 2009, enquanto a escola ainda funcionava no prédio adaptado, o então vereador e presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Vereadores, Marlos Costa do PT fez uma visita a unidade escolar e enviou o relatório feito por ele à professora Marina, dizia o relatório da Comissão de Educação da Câmara dos Vereadores de São Gonçalo:

[...] na Escola Municipal Luiz Gonzaga o que espanta é a total falta de condição do espaço, que anteriormente abrigava uma unidade de saúde. No local, o que se encontra são salas de aula pequenas, sem portas ou janelas, o que dificulta o trabalho já que os sons se confundem. Paredes sujas, marcas de infiltrações, portas quebradas, espaços isolados com tapumes, banheiros quebrados, vazamentos, pátio inadequado para a prática de esportes. [...] Para Marlos, as condições do imóvel ocupado pelo Luiz Gonzaga não justificam o valor do aluguel pago pela prefeitura de R\$20 mil.

<sup>54</sup> Dossiê Escola Municipa Luiz Gonzaga – 15/11/2006.

<sup>55</sup> Processo Luiz Gonzaga 2008.004.034750-8 Resumo dos fatos e pedidos Pronunciamento do MP.

Como podemos ver era senso comum entre as partes que o espaço ocupado provisoriamente pela escola não reunia as condições básicas para a realização da prática pedagógica. Durante os três anos de luta do movimento estas condições foram denunciadas e a cobrança do novo prédio sempre presente nas pautas e palavras de ordem.

O grupo se reunia para tirar algumas deliberações e debater sobre o movimento. Essas reuniões aconteciam na escola, na casa de um dos participantes ou até na sede do Sepe-SG. O Sepe-SG auxiliou o movimento durante toda sua existência. O MPLG estava sempre presente nas assembleias do SEPE-SG levando informes e levando a luta em prol do Luiz Gonzaga à categoria como um todo. A pauta do MPLG passou a ser a pauta da categoria dos profissionais de educação do município de São Gonçalo.

Reitero a autonomia e o protagonismo do movimento ressaltando que a atuação do Sepe-SG foi de suma importância auxiliando na construção desta luta e na conquista da vitória. As audiências com a prefeitura sempre contaram com a participação de representantes do sindicato. Nos atos realizados pelo Sepe-SG, o MPLG estava presente com faixas cobrando a entrega do novo prédio e palavras de ordem em “Prol do Luiz Gonzaga”. O sindicato também era um agente divulgador desse movimento e que junto a ele cobrava a entrega do prédio definitivo. Durante a greve da rede municipal de São Gonçalo de 2008, o MPLG esteve presente nas ações do Sepe-SG, organizando a sua comunidade escolar e participando ativamente da construção da greve. Levavam sempre as faixas em prol do Luiz Gonzaga com os dizeres “Pela (re)construção da Escola Municipal Luiz Gonzaga” e dessa forma a pauta foi a ganhando repercussão no município e na categoria.

Chegou 2007, e o que a comunidade escolar da EMLG já previa se concretizou. As obras não foram entregues e a escola continuaria a funcionar no endereço provisório. No início de abril daquele ano foi realizada uma reunião para tratar sobre a reconstrução da unidade escolar. Segundo a ata desta reunião<sup>56</sup> que ocorreu na Secretaria de Educação, na sala de multimeios, estiveram presentes responsáveis, alunos, funcionários administrativos, professores, inclusive as novas diretoras da escola. A prefeitura enviou seus representantes da Secretaria de Educação, professora Alba Rodrigues, então subsecretária de educação, sr<sup>a</sup> Tereza subsecretária de orçamento e o engenheiro sr<sup>o</sup> Décio.

Na reunião os representantes da prefeitura afirmaram que o prédio só estaria pronto para uso em 2008, oficializando assim o descumprimento do primeiro prazo dado pelas autoridades competentes. A Semed disse haver orçamento, porém a licitação ainda não houvera sido feita.

---

<sup>56</sup> Ata de reunião com Semed em 02/04/2007.

Nesta reunião houve uma nova promessa dada a comunidade escolar. A presença do engenheiro na reunião tinha um objetivo, ele apresentou o novo projeto que a prefeitura tinha para a escola, segundo consta na ata, a construção seria baseada nos estudos do professor Carvona da UFRJ que desenvolveu um projeto de tijolo ecológico, que usaria pouco cimento e garantiria a durabilidade. Em um informativo da Semed, há a informação de que estes tijolos seriam produzidos pela população carcerária. Um projeto sustentável ecologicamente e inclusivo sociologicamente.

Nesta planta o prédio teria o andar térreo, primeiro andar e segundo andar, todos conectados por rampas. Ainda segundo a ata da reunião, seriam 12 salas de aula com capacidade para 40 alunos cada. Destacam ainda que todas as salas teriam televisões e vídeos. No térreo estaria o refeitório, os banheiros, a cozinha, a dispensa, a sala dos professores, a diretoria, o SOE, a secretaria, a biblioteca, os vestiários masculino e feminino, banheiro para pessoas com deficiência, a quadra poliesportiva, uma sala de aula e a guarita para o inspetor. No primeiro andar as salas de aula dividiriam espaço com os banheiros, o auditório e a sala de informática. No segundo pavimento funcionariam as salas de aula, laboratório de Ciências e o Grêmio estudantil.

Quanto ao prazo, a reunião não foi muito objetiva. Apesar de acenar para o início das aulas no novo prédio em 2008, a prefeitura alegou que no final daquele mês de abril iriam começar os estudos de solo e que a licitação para a obra ainda não houvera sido realizada. Os representantes da prefeitura disseram que a obra poderia ter a duração de seis meses, porém o prazo ainda não estaria fechado.

Uma nova reunião com a Semed foi marcada para o dia 21/06/2007. Para esta reunião o MPLG mobilizou a comunidade escolar e a categoria a estarem presente. Um comunicado foi divulgado convocando para a reunião que trataria da construção da escola. Segue o comunicado:

#### COMUNICADO

A reunião sobre a construção da Escola Municipal Luiz Gonzaga será no dia 21 do corrente mês [junho], na próxima quinta-feira, no Centro Cultural. Não falte sua presença é muito importante!

Atenciosamente, comissão em Prol do Luiz Gonzaga.

São Gonçalo. 15 de junho de 2007

Na reunião do dia 21 de junho de 2006 a Semed assegura novo prazo, segundo o relatório da reunião<sup>57</sup> até dezembro de 2007 as obras estariam prontas e o prédio entregue. Todavia o projeto arquitetônico da escola houvera mudado com a alegação de que o estudo de

---

<sup>57</sup> Relatório reunião dia 21/06/2006 – semed.

solo feito no mês de abril havia chegado à conclusão de que para melhor aproveitar o espaço e pelo solo do terreno, a escola contaria com três prédios de dois pavimentos e um prédio de um pavimento, todos conectados por passarelas. De acordo com a Semed o novo projeto possibilitaria um aumento de quatro salas de aula, conclui ainda que para iniciar a obra estão aguardando a fabricação de 80 mil tijolos ecológicos. Nesta ocasião marcaram uma próxima reunião para a data de 9 de julho de 2007.

No ano de 2007, a EMLG comemorava 18 anos de fundação sob as condições precárias em que se encontrava. O MPLG aproveitou então a maioria da escola e fez desta data um projeto pedagógico e político de enorme importância para aquela comunidade. O projeto tinha o nome de “A maioria da Escola Municipal Luiz Gonzaga – a (re)construção da nossa memória. Somos parte dessa História”. Na circular de proposta de projeto assinada pela direção, coordenação e SOE no dia 30 de junho de 2007 o apelo a cidadania e participação aparece com firmeza no texto da circular, o momento em que a escola passava de luta política por seu espaço tornava mais próximo daquela comunidade o debate acerca da cidadania. Vejamos o que diz o projeto

Quando um trabalha junto, todos assumem a liderança<sup>58</sup>

Um projeto carrega consigo, em sua definição, a essência da cidadania, que é a participação. Por que isso? Porque cidadania significa participar. Mas não qualquer participação: é a participação no pensar, no projetar, no criar, no construir um novo caminho

A participação na execução refere-se a quem faz as coisas: os que produzem praticamente tudo, os trabalhadores. Neste tipo de participação entramos de corpo inteiro. Depois há a participação nos resultados. O importante é a participação no planejamento, na construção do projeto. Essa é a que interessa, pois no planejamento é que se decide quem faz o quê (execução) e quem fica com o quê (resultados). Participação que é cidadania é a participação no planejamento, na construção do projeto. Pois é nesse momento que o ser humano tira de si o que tem de mais profundo, original, criador.

A construção de um projeto como o que vamos iniciar é prática corajosa. É através dessa prática que novos cidadãos vão surgir.

Quem dera coordenar fosse simples como diz o dicionário: dispor segundo certa ordem e método, organizar, arranjar... Ligar e interligar pessoas ampliando os ambientes de aprendizagem, essa é a meta.

A coordenação só poderá concretizar a sua parte com a sensibilização e a doação de todos.

Colegas, estaremos todos juntos nesta tarefa: direção, coordenação, professores e funcionários.

Ainda em junho de 2007, a proposta de projeto trazia perspectiva de culminância em novembro do mesmo ano. O projeto especificava três objetivos que reafirmavam o

---

<sup>58</sup> Lançamento do Projeto Maioridade do Luiz Gonzaga em junho de 2007.

posicionamento político e filosófico do MPLG e reiteravam também o valor dado à valorização da história da escola como meio de resgatar a autoestima dos discentes. Os objetivos eram:

- Resgatar a autoestima da comunidade escolar valorizando a História da E.M. Luiz Gonzaga;
- reconstituição do contexto histórico do período de fundação da nossa escola; e
- Rompimento com preconceitos com relação à cultura nordestina, através da sua valorização, principalmente, através da figura do nosso patrono Luiz Gonzaga<sup>59</sup>.

A realização desse projeto no meu entender foi uma das mais importantes ações políticas do MPLG, ele foi realizado em novembro de 2007, e materializou a cidadania ativa enquanto prática pedagógica que este movimento já vinha praticando desde 2006. O projeto buscou historicizar a fundação da escola reforçando a importância desta para a comunidade como uma tentativa de resgate da autoestima de uma comunidade escolar que estava sendo maltratada, relegada a ter suas atividades desenvolvidas em local altamente impróprio para a prática pedagógica. Esta atividade foi capaz ainda de trabalhar a valorização da cultura nordestina e o combate ao preconceito regional, o patrono da escola, Luiz Gonzaga foi a figura escolhida para representar a identidade do povo do nordeste e através dele se reforçar uma outra visão acerca da cultura nordestina.

O projeto que foi realizado na Escola Cecília Meireles, uma escola privada que fica localizada nas imediações do antigo SAMDU, cedeu sua quadra para a realização do evento. A proposta do evento feita em junho de 2007, previa um túnel do tempo com a reconstituição da história do Brasil e do mundo no ano de 1989, ano de fundação da escola. O túnel do tempo ficaria na entrada da festividade e seria composto por fotografias, matérias jornalísticas, documentos do contexto histórico e de toda a equipe do Luiz Gonzaga, inclusive os ex-alunos. A justificativa do projeto dizia o seguinte:

Nós, educadores da Escola Municipal Luiz Gonzaga, reconhecendo a importância do trabalho desenvolvido com a comunidade escolar durante estes dezoito anos de existência da instituição, pretendemos apresentar nossa retrospectiva histórica, visando a sua perpetuação na memória de todos aqueles que por aqui passaram: alunos, pais, professores e funcionários.

A metodologia usada pela escola enfatizava a operacionalização das ações educativas, envolvendo pesquisas sobre o patrono da escola, sobre a própria comunidade escolar e a cultura nordestina em sentido amplo. O espaço escolar se tornou de fato um espaço de formação integral neste evento. O campo do ensino pode ter suas potencialidades exploradas ao reunir

---

<sup>59</sup> Idem.

atividades diversas de todas as disciplinas em conjunto, uma interdisciplinaridade envolvente, que explorava elementos identitários, a realidade atual daquela comunidade escolar, a busca por cidadania e valorização da História local. O evento mexeu com afetos e emoções, significando-as dentro de uma lógica espaço-temporal com intuito de consolidar os laços e retomar forças para seguir a batalha que ainda estava longe de terminar.

O projeto foi realizado para toda a comunidade escolar e foi um sucesso. Os alunos tiveram protagonismo na construção e apresentação do evento, envolveram-se com a causa e abraçaram as ideias e os objetivos. Houve apresentações de dança, alunos caracterizados de Luiz Gonzaga, peça de teatro, entre outras. Com o objetivo de valorizar a cultura nordestina, o evento promoveu literatura de Cordel, tratou sobre a imigração nordestina para São Gonçalo, danças nordestinas foram apresentadas pelos alunos, desfile de personalidade histórica nordestina, não foram esquecidos os antepassados indígenas e negros, nem a colonização analisada por uma perspectiva não alinhada ao eurocentrismo<sup>60</sup>.

Um mês depois é reafirmada pela prefeitura a inauguração do prédio em fevereiro de 2008. O projeto é classificado como de uma escola modelo e destacado o foco na questão ambiental e social orientando o processo decisório da formulação do projeto. Os aspectos principais sublinhados foram a previsão de uso de tijolos ecológicos, o reaproveitamento de água da chuva e a utilização de mão de obra de presidiários.

A ideia central do empreendimento da Escola Luiz Gonzaga partiu da experiência bem-sucedida de construção de 8 (oito) escolas, no Sistema Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro, em tempo recorde e com custo relativamente baixo e utilizando-se de material de melhor qualidade e exclusivamente mão de obra de presos ou egressos. O maior custo de material será o de tijolo ecológico fabricado por internos das penitenciárias, com tecnologia exclusiva de Professores da COOPE/UFRJ, Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia, sendo esta uma das principais razões do custo mais acessível de construção, com exclusão de gastos com impostos e com uma grande ação de recuperação dos internos.

A construção seguirá o padrão de construção sustentável utilizando-se dos meios mais modernos de aproveitamento de águas pluviais, iluminação natural, existência de rampas para cadeirantes, banheiros e vestiários para alunos com necessidades especiais, femininos e masculinos, quadra de esportes coberta com previsão para palco destinado aos eventos culturais e pedagógicos.

O ano de 2008 não trouxe a aguardada inauguração da nova construção que abrigaria a EMLG. Pelo contrário, o primeiro semestre do ano terminou com uma greve da categoria no município exigindo reajuste salarial. Em 05 de maio de 2008, em assembleia do Sepe-SG pela rede municipal foi decretada greve por tempo indeterminado. A pauta principal do movimento

---

<sup>60</sup> Ibidem.

grevista era um reajuste de 26% para cobrir perdas salariais consequentes de cinco anos sem reajustes. À época o salário-mínimo estava em R\$ 415,00, o salário dos inspetores era de R\$ 278,00, e dos professores R\$ 566,00. A prefeitura<sup>61</sup> afirmava não haver orçamento para pagar o que para eles era justo, mas não possível. A proposta da prefeitura aventava um aumento de 2,5% para todos os servidores municipais, proposta que foi recusada pelo SEPE-SG, pois na prática esses números aumentariam o salário dos inspetores em R\$ 6,00 e dos professores em R\$ 14,00.

A greve perdurou por algumas semanas e o MPLG foi ativo no movimento grevista organizando a comunidade escolar, estando presentes nas assembleias e atos, unindo a luta em prol do Luiz Gonzaga com o movimento grevista. A ação pedagógica de cidadania do MPLG seguiu sendo praticada durante o período de greve. Em 28 de maio de 2008, a comunidade escolar esteve reunida, com 44 pessoas presentes entre professores, funcionários, alunos e responsáveis, para que os trabalhadores da escola expusessem à comunidade escolar o porquê de estarem em greve. As questões econômicas são destacadas com ênfase para o descumprimento da lei do piso nacional e a defasagem salarial. A ata manuscrita da reunião começa assim:

A greve foi nosso recurso extremo. Não queríamos a greve, no entanto, ela se fez necessária. Nós do Luiz Gonzaga, funcionários e professores em greve, temos um motivo maior para estarmos na luta: a construção da nossa escola. Não foi esse o motivo da greve, no entanto, para nós, foi o seu maior incentivo.<sup>62</sup>

Em 12 de junho de 2008, ainda sob a greve dos profissionais de educação foi divulgado em Diário Oficial o Termo de Contrato 025/2008 da construção da escola. A partir desta informação o MPLG lançou um abaixo assinado solicitando a prefeita Aparecida Panisset, a divulgação oficial das datas do início e término da obra reiterando os sucessivos atrasos e descumprimentos de prazos estipulados pela prefeitura.

Doze dias depois, o jornal “O Fluminense” anuncia que a nova sede da escola começara a ser construída: “O terreno novo passa por terraplanagem, realizada pelos operários da empresa Polijob Engenharia, que venceu a licitação pública, oferecendo aproximadamente R\$1,18 milhão.”<sup>63</sup> Todavia, em março do ano seguinte, ainda sem a inauguração da nova acomodação

---

<sup>61</sup> Reportagem da uol Professores e funcionários de São Gonçalo mantêm greve na rede municipal... - Veja mais em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2008/06/04/professores-e-funcionarios-de-sao-goncalo-mantem-greve-na-rede-municipal.htm?cmpid=copiaecola> - acessado em 28/08/2023.

<sup>62</sup> Ata segunda reunião por que estamos em greve – Reuniao E.M. Luiz Gonzaga – 28/05/2008.

<sup>63</sup> O Fluminense – 24/06/2008.

da escola, o MPLG produz um novo abaixo assinado pedindo um compromisso de divulgação da data decisiva da inauguração das novas instalações da EMLG.

No Diário oficial de 30 de abril 2009, é aberto um novo certame licitatório para as obras da escola. Não encontrei a informação da causa que fez a empresa Polijob Engenharia não concluir a obra, porém este novo certame foi vencido pela empresa Nictheroy Construções Ltda/epp pelo valor de R\$ 1.207.564,73.

Em 2010, a comunidade escolar venceu esta batalha com a nova sede sendo inaugurada em 27 de fevereiro de 2010. A importância que esses profissionais tiveram na história dessa escola é imensurável. Questiono-me, se não fosse a luta desta comunidade escolar, a EMLG existiria? Não sabemos, e que bom que não sabemos. Pois esta comunidade se compreendeu como sujeito da sua própria história e tomou o protagonismo de seu destino em suas mãos. Envoltos no que Paulo Freire classifica como “pensar certo<sup>64</sup>”, mesmo que talvez involuntariamente, estes sujeitos se rebelaram contra o sistema de maneira organizada, politizada e incessante. E venceram.

Foram três anos e meio de luta que envolveram muita energia, muito desgaste e muito comprometimento de toda a comunidade escolar por um mesmo objetivo, a construção e entrega do prédio definitivo para a EMLG. As dependências onde a escola funcionou de 2006 a 2010, no antigo posto de saúde, eram lastimáveis e de grande insalubridade.

---

<sup>64</sup> FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

## **2 A EDUCAÇÃO NA POLÍTICA GONÇALENSE, A INFLUÊNCIA DO PROJETO DO COMPERJ NA POLÍTICA DE SÃO GONÇALO E O JOGO DE ESCALAS**

### **2.1 A escolha de diretores nas escolas municipais de São Gonçalo**

O ano de 2016 foi um ano de combate entre a prefeitura e o Sepe-SG, logo que cheguei na rede, meses depois, participei da minha primeira greve reivindicando cumprimento do piso salarial. As dificuldades na rede municipal de São Gonçalo são de todas as sortes, as influências de vereadores nas unidades escolares são alarmantes e são uma engrenagem de um sistema complexo de manutenção de poder, que envolve diversos outros setores da prefeitura. Essa prática não é exclusiva de determinadas gestões, é uma prática disseminada há décadas no município.

Atendo-me às questões da educação, a dinâmica que acontece na cidade envolvendo a rede municipal de educação gira em torno de zonas de influências distribuídas pelo gestor municipal aos legisladores da cidade. Nestas zonas de influências, leia-se escolas (e outras entidades municipais), os vereadores indicam seus cabos eleitorais para ocuparem cargos comissionados. A distribuição das escolas como áreas de influência política é feita pelo executivo aos legisladores de sua base, ou para que venham para sua base. Historicamente a situação sempre foi imensa maioria na Câmara dos Vereadores de São Gonçalo. Em troca das zonas de influência, os vereadores devem entregar seus votos no plenário em favor das matérias do executivo, sob o risco de perder tais zonas e conseqüentemente, perder poder de barganha com sua base política.

Esta troca de favores políticos influencia diretamente a gestão das escolas, que nada tem de democrática, como está no PME do município. É comum ouvir de um colega novo na escola, normalmente fazendo dobra, o seguinte questionamento “de que vereador é esta escola?”. Cada escola é “apadrinhada” por um vereador, que indica os funcionários comissionados (seus cabos eleitorais) e não obstante, indica também a direção da escola (também cabos eleitorais). Não há nenhuma participação da comunidade escolar na escolha de seus diretores. Muito menos há estabilidade no cargo de direção na escola, por algumas vezes e em diferentes escolas presenciei três, quatro trocas de direção em um mesmo ano letivo sem nenhuma justificativa ou aviso prévio aos que estudam e trabalham nas escolas. Esta lógica gera uma “dança das cadeiras” de diretores nas escolas do município, quando algum diretor é exonerado, logo se aproxima de

outro político que oferece o cargo de direção em outra escola. Não é difícil de se supor que estes diretores não têm autonomia para exercer seus cargos, na maioria das vezes cria-se um conflito entre os interesses da escola e os dos vereadores, caso não sejam atendidos os interesses destes, o risco de exoneração do diretor é eminente. Uma dinâmica que faz prevalecer os interesses políticos privados na escola, sobre os interesses da comunidade escolar. No último ano a rede municipal deixou de receber milhões em verbas do Fundeb, através do VAAR, pois não cumpre os critérios democráticos para a escolha de diretores escolares. Esta prática sistemática nas escolas as desvirtua de sua função social, tornando-as um espaço de barganha e influência político-partidária. A lei do Fundeb diz o seguinte:

Art. 5º A complementação da União será equivalente a, no mínimo, 23% (vinte e três por cento) do total de recursos a que se refere o art. 3º desta Lei, nas seguintes modalidades: [...] III- complementação-VAAR: 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) pontos percentuais nas redes públicas que, cumpridas condicionalidades de melhoria de gestão, alcançarem evolução de indicadores a serem definidos, de atendimento e de melhoria da aprendizagem com redução das desigualdades, nos termos do sistema nacional de avaliação da educação básica, conforme disposto no art. 14 desta Lei  
I - provimento do cargo ou função de gestor escolar de acordo com critérios COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO técnicos de mérito e desempenho ou a partir de escolha realizada com a participação da comunidade escolar dentre candidatos aprovados previamente em avaliação de mérito e desempenho.

Na atual gestão, apenas três vereadores, de um total de 29, são oposição ao executivo e não têm influências sobre as unidades escolares. O Sepe-SG pauta há décadas que as unidades escolares da rede municipal sejam um espaço democrático e autônomo, livre das influências de vereadores e gestores. Para isso, é necessário se avançar em dois pontos: concursos públicos para provimento de vagas de funcionários administrativos nas escolas, acabando assim com as indicações políticas, e, a eleição para diretores de escola, pondo fim às escolhas de direção vindas da câmara dos vereadores. Em 2018, o Projeto de Lei 1093/2014<sup>65</sup>, do vereador Professor Paulo então no PCdoB, visava constituir eleições diretas para o provimento do cargo de direção nas escolas municipais o PL tinha como justificativa ter “como iniciativa valorizar o trabalho desses cidadãos que se dedicam à educação em nosso Município. Pela importância de tão bela e digna profissão, contamos com a colaboração do nobres Vereadores, para a aprovação desta matéria”.

Embora aprovado na câmara dos vereadores o projeto de lei sucumbiu ao chegar no executivo. O prefeito da época José Luiz Nanci – Cidadania -vetou o projeto de lei através do

---

<sup>65</sup> SICAM - Documento Legislativo DISPÕE SOBRE A ESCOLHA, MEDIANTE ELEIÇÃO DIRETA, DE DIRETORES E VICE-DIRETORES DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO GONÇALO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (processolegislativo.com.br).

ofício 1317<sup>66</sup> do gabinete do prefeito. Segundo Nanci o projeto de lei fere a constituição federal, pois a seu ver a nomeação para o cargo de direção de escola é de incumbência do executivo, o que inviabilizaria a realização de eleições para a escolha de tal cargo. Razões estas bem questionáveis.

A questão sobre o provimento do cargo de diretor escolar na rede municipal de São Gonçalo já foi tema debatido no V Congresso Nacional de Educação. Graciane Volotão e Tereza Cristina de Almeida Guimarães<sup>67</sup> (Volotão; Guimarães, 2018) levaram para a seara do debate nacional sobre educação o caso da prática de indicação política para o provimento dos cargos de gestores de escola. As autoras começam abordando o tema a partir do prisma da legalidade tendo como base a meta 19 do Plano Nacional de Educação – PNE. Tal meta diz respeito ao incentivo à gestão democrática nas escolas das redes estaduais e municipais. A lei 13.005/2014 dá o prazo de dois anos aos entes federados e municípios para se adaptarem às novas regras e promoverem o avanço da gestão democrática com criação de critérios para o provimento do cargo de diretor escolar. A partir do prisma da legalidade, as autoras confrontaram a lei com a realidade da nomeação de diretores na rede municipal de São Gonçalo, averiguando, a partir do Diário Oficial do município, as trocas de diretores em todas as escolas da rede no período de janeiro de 2017 a junho de 2018.

Em uma das escolas analisadas houve 5 trocas de gestores em 18 meses. Ainda de acordo com as autoras, essas alterações no cargo de gestão atrapalham não somente a rotina da escola, como toda a sua organização seja pedagógica, administrativa ou financeira. E justificam, pois, a parte pedagógica e administrativa necessariamente sofre alteração porque os cargos de “dirigente de turno” e “secretário escolar” são cargos de confiança do gestor. Da mesma forma, o Conselho Escolar se desfaz, pois ao trocar o gestor, novo Conselho Escolar deve ser eleito. Este último abre brecha para outra prática muito disseminada nas escolas da rede municipal de São Gonçalo que é a constituição do Conselho Escolar de maneira irregular e sem eleições. Ademais, esta dinâmica de trocas de diretores cria instabilidade ao Conselho Escolar, quando este é atuante nas escolas. Esta política clientelista há décadas extraindo vantagens privadas das escolas públicas inviabiliza o cumprimento da meta 19 do PNE ao insistir em manter as escolas sob domínio de grupos políticos.

---

<sup>66</sup> [Documentos Escaneados \(processolegislativo.com.br\)](https://processolegislativo.com.br).

<sup>67</sup> Volotão, G. S. R., GUIMARÃES, T. C. A. O provimento do cargo de diretor em São Gonçalo: gestão democrática? *In* Anais do V CONEDU (Campina Grande). Campina Grande: Realize Editora. 2018. Disponível em <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/48261>.

Para Marlos Costa, ex-vereador da cidade e um dos entrevistados nesta pesquisa, além da questão do poder político que essa dinâmica gera, existe a relação que o vereador constrói com aquela comunidade. Ressalta que seu partido, o PT, sempre pautou a eleição para diretores.

Isso é muito caro para a turma da política tradicional, “sou prefeitinho do bairro tal. Eu indiquei a diretora, mantenho postinho etc.”. essa relação com o vereador garante certos privilégios e rende votos. Isso faz parte da política da cidade, da tradição da cidade. É difícil romper com isso tudo.

A professora Iara, outra de nossas entrevistadas. Relembra que no governo de Henry Charles acabaram as eleições para diretor e na EMLG foi empossada no cargo a sobrinha do então prefeito. Essa mudança influenciou diretamente na vida dos alunos também, como podemos ver neste trecho do relato de Carlos Coelho, ex-aluno da EMLG.

E aí veio uma diretora mandada pela SEMED. E aí essa diretora, ela chegou na escola em 2004. Inclusive dizem que ela era sobrinha, tinha ligações com aquele ex-prefeito Charles.

Eliane, Eliane, é um nome assim. Inclusive, vamos dizer, essa pessoa imposta, isso na minha memória bateu muito nos professores, como a Iara falou, e também nos alunos. Porque ela era uma pessoa estranha a essa comunidade, entende? **B:** Sim, sim.

**B:** E os alunos tinham essa percepção também? Nós tivemos. Inclusive eu lembro até que ela, quando chegou, ela ficava dando voltas no Luiz Gonzaga para mostrar que ela estava, sabe, marcando território? Sim, sim. E a gente, enquanto aluno, nos sentimos agredidos com isso, eu lembro. Sim. E eu achei isso uma agressão, olhando hoje em dia, porque era uma pessoa estranha, já foi imposto esse quarto turno para a gente, e aí chegou. Eu acho que isso... E ainda é assim, Bruno? O diretor é um cargo político? **B:** Sim, até hoje é assim. A direção é indicada pelo vereador. É isso.

E eu acho isso muito triste, porque realmente eu peguei, e eu reparei que um diretor indicado, ele acaba atrapalhando um pouco, vamos dizer, nessa organização da escola, eu acho.

## 2.2 O financiamento público de escolas privadas em São Gonçalo

Antes da constituição de 1988, a educação não era um direito universal e o Estado não tinha a obrigação de garantir vaga nas escolas para as crianças. Na década de 1960, porém, com a franca ascensão das indústrias e fábricas em São Gonçalo a formação mais qualificada de mão-de-obra e vagas nas escolas para os filhos dos trabalhadores que migraram para São Gonçalo em busca de empregos, se torna uma demanda urgente.

Esta realidade local abriu brecha para o crescimento de escolas particulares em São Gonçalo financiadas com verbas públicas. Vejamos um pequeno trecho da entrevista de Marlos

Costa, que será visto novamente no capítulo 3, abrangendo uma parte maior da fala do ex-vereador.

[...] a cidade tinha uma rede muito pequena uma rede própria municipal muito pequena e a cidade convivia há décadas talvez com a política de distribuição de bolsas escolares que beneficiavam as escolas as escolas particulares então as pessoas estudavam em escolas particulares mas com bolsas do governo, da prefeitura municipal isso fez, na verdade, aqui na cidade fortunas surgiram aqui através dessa relação promiscua do poder público municipal com as escolas particulares porque se você era um empresário da educação que tinha boa relação com o governo municipal você conseguia centenas de bolsas então você conseguia encher a escola com recurso público e outros que não tinham talvez uma boa relação não conseguiam a mesma coisa. E Ezequiel quando vence a eleição Ezequiel por ser de um partido progressista por ser do PDT à época, ele rompe com isso e fala, agora a gente vai ampliar e vamos investir pesadamente em construção de novas escolas.

A tese de doutorado de Karyne Alves dos Santos<sup>68</sup> nos ajuda a compreender as imbricações políticas e econômicas que geraram esta política de financiamento público da rede privada na década de 1960. Karyne Santos citando Figueiredo (2010) nos recorda que até os anos de 1960, na cidade de São Gonçalo a opção para quem precisava cursar o ginásio era a escola particular, pois não havia ginásio público no município<sup>69</sup>. Na década de 1960, o Brasil passava por uma ditadura empresarial-militar sanguinária e que tinha uma perspectiva educacional clara, o tecnicismo. Escolas técnicas e profissionalizantes eram o mote da política educacional da ditadura, que via na educação apenas a função de formar mão-de-obra, e quanto mais barata, melhor. Nesse contexto da escola de massa, houve um forte investimento em bolsas de estudo para alunos que não tinham condição financeira, estudarem em escolas particulares. Essa política educacional depositava na iniciativa privada a responsabilidade pela educação na cidade e transferia dinheiro público para financiar educação privada, o que faz com que os empresários da educação privada em São Gonçalo enriquecessem e ganhassem prestígio político, inclusive ocupando cargos na secretária de educação.

O “Salário Educação” foi instaurado através da lei 4440 de 1964. Nesta lei, se entendia que as empresas deveriam arcar com a educação dos filhos dos funcionários, seja através do pagamento de uma alíquota em cima do vencimento do funcionário, seja disponibilizando escolas para os filhos destes. Porém, empresas com mais de 100 funcionários estavam isentas.

---

<sup>68</sup> SANTOS, Karyne Alves dos. A educação nas páginas do “O São Gonçalo”: política educacional no Município de São Gonçalo (1963-1967), 2022.

<sup>69</sup> Idem, pg. 156.

Esta lei aponta para uma percepção acerca da educação na ditadura empresarial-militar, a privatização da educação<sup>70</sup>.

Como afirma Karyne Santos, a educação em São Gonçalo era um ótimo negócio. Diversas escolas como Colégio São Gonçalo, Colégio Nilo Peçanha, Colégio Nossa Senhora das Dores, etc foram favorecidas com verbas da prefeitura para bancar as bolsas de estudos.

Na tese de Karyne Santos é possível ver ainda as diversas propagandas diárias veiculadas em um dos principais jornais da cidade, “O São Gonçalo”. Propaganda em jornal não é algo barato, para se ter diariamente publicações de diversas escolas nesse veículo o investimento é alto. O que revela uma boa saúde financeira dessas escolas. O mesmo jornal ensinava também como solicitar bolsas de estudos. O discurso político sobre as bolsas de estudo caminhava no sentido de entendê-las como “igualdade de oportunidades”.

Nos primeiros anos da ditadura empresarial-militar, ainda segundo Karyne Santos, houve um aumento da rede de escolas públicas em São Gonçalo, porém a rede privada já estava consolidada devido aos acordos políticos locais e possibilidades legais de financiamento público da rede privada de ensino, fruto de legislações privatizantes da educação provenientes da ditadura.

Esse arranjo privatizante da educação é terreno fértil para o florescimento de três grandes problemas na constituição de uma educação democrática. O primeiro deles é o mais imediato, a desigualdade educacional intrinsecamente ligada a desigualdade social, que garante educação somente àqueles que podem pagar por ela. O segundo grande problema consiste na concentração de renda nas mãos dos donos de escolas e na formação de oligopólios do negócio da educação. O forte enriquecimento dos empresários deste setor os dá força política e dessa forma, conseguem influenciar nas decisões políticas educacionais buscando seu favorecimento. Essas influências se dão indireta ou mesmo diretamente, ocupando cargos nas instituições de poder político, como foi o caso de São Gonçalo sob a gestão do prefeito Henry Charles que nomeou o dono do colégio São Gonçalo, a Secretário Municipal de Educação. Por último, ao responsabilizar o capital privado a disponibilizar educação, automaticamente o Estado se desobriga a investir neste setor. Como afirma Karyne Santos, a política educacional da ditadura empresarial-militar era a de tirar do Estado a responsabilidade sobre a educação<sup>71</sup>.

---

<sup>70</sup> Idem.

<sup>71</sup> SANTOS, Karyne Alves dos. A educação nas páginas do “O São Gonçalo”: política educacional no Município de São Gonçalo (1963-1967), 2022.

Karyne Santos relembra a história da faculdade universo. E este exemplo nos é oportuno para os objetivos desta pesquisa, pois ilustra também como se dá esta relação entre o micro e o macro, a *horizontalidade* e a *verticalidade*. Ora, se a política federal para educação apontava para a privatização desta, é nas cidades que estas políticas são postas em prática. E em cada local isso se dará de uma maneira diferente. No caso de São Gonçalo houve um exponencial aumento das escolas particulares e enriquecimento dos empresários deste ramo a partir de relações políticas entre eles e políticos da cidade. O caso do Colégio Dom Helder Câmara nos serve de exemplo para entendermos como a política privatizante da educação em São Gonçalo se deu.

[...] o Colégio Dom Helder Câmara criado pelo casal de professores gonçalense Joaquim de Oliveira e Marlene Salgado de Oliveira no ano de 1959. A casa dos professores Joaquim e Marlene foi a primeira sede do colégio e alguns anos depois, com os vultosos incentivos à iniciativa privada, a escola ampliou seu atendimento com o Curso Ginásial.

De acordo com as informações contidas no site do colégio, após onze anos de atuação na cidade, a instituição criou a primeira Faculdade Particular no bairro de Trindade em São Gonçalo chamada Associação Salgado de Oliveira de Educação e Cultura – ASOEC. Nos dias atuais, a ASOEC transformou-se em UNIVERSO e conta com nove campi distribuídos ao longo do território brasileiro (São Gonçalo; Niterói; Campos dos Goytacazes; Goiânia; Recife; Juiz de Fora; Belo Horizonte; Salvador e Brasília)

A ampliação da rede municipal de educação de São Gonçalo só se deu no pós ditadura com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Como já dito antes, a partir da conquista da universalidade e gratuidade da educação como direito do cidadão e dever do Estado, tivemos nacionalmente uma ampliação das redes públicas de ensino, principalmente as redes municipais. Em São Gonçalo, foi durante a gestão do prefeito Edson Ezequiel que tivemos a expansão da rede municipal de ensino com a criação de aproximadamente 100 novas escolas públicas na cidade nos seus primeiros anos de governo, entre 1989 e 1990. A EMLG foi uma dessas escolas construídas pelo ex-prefeito brizolista. A ampliação da rede pública de ensino e o fim da política de bolsas de estudos no governo de Edson Ezequiel foram alguns dos principais feitos na educação em sua primeira gestão à frente do executivo da cidade.

### **2.3 O governo de Edson Ezequiel e a educação**

A eleição de Edson Ezequiel pelo PDT à prefeito de São Gonçalo concretiza ao mesmo tempo a derrota de um movimento que governou São Gonçalo por décadas, o “lavourismo”, e

o recrudescimento de um movimento que também iria se manter por bastante tempo no executivo da cidade, o “brizolismo”.

Nas décadas em que Joaquim Lavoura e seus sucessores ocuparam a cadeira da prefeitura de São Gonçalo, a cidade passou por momentos diversos que vão da expansão industrial e populacional, inclusive com salários acima da média estadual<sup>72</sup>, ao aumento da desigualdade, desindustrialização, aumento do desemprego e empobrecimento da cidade no fim do ciclo industrial, no final da década de 1980. Tal contexto favoreceu o crescimento de outra força política em São Gonçalo, que com projeção nacional, se fortalecia e se consolidava no estado do Rio de Janeiro com a volta do exílio e a eleição de Leonel de Moura Brizola a governador do estado em 1982. Quem representava o brizolismo na cidade era Edson Ezequiel, que foi eleito prefeito de São Gonçalo em 1988.

O prefeito Edson Ezequiel antes de ingressar na política, teve uma vida profissional muito exitosa, formando-se engenheiro pela Universidade Federal Fluminense, em 1967 e foi engenheiro de equipamentos da Petrobrás de 1969 a 1984. No ano de 1972, tornou-se também professor da Universidade Gama Filho, entre outras coisas. Sua inserção na política aconteceu em 1981. No ano seguinte, Ezequiel participou da campanha de Leonel Brizola ao governo do Rio de Janeiro e filiou-se ao PDT. Em 1982, o PDT é fundado em São Gonçalo tendo como presidente do diretório municipal, Edson Ezequiel de Matos. Assume em conjunto a tarefa de direção do instituto Alberto Pasqualini, do PDT. No ano de 1986 é eleito deputado estadual e se consolidada como a principal liderança do brizolismo em São Gonçalo.

As eleições municipais de 1988 vão ser a arena do início da hegemonia do PDT na cidade e o fim da hegemonia do lavourismo. Edson Ezequiel contava com uma aliança política que abrangia o PCB de prestes e o Partido Comunitário Nacional, partido de centro com origem na igreja católica. O principal concorrente era uma liderança do lavourismo na cidade, Antônio da Costa Maia. Edson Ezequiel venceu por uma diferença de mais de 52 mil votos.

Pedro Rabelo faz uma reflexão interessante acerca da derrocada do lavourismo na cidade de São Gonçalo. E entendo que esta reflexão aponta para a percepção da influência da geografia no desenrolar da história. O autor destaca dois elementos que são próprios da geografia e que, segundo ele, poderiam ser responsáveis pela mudança na correlação de forças na disputa eleitoral da cidade. A construção da Ponte Rio x Niterói e da BR 101 proporcionaram uma forte migração de pessoas do Rio de Janeiro e Niterói para São Gonçalo em busca de menores custos de vida. Destarte, a população do município sofre um forte aumento e boa parte do novo

---

<sup>72</sup> REBELO, Pedro. Memória, Cultura Política e Carisma: Lavoura, Ezequiel e Aparecida Panisset na política de São Gonçalo; 2019; Trabalho de Conclusão de Curso;

eleitorado não tinha vínculos com o lavourismo, uma expressão política local. Porém, o brizolismo ganhara contornos nacionais. Isso pode ter sido decisivo na vitória eleitoral do PDT em 3 eleições seguidas à prefeitura de São Gonçalo.<sup>73</sup>

O primeiro mandato de Edson Ezequiel foi marcado por fortes investimentos na educação pública. Ezequiel é eleito em 1988, seu mandato começa no ano seguinte, ou seja, já sob a égide da Constituição Federal de 1988. Amparado pelas novas diretrizes legais da CFR, Edson Ezequiel fez uma grande expansão da rede pública municipal de ensino inaugurando aproximadamente uma centena de escolas na cidade. Junto com seu secretário de educação, Wagner Larangeiras, fez o primeiro concurso para o magistério de São Gonçalo em 1989 e implementou eleição para diretores nas escolas municipais.

A expansão da rede municipal de ensino foi fundamental para frear a política de financiamento público da rede privada de ensino em São Gonçalo. Esta política de expansão da rede abriu milhares de vagas em escolas públicas, que “substituíram” as bolsas. Durante seu governo as associações de bairros foram fortalecidas e o funcionalismo público valorizado.

Em 1992, a reeleição ainda não era permitida por lei, o que fez com que Ezequiel tivesse que emplacar um sucessor. Este sucessor era João Bravo que disputou o pleito pelo PDT representando as ideias de Leonel Brizola e Edson Ezequiel. O principal adversário nessas eleições era Hairson Monteiro, ex-prefeito de São Gonçalo e reconhecida liderança lavourista. João Bravo vence as eleições com uma folga de quase 40 mil votos, demonstrando a força política de Ezequiel, Brizola e do PDT na cidade.

Acerca de sua gestão há pouquíssima fonte documental, além do mesmo não ter se consolidado uma liderança de expressão política. Sua vitória está muito mais associada à figura de Ezequiel e ao fenômeno Brizola conseqüentemente. Há ainda a narrativa dos mais conectados com a política deste período de que Bravo teria traído Ezequiel à época em pleno mandato, mas é um assunto a ser aprofundado com mais calma e precisão. O fato é que nas eleições de 1996 Ezequiel mais vez disputaria o pleito para encerrar sua carreira política à frente do poder executivo<sup>74</sup>

Apesar do insucesso de João Bravo, Edson Ezequiel consegue sucedê-lo em 1996. O segundo mandato de Edson Ezequiel não foi tão bem sucedido quanto o primeiro. Uma das razões, que aponta Pedro Rabelo, foi o fracasso da política de orçamento participativo. Em 2000, no contexto da aprovação da reeleição, Ezequiel tenta se reeleger, mas perde as eleições para o Dr. Charles.

---

<sup>73</sup> Idem.

<sup>74</sup> Ibidem.

## 2.4 O governo Aparecida Panisset e a Educação

Aparecida Panisset foi a única prefeita que conseguiu se reeleger em São Gonçalo até 2024, ao menos. Mas antes de falarmos dela é mister que se compreenda algumas realidades que já se impunham sobre a educação antes do início de sua gestão. Sob o mandato de Dr. Charles dois elementos cruciais determinaram o destino da educação municipal em São Gonçalo dali por diante. O primeiro deles foi o fim da eleição para diretores nas escolas municipais, tema já tratado anteriormente. O segundo foi a conquista do plano de cargos e salários para os profissionais do magistério a partir de intensa luta tocada pelo Sepe-SG. Sobre isto veremos no capítulo seguinte mais detalhes a partir dos depoimentos coletados de nossas fontes orais.

O cenário dado, então, no ato de posse de Aparecida Panisset era uma rede com uma prática de indicação política à direção de escolas herdada do governo de Dr. Charles. Assim como, um plano de cargos e salários para o magistério que valorizava o servidor, sendo considerado por muitos da categoria como o melhor plano do Rio de Janeiro. Porém, como destacou Maria Beatriz Lugao, dirigente do Sepe-SG “tínhamos que fazer greve todo ano para que Aparecida cumprisse o plano de carreira”. A gestão de Aparecida Panisset, que é professora de História, no tocante a educação é controversa. Diria mais, a figura política de Aparecida Panisset é controversa e interessantíssima. Não foi por acaso que foi reeleita prefeita em São Gonçalo, e, enquanto digito estas páginas, ele concorre a mais uma eleição como candidata a vice-prefeita na chapa encabeçada por Dimas Gadelha, deputado federal pelo PT.

“Muito habilidosa”, “muito esperta e pragmática”, “Aparecida tinha uma construção de política pública muito mais próxima do nosso campo que do campo da direita”. Estas são palavras de Marlos Costa, liderança política do PT, ex-vereador na cidade de São Gonçalo e que, junto apenas de Miguel Moraes também do PT, constituíram a oposição ao governo de Aparecida Panisset a partir da legislatura de 2009. Figura carismática e bem articulada, Aparecida Panisset se tornou uma liderança política de amplo espectro popular. Sua proximidade com as instituições religiosas neopentecostais dão a tônica da sua atuação política.

Aparecida Panisset começa a figurar no metiê da política no período de hegemonia do PDT no executivo municipal. Panisset foi subsecretária de educação no governo de João Bravo. No ano de 1996, foi eleita vereadora pelo partido de Brizola com 4.157 votos. A vereadora Aparecida Panisset foi base do segundo governo de Edson Ezequiel. Nas eleições seguintes, em 2000, Panisset se reelegeu com um número recorde de votos, 14.417. Quantidade de votos que a fez ser a vereadora mais votada da história de São Gonçalo. Em 2002, já no PPB, atual PP,

Panisset se elege deputada estadual com mais de 50 mil votos. Na Alerj, a deputada se aproximou do extinto PFL, partido ao qual se filiou para disputar as eleições a prefeitura de São Gonçalo em 2004. A proximidade com Cesar Maia fez com que Aparecida Panisset se aproximasse da legenda do então prefeito do Rio de Janeiro<sup>75</sup>.

Filiada ao antigo PFL de Cesar Maia, Aparecida Panisset concorre e vence as eleições à prefeitura de São Gonçalo em 2004. Os principais candidatos naquele pleito eram Henry Charles tentando a reeleição pelo PTB em coligação com o PT, com Domício Mascarenhas como vice. Graça Matos pelo antigo PMDB, José Maurício pelo PDT e Aparecida Panisset pelo PFL. Aparecida Panisset venceu no primeiro turno com 51,9% dos votos válidos. Graça Matos com 37,2% figurou na segunda posição, seguida do então prefeito que obteve míseros 6,3% dos votos válidos.

A vitória de Panisset no primeiro turno foi uma surpresa para todos. A candidata mais cotada a vencer as eleições era Graça Matos, esposa do ex-prefeito Edson Ezequiel e nome forte na política gonçalense. Um curioso e criminoso acontecimento durante as eleições de 2004, em São Gonçalo, evidencia o poder do peso do voto religioso, que Camila Fogaça chama de “voto de cajado”<sup>76</sup>. Tabloides foram distribuídos na cidade com fotos de Graça Matos com idumentárias de pombagira, o título “Graça é macumbeira”. Aparecida Panisset nunca assumiu a autoria disso. Essa ação foi decisiva no resultado das eleições considerando o forte eleitorado evangélico que se revelava na cidade de São Gonçalo<sup>77</sup>. Durante toda a campanha, Aparecida Panisset fez questão de envolver a questão religiosa no pleito. “Seu alinhamento com a igreja era o mote do discurso político”<sup>78</sup>, uma passagem bíblica, em especial, foi usada para dar contornos bíblicos à sua campanha, trata-se de Neemias 2-17. Passagem que fala sobre a reconstrução da muralha de Jerusalém, a partir desta alusão, Aparecida Panisset diz que vai reconstruir “tijolinho por tijolinho” a cidade de São Gonçalo. Miniaturas de tijolos foram distribuídos na cidade, representando a campanha de Panisset.

---

<sup>75</sup> REBELO, Pedro. Memória, Cultura Política e Carisma: Lavoura, Ezequiel e Aparecida Panisset na política de São Gonçalo; 2019; Trabalho de Conclusão de Curso;

<sup>76</sup> Camila fogaça pg 33 <http://www.bdt.d.uerj.br/handle/1/13539>.

<sup>77</sup> Idem.

<sup>78</sup> RABELO, Pedro. Memória, Cultura Política e Carisma: Lavoura, Ezequiel e Aparecida Panisset na política de São Gonçalo; 2019; Trabalho de Conclusão de Curso;

Tabela 1 - O que diziam as pesquisas eleitorais

Instituto de pesquisa	Panisset (PFL)	Graça (PMDB)	Charles (PTB)	Jessy (PCB)	Dayse (PSTU)	Maurício (PDT)	Não sabe	Nenhum
IBOPE (11/08/2004)	17%	48%	3%	1%	1%	0%	12%	18%
IBOPE (06/09/2004)	23%	44%	5%	1%	1%	0%	12%	14%
IBOPE (28/09/2004)	39%	39%	4%	1%	1%	1%	7%	8%

Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Elei%C3%A7%C3%A3o\\_municipal\\_de\\_S%C3%A3o\\_Gon%C3%A7alo\\_em\\_2004](https://pt.wikipedia.org/wiki/Elei%C3%A7%C3%A3o_municipal_de_S%C3%A3o_Gon%C3%A7alo_em_2004).

O perfil do eleitorado da cidade mudara e as eleições de 2004 foram essenciais para se compreender esta nova realidade, ao revelar as novas preferências políticas (religiosas) da cidade. Para entendermos como chegamos a 2004 com o “voto de cajado” elegendado no executivo e no legislativo é necessário que compreendamos antes o surgimento de um novo movimento político em São Gonçalo, que mescla religião com política. Um movimento que entende a administração pública como extensão e ferramenta de suas igrejas e templos. E que, sobretudo, tem um projeto claro e em curso de poder político.

Nos meados do século XX, entre as décadas de 1950 e 1960, o protestantismo começa a ganhar destaque e adeptos no país. Entre as denominações que surgem nesta época estão o “Evangelho Quadrangular” e a “Brasil para Cristo”. Na década de 1970 surge a Igreja Universal do Reino de Deus (Aguiar, 2018, p. 13). Podemos classificar as denominações evangélicas em três principais vertentes, a saber, tradicional, pentecostal e neopentecostal. Vejamos a diferenciação feita por Camilla Fogaça Aguiar em sua dissertação:

Segundo Mariano (2004) o pentecostalismo é uma variação do protestantismo histórico<sup>11</sup>, mas sua peculiaridade está em pregar a crença na contemporaneidade dos dons do Espírito Santo, entre os quais se destacam os dons de línguas (glossolalia), cura e discernimento de espíritos, e por defender a retomada de crenças e práticas do cristianismo primitivo, como a cura de enfermos, a expulsão de demônios, a concessão. Temos como exemplo de denominações pentecostais a Congregação Cristã no Brasil, Assembleia de Deus, Evangelho Quadrangular, Brasil Para Cristo, Deus é Amor, Casa da Bênção, e outras. Porém a primeira denominação em número de adeptos no ranking das igrejas pentecostais é a Assembleia de Deus, com 1.408.979 pessoas.

Já o neopentecostalismo é entendido como o desenvolvimento do sistema político e doutrinário do pentecostalismo, surgido no Brasil no início do século XX, sobretudo a partir dos anos de 1970, quando a palavra ‘pentecostalismo’ vai ser acrescida do prefixo —neol. Será nesse período que a doutrina assumirá a utilização de gestão empresarial, mídia para o trabalho de proselitismo em massa e propaganda religiosa, e —centralidade da teologia da batalha espiritual contra as outras denominações religiosas, sobretudo as afro-brasileiras e o espiritismo<sup>12</sup> (Silva, 2007a, p.2). Diante das denominações pentecostais, em contexto nacional, destacamos a Universal do Reino de Deus,

Internacional da Graça de Deus, Renascer em Cristo, Sara Nossa Terra, dentre outras de menor visibilidade. (Aguiar, 2018, p. 13)

As igrejas evangélicas tradicionais, portanto, são aquelas congregações que mantêm como diretrizes no seu rito religioso as liturgias históricas protestantes ligadas a Lutero e outros. Como exemplo temos as igrejas Luterana, Presbiteriana, Metodista, etc.

No Censo de 2010, do IBGE, é possível ver um crescimento vertiginoso dos evangélicos no país, ainda que os católicos sejam maioria, chama a atenção os números de adeptos das religiões evangélicas. Os evangélicos representam 15,4% dos fiéis do país, enquanto os católicos representam 73,6%. Bem de longe estão os “espíritas” (cardecistas, umbandistas, candombelcistas, etc), com 1,6%. Sem religião somam 7,4% e outras, 1,8%. (Aguiar, 2018, p. 9)

De acordo com o Censo de 2010, da Fundação Getúlio Vargas, nos três primeiros anos da década de 1990, no estado do Rio de Janeiro, havia uma média de fundação de mais de 5 novas igrejas por semana, neste período, foram inauguradas 710 igrejas, sendo 91% delas pentecostais ou neopentecostais. O estado do Rio de Janeiro é o 15º estado em quantidade de evangélicos pentecostais no país. E a região metropolitana do estado é a 4ª em percentual de evangélicos. Dentro da região metropolitana fluminense, São Gonçalo se destaca sendo a cidade que está em 4º lugar de adeptos da Assembleia de Deus. Terceiro lugar de adeptos da Igreja Universal do Reino de Deus. Segundo lugar em adeptos de outras denominações pentecostais/neopentecostais. (Aguiar, 2018, p. 25)

Esta grande onda pentecostal gerou questionamentos aos cientistas humanos das diversas áreas que buscaram na história explicações que pudessem dar conta de compreender este fenômeno. Os autores que venho trabalhando nessa dissertação como Camilla Fogaça e Mauricio Mendes convergem em eleger alguns aspectos que favoreceram ou fertilizaram o terreno para o crescimento das igrejas pentecostais e neopentecostais no Brasil. Antes de mais nada, é necessário que se diga que o grande elemento diferencial das congregações pentecostais e neopentecostais é o seu projeto de poder político claro e direto. E este projeto vem tendo razoável sucesso.

Camilla Fogaça Aguiar elenca alguns pontos que ela acredita terem influenciado para este sucesso eleitoral dos evangélicos:

A capilaridade da igreja, que tem uma dinâmica que a permite chegar nos pontos mais ermos e marginalizados das cidades, é essencial para esse contato direto com o povo e para a criação de identidades. A grande profusão de igrejas pentecostais se dá pela facilidade em se tornar pastor, não há necessidade de formação prévia, e pela pouca burocracia para se fundar

novas igrejas. A falta de exigência formativa para exercer o cargo de pastor permite um “rápido processo de formação de lideranças” (Aguiar, 2018, p. 25), das quais muitas disputarão eleições contando com os votos dos fiéis que pastorea.

A Teologia da Prosperidade, o mote das igrejas neopentecostais, vai exercer papel fundamental na conversão de fiéis. A crença na possibilidade de ascensão social através de ofertas dadas a igrejas que seriam recompensadas por Deus, fez com que inúmeras pessoas aderissem às religiões neopentecostais. Discurso oportuno e que explica de certa forma a composição social dos fiéis destas congregações. Oportuno, pois, as décadas de expansão – 1970, 1980 e 1990 - desta vertente evangélica se deu em um momento de desordem social e econômica na cidade de São Gonçalo, e no Brasil. Um contexto político que abrange a redemocratização e o avanço do neoliberalismo no país.

Então, entre 1970 e 1980 São Gonçalo perde espaço como polo industrial, o que faz repercutir diretamente na queda da oferta de emprego<sup>22</sup>. Nesse cenário, os trabalhadores gonçalenses passam a vender sua força de trabalho para o mercado formal e informal das cidades limítrofes do município. Assim, nas décadas de 1980 e 1990 o município vai adequar-se à categoria de —cidade-dormitório (Ribeiro, op. cit., p.54).

A noção de —cidade-dormitório é entendida na literatura urbana como uma consequência do fenômeno de —metropolização, que diz respeito à hierarquização do espaço a partir da dominação de centros que exercem sua função administrativa, jurídica, fiscal, policial e de gestão (Carlos, 2007, p. 35).

Na prática o neoliberalismo significa menos investimento do estado para cuidar da sociedade. Em um contexto de desindustrialização em São Gonçalo, isto significa a ampliação da pobreza e desigualdade na cidade. Aproveitando as brechas que a ausência do estado permitiu, as igrejas pentecostais passam a oferecer gratuitamente nas igrejas serviços que o estado não oferece em comunidades carentes, tirando um produto político disso. (Aguiar, 2018)

Em “A república abençoada de São Gonçalo”, Maurício Mendes começa na apresentação de seu ensaio destacando que a presença da religião na política é histórica no Brasil. Para isso cita os casos do PT, das Comunidades Eclesiais de Base, a Teologia da Libertação e o MST. (Aguiar, 2018) Ao buscar responder os motivos que favoreceram o crescimento dos evangélicos no Brasil, o autor faz um resgate histórico, voltando no século XVI com a chegada dos primeiros protestantes no país. Trazendo para o século XX, que é o que nos interessa, a linha do tempo feita por Mauricio Mendes começa em 1950 com a fundação da “Igreja Quadrangular” e a “Igreja Brasil para Cristo”, consideradas tradicionais. A partir da década de 1960, surgem as igrejas pentecostais, que nas décadas seguintes tiveram forte expansão - surge nesse período a IURD - com destaque para a década de 1980, quando houve uma conversão em massa. Vejamos a que o autor atribui esta expansão pentecostal:

A desqualificação da Teologia da Libertação e as suas aspirações para a construção de um “cristianismo popular”, de certo modo pavimentou os caminhos para o crescimento exponencial do neopentecostalismo na América latina, sobretudo no Brasil, que coincidiu com a queda dos regimes “ditos” socialistas no Leste Europeu, o colapso da União Soviética, bem como a afirmação das teorias do neoliberalismo, da pós-modernidade e da globalização, enfim, uma nova conjuntura que representou para os adeptos do marxismo um desolador e preocupante retrocesso. A palavra mágica “Globalização” soava como um “abra-te-sésamo” para um novo mundo, onde doravante não haveria mais lugar para “ideologias falidas” (alusão a qualquer ideia de socialismo ou comunismo) e manifestações voltadas ao nacionalismo (que deveria ser substituída por uma pretensa “mentalidade global”), ou seja, o “fim da história” proposto enquanto dogma por Francis Fukuyama apontava para a vitória final do capitalismo e do neoliberalismo. (Oliveira, 2023 , p.17)

Para o autor, o neoliberalismo, a pós-modernidade e a globalização, além da derrota da Teologia da Libertação na Igreja Católica, são os alicerces sobre o qual se expandiu o fundamentalismo cristão. A globalização decretando a vitória do capitalismo, com seu braço cultural, a pós-modernidade, atestando o fim da história e instigando o individualismo e o pensamento meritocrático ganharam espaço nas ideias dos jovens, que sem a referência da URSS, teriam ficado “desprovidos de utopia”<sup>79</sup>. Nesse cenário, a Teologia da Prosperidade surge como uma saída aos mais afetados com a desigualdade social.

Nesta primeira eleição, e posteriormente, no primeiro mandato de Panisset, a presença do prefeito do Rio de Janeiro na campanha de Aparecida Panisset era recorrente, projetos como o “Favela Bairro” e “Rio-cidade” são mencionados pela candidata durante a campanha mostrando sua aproximação política com o prefeito da capital fluminense, que indicou Adolpho Konder à chefia de gabinete da prefeita após a sua vitória<sup>80</sup>. O lema da campanha era “obras sem parar”, este lema revela outro aspecto da figura política de Panisset. A religião não era o único trunfo de Aparecida Panisset. É importante aqui diferenciarmos a figura política de Aparecida Panisset da de outros políticos pentecostais. Embora seja impossível desassociar o fundamentalismo religioso da personagem política, Aparecida Panisset, é necessário “dar a César, o que é de César, e, a Cristo, o que é de Cristo”. Em que pese toda esse favorecimento das igrejas evangélicas administração pública, a prática política de Panisset não se enveredou para a extrema-direita como grande parte dos políticos evangélicos. Dito isso, é salutar resgatar a imagem que a campanha de Aparecida Panisset queria passar da candidata. Autointitulada a “Lavoura de Saia”, Panisset resgatou símbolos e a história local com o objetivo de elevar a autoestima do gonçalense<sup>81</sup>. O

---

<sup>79</sup> OLIVEIRA, M.M. A república abençoada de São Gonçalo. Ed. Apologia Brasil, 2023, São Gonçalo-RJ.

<sup>80</sup> REBELO, Pedro. Memória, Cultura Política e Carisma: Lavoura, Ezequiel e Aparecida Panisset na política de São Gonçalo; 2019; Trabalho de Conclusão de Curso;

<sup>81</sup> Idem.

trato do que é público foi recorrente na cidade com obras de urbanismo, inauguração e restauração de praças, etc.

As eleições de 2008 foram ilustrativas para percebermos a habilidade política da então prefeita de São Gonçalo. No ano de 2008, Lula estava exercendo seu segundo mandato de presidente da república, que ficou marcado por um avanço do nacionaldesenvolvimentismo na agenda econômica do governo. O projeto do COMPERJ é o maior símbolo desta política econômica. Compreendendo o contexto político da época, com a popularidade de Lula em alta, Panisset não titubeou e rompeu com o PFL – partido de oposição a Lula – voltando para o PDT<sup>82</sup>, partido da base aliada a Lula. Tal troca de partido permitiria a Aparecida Panisset ter maiores relações políticas com o então presidente da república.

O candidato do PT, porém, era outro. Nestas eleições o PT lançou a candidatura de Altineu Cortes, hoje no PL. A disputa se daria entre a prefeita que buscava a reeleição, Altineu Cortes e Graça Matos, PMDB. A relação de Panisset com o governo federal era tão boa que ela tentou associar sua imagem à de Lula durante a campanha, o que fez com que Altineu Cortes entrasse com processo contra ela na justiça eleitoral para impedi-la de usar a imagem do presidente, pois este apoiava a candidatura do PT<sup>83</sup>. A prefeita se reelege no primeiro turno com 56% dos votos, o candidato do PT amargou o 3º lugar. Aparecida Panisset aproveitou a onda dos “grande projetos” do governo federal e surfou nela. Trouxe investimentos do PAC para a cidade e conseguiu, no seu segundo mandato, que São Gonçalo sediasse o CICOMPERJ. Abaixo a composição da câmara dos vereadores na legislatura de 2009-2012:

---

<sup>82</sup> No capítulo 3 veremos a tentativa de Panisset de se filiar ao pt.

<sup>83</sup> AGUIAR, C.F. “Deus abençoe São Gonçalo” – Uma prefeita na linha de frente da Guerra Santa. Dissertação Uerj-ffp – 2018 São Gonçalo.

Tabela 2 - Composição da  
Câmara  
Municipal de  
São Gonçalo

<b>Candidato</b>	<b>Partido</b>
Dr. Frederico Chautebriand	<u>PR</u>
José Luiz Nanci	<u>PPS</u>
Dr. Augusto Senna	<u>PV</u>
José Antonio Projeto Se Liga	<u>PSDB</u>
Geiso do Castelo	<u>PDT</u>
Dilson Drummond	
Jorge Mariola	
Dilvam Aguiar	
<u>Ricardo Pericar</u>	<u>PR</u>
Amarildo Aguiar	<u>PTB</u>
Marcelo Amendoim	<u>PRB</u>
Marlos	<u>PT</u>
Miguel Moraes	
Rafael do Gordo	<u>PSB</u>
Iza	<u>PMDB</u>
Pastor Roberto Ferreira	
Thiago da Marmoraria	
Eduardo Gordo	<u>PTdoB</u>
Fael	
Josias Muniz	<u>PSC</u>
<u>Capitão Nelson</u>	

Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Elei%C3%A7%C3%A3o\\_municipal\\_de\\_S%C3%A3o\\_Gon%C3%A7alo\\_em\\_2008](https://pt.wikipedia.org/wiki/Elei%C3%A7%C3%A3o_municipal_de_S%C3%A3o_Gon%C3%A7alo_em_2008).

A figura de Aparecida Panisset é tão controversa que Pedro Rabelo intitula um dos seus subcapítulos de “o progressismo fundamentalista de Panisset” (Rabelo, 2019, p. 35). Os dois mandatos de Aparecida Panisset ficaram marcados por dois elementos muito presentes na sua gestão: a religião na política, com a profusão de evangélicos na administração pública e o seu uso para favorecimento das igrejas evangélicas; e a difusão de obras públicas, classificado por alguns autores como “populismo”, categoria que não utilizarei nesta pesquisa por não concordar com tal conceito. Segundo Camilla Fogaça, “o pentecostalismo no município vai marcar presença em renomeações de ruas, elaborações de praças, denominações de escolas, datas comemorativas e etc”.

Durante a Administração de Aparecida Panisset, as facilidades que as igrejas pentecostais e neopentecostais obtiveram iam desde a promoção de “shows gospel” até a cessão de transporte para eventos religiosos. Essas ações foram o reflexo de um “populismo rejuvenescido” com uma imponente base de sustentação, considerando que a penetração dos missionários (agora com aval estatal) junto às comunidades carentes, os transformam em multiplicadores das “benfeitorias da prefeitura”, e essa estreita interação entre segmentos religiosos e a administração municipal estimula os primeiros a acreditar que possuem “carta branca” para pôr em funcionamento práticas ilegais, como o abuso da utilização dos meios de comunicação, o “patrulhamento ideológico” e a intolerância religiosa. O preocupante é que tudo isso ocorreu sob a “vista grossa” das autoridades municipais que deveriam zelar pelo o caráter laico do estado brasileiro, com potencial para restaurar práticas autoritárias (Oliveira, 2023, p. 60).

Durante o segundo mandato de Aparecida Panisset, São Gonçalo formula seu primeiro Plano Municipal de Educação – PME. A autora Monica de Souza Motta busca remontar o contexto histórico da elaboração deste plano que vigorou de 2006 a 2015, avaliando as ações que foram e que não foram realizadas no tocante a educação infantil. A educação infantil e outros direitos educacionais, embora assegurados pela CF/88 são direitos sociais que vêm sofrendo mudanças importantes ao longo dos anos<sup>84</sup>. O inciso I do artigo 21 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, estabeleceu que os municípios têm a incumbência de oferecer a Educação Infantil e como prioridade o Ensino Fundamental.

Os Planos Municipais de Educação deveriam ser formulados de maneira democrática, conforme expressam os PNE’s das últimas décadas. Os PME’s de São Gonçalo definem as “estratégias políticas educacionais” do município: uma gestão educacional voltada para as “demandas locais”, organizada pela sociedade gonçalense. O PME – lei 056/2006 – abrangeu os anos de 2006 a 2015 e foi promulgado por Aparecida Panisset. Nesse documento, elaborado pela Semed junto às escolas, os professores colaboraram na elaboração de metas, reafirmando assim

---

<sup>84</sup> MOTTA, M. S. - A política da educação infantil em São Gonçalo nos contextos dos Planos Municipais de Educação – Editora CRV, 2022 – Curitiba-PR, p. 75 e 76.

seu comprometimento democrático. Foi justamente neste período que os Programas Políticos Pedagógicos das escolas foram estruturados.

Aquele PME refletia a escola que os cidadãos de São Gonçalo buscavam, era, sem dúvida, a orientação primordial para os “futuros administradores educacionais” da rede. O PME é a organização das políticas públicas de São Gonçalo para a educação. Nesse sentido, expressa metas claras para o ensino, além das ações necessárias para seu sucesso. Ademais, seu objetivo essencial é garantir cidadania para todos os estudantes da rede pública municipal. O PME foi aprovado após dois anos. Durante esses dois anos, o projeto teria sido descaracterizado pelos gestores municipais. Nele apareceram demandas de grupos políticos não ligados ao ensino.

A importância do PME também reside no fato de que ele garante a permanência de direitos estabelecidos. Exemplo disso foi o caso da Educação de Jovens e Adultos – EJA, que graças a existência do plano, continuou em vigor no Ensino Fundamental II<sup>85</sup>. De acordo com Monica Motta, até o final daquele ano 50% das crianças de 0 a 3 anos estavam matriculadas na creche. Em 2007, o IBGE não apresentou estatísticas sobre as matrículas em creches gonçalenses, pois a Semed não cadastrou os dados no site. As creches conveniadas continuaram relevantes: a prefeita enviava dinheiro para a alimentação das crianças e a manutenção dos prédios, por exemplo.

Foi também no governo de Aparecida Panisset que a Educação Inclusiva ganhou destaque, a prefeita garantiu que os alunos especiais deveriam estudar preferencialmente nas classes regulares, para isso enfrentou o lobby de associações que eram financiadas pela prefeitura para atender a esses alunos e criou o cargo de “professor de apoio especializado” na prefeitura, responsável por acompanhar alunos PCD’s nas sua rotina escolar.

Entre os profissionais de educação, Aparecida Panisset não é muito querida. Para além da desapropriação da EMLG, algumas das suas ações incomodaram a categoria. Sob o governo de Panisset, os professores que optavam por fazer hora extra (dupla jornada) tiveram uma relevante perda salarial, pois a prefeita modificou a remuneração da dupla jornada. Antes de Panisset, a dupla jornada era paga considerando o nível da carreira do servidor, ou seja, dobrou o serviço prestado, o salário dobra. Panisset passou a pagar pela dupla jornada o valor do salário inicial, mesmo para quem já tinha subido níveis na carreira. A resistência em se cumprir o plano de carreira também foi alvo de severas reclamações da categoria. Panisset foi alvo de alguns escândalos, dentre os quais, um envolvendo desvio de verba de merenda escolar. A prefeita foi condenada por desviar verbas do Programa Nacional de Alimentação Escolar como mostra o trecho da reportagem do Extra<sup>14</sup> abaixo:

---

<sup>85</sup> Monica.

A 3ª Vara Federal de São Gonçalo condenou a ex-prefeita da cidade Aparecida Panisset (PDT) a devolver R\$ 6.837.440,62 à União. Também foi declarada a indisponibilidade dos bens da moça.

Segundo a decisão judicial, entre 2005 e 2006, Panisset cometeu irregularidades com recursos recebidos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O dinheiro seria utilizado no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e no Programa Nacional de Alimentação a Creche (PNAC)<sup>15</sup>.

Em 2011, pouco mais de um ano de ter “erguido” a EMLG, a prefeita não aceitou o tombamento da casa onde foi criada a Umbanda, em São Gonçalo, no bairro de Neves, por Zélio de Moraes. Atitude criminosa não somente com a religião e com os fiéis, mas com a História e com todo o restante da sociedade que tem o direito de conhecer sua história, sua cultura e sua diversidade. Um ato de silenciamento e apagamento da História da cultura afro-brasileira, vinda de uma prefeita altamente identificada com crenças fundamentalistas que demonizam as religiões de origem africana.

A Prefeitura de São Gonçalo demoliu a casa onde foi criada a Umbanda, provocando a reação dos seguidores dessa religião, que consideram o terreno um solo sagrado, onde querem construir o Museu da Umbanda. O vereador Amarildo Aguiar (PV), que é evangélico e membro da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa (CCIR), assumiu a luta dos umbandistas<sup>16</sup>.

## 2.5 O Comperj e a lógica empresarial do espaço

A formação socioespacial, conceito desenvolvido por Milton Santos<sup>86</sup>, abrange a compreensão da relação entre sociedade e espaço geográfico, considerando as dimensões sociais, políticas, econômicas e culturais presentes nesse processo. Santos argumenta que o espaço não é apenas um cenário neutro onde as atividades humanas ocorrem, mas sim resultado das ações humanas sobre a natureza, mediadas por relações sociais e influenciadas por diferentes culturas e modos de vida.

Essa formação socioespacial é dinâmica e complexa, sendo moldada ao longo do tempo por processos históricos, políticos e econômicos. Ela envolve a produção do espaço através da ocupação territorial, da construção de infraestruturas urbanas e rurais, da organização e distribuição das atividades produtivas, dos fluxos migratórios, das relações de poder e das práticas culturais.

---

<sup>86</sup> SANTOS, M e SILVEIRA, M. L.. *Op cit.*

Ao analisar a formação socioespacial, Santos destaca as desigualdades sociais e territoriais presentes na sociedade contemporânea. Ele ressalta que essas desigualdades são resultado da ação de diferentes agentes sociais que exercem poder sobre o espaço, configurando lugares de exclusão e marginalização. Santos também enfatiza a importância de compreender as dinâmicas espaciais para promover uma intervenção mais justa e equitativa no território.

Milton Santos, entende que a natureza e a sociedade de maneira indissociável formam o espaço e que este só existe quando nele há relações sociais, sendo estas relações as delimitações do espaço. O espaço é delimitado também temporalmente por Santos a partir de sua localização temporal<sup>87</sup>. À medida que o processo de globalização se materializa, ele se exprime e se revela nos locais, respeitando suas singularidades, porém em crescente busca de padronização.

No entanto, Milton alerta que para o uso da categoria *Espaço* como método de análise é necessária uma compreensão histórica da constituição de determinado espaço.

O método de variação de escalas proposto por Jacques Revel, um renomado historiador social e cultural, desempenhou um papel significativo no debate historiográfico da época, influenciando a maneira como os historiadores abordavam e analisavam as fontes históricas. Emergindo nas décadas de 1970 e 1980, um momento caracterizado por uma crescente conscientização sobre a importância das perspectivas culturais e sociais na pesquisa histórica, o método de variação de escalas ofereceu uma abordagem inovadora para explorar a multiplicidade de dimensões presentes em qualquer fenômeno histórico.

Revel argumentava que a análise histórica não deveria ser confinada a uma única escala de observação, mas sim adaptada para incorporar múltiplas escalas, desde o indivíduo até o coletivo. Ele enfatizava a necessidade de entender as interconexões entre essas escalas, reconhecendo que eventos macroestruturais e micro acontecimentos cotidianos estavam intrinsecamente interligados. Isso representou uma mudança paradigmática em relação à historiografia anterior, que muitas vezes tendia a se concentrar em uma única escala de análise, negligenciando outras dimensões relevantes.

No contexto do debate historiográfico da época, o método de variação de escalas de Revel foi um ponto focal nas discussões sobre a relação entre estruturas sociais e ação individual, assim como sobre as complexidades da interpretação histórica. A abordagem de Revel também se alinhou com outros desenvolvimentos teóricos, como a virada cultural e o interesse crescente pela história do cotidiano. No entanto, o método não esteve isento de

---

<sup>87</sup> Idem.

críticas, com alguns acadêmicos questionando a viabilidade de aplicar efetivamente diferentes escalas de análise e a possibilidade de cair em uma análise excessivamente fragmentada.

Em síntese, o método de variação de escalas de Jacques Revel desempenhou um papel fundamental no debate historiográfico da época, desafiando abordagens unidimensionais e incentivando os historiadores a adotarem uma perspectiva mais holística e interconectada. Sua contribuição ajudou a remodelar a forma como os historiadores abordam a interpretação e a análise de fontes históricas, reconhecendo a importância de múltiplas escalas na compreensão mais profunda dos fenômenos históricos.

A demolição da escola municipal Luiz Gonzaga acontece dentro de uma conjuntura específica e de um local específico, onde esta conjuntura se expressa, ou seja, a imposição da finalidade da *Verticalidade* sobre a *Horizontalidade*, o cotidiano local. Dito de outro modo, a demolição da escola é consequência de uma conjuntura que ultrapassa a cidade e o nacional. A justificativa para a desapropriação do terreno da escola era a cessão deste para a COMPERJ, ou seja, estamos falando da PETROBRÁS, a maior empresa brasileira, e de petróleo, o elemento mais desejado pelo imperialismo. As conjunturas nacionais e globais se entrelaçam e se expressam nas cidades impondo suas demandas, estas respondem de acordo com suas especificidades.

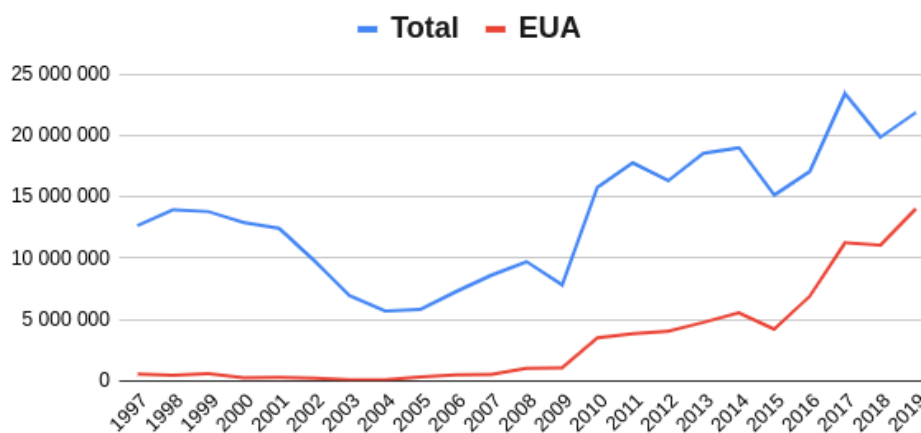
Ao voltarmos nossos olhos ao COMPERJ conseguimos perceber que sua história exemplifica didaticamente como as categorias de Milton Santos se dão na prática, de acordo com Marcelo Ferrari Barbosa<sup>88</sup> que defendeu sua dissertação na UFF contando uma breve história do projeto COMPERJ, este projeto era uma política de Estado, ligada ao PAC<sup>89</sup> e resultante da consolidação de determinadas forças políticas. O COMPERJ conseguiu o compromisso institucionalizado de vários setores desde industriais aos trabalhadores. Não era para menos, o projeto prometia 200 mil empregos entre empregos diretos e indiretos, substituição de importações de derivados do petróleo, principalmente a Nafta, que gerariam uma economia de R\$ 2bi para os cofres nacionais. Um dos principais setores beneficiados seriam as empreiteiras nacionais, pois a implantação do projeto necessitaria de muitas obras de infraestrutura, ou seja, o *sistema de engenharia* (Santos, 2001) da região do COMPERJ teria que ser modificado para o favorecimento desta empresa, aqui claramente enxergamos o que Santos chama de *lógica territorial das empresas*.

---

<sup>88</sup> BARBOSA, M.F. *Op. Cit.*

<sup>89</sup> *Idem.*

Gráfico 1 - Importação de derivados do petróleo

**Importação brasileira de derivados de petróleo, em toneladas**

Período: 1997 a 2019. Fonte: Comexstat Elaboração O Cafezinho.

Fonte: <https://www.ocafezinho.com/2020/01/07/siqueira-exportar-petroleo-bruto-e-importar-derivados-e-um-erro-estrategico/>.

Não para por aí, o terreno cedido ao complexo engloba 45.000 km<sup>2</sup> ao longo de 7 municípios ligando o arco metropolitano, Itaguaí a Itaboraí. A localização próxima à Baía de Guanabara era também estratégica pois facilitava o transporte para a capital e outros municípios. Há de se destacar, inicialmente, que aqui se trata de um empreendimento público, que apesar de se orientar por uma lógica global, visa o desenvolvimento do país e a soberania nacional. O que vai se impor através da *verticalidade* será a lógica global sim, mas a partir de uma perspectiva de enriquecimento, desenvolvimento e soberania da nação. O que é muito diferente de uma imposição de empresa privada e muitas vezes estrangeiras que tem por objetivo a extração de lucro e, quando estrangeiras, a fuga de capitais para fortalecer seu respectivo país.

O COMPERJ foi uma marca no segundo governo Lula, Antônio Palocci líder da pasta da fazenda era um médico com notório saber econômico, porém filiado a uma corrente ortodoxa da economia. A manutenção do tripé macroeconômico no governo Lula o distanciou para muitos do chamado neodesenvolvimentismo, pois a dinâmica do tripé macroeconômico limitava os gastos do governo em políticas públicas, condição *sine qua non* para o desenvolvimento nacional. O lançamento do COMPERJ marca uma aproximação do segundo governo Lula ao neodesenvolvimentismo, ainda que com a manutenção do tripé macroeconômico o governo conseguiu liberar receita para investimento em grandes obras públicas e desenvolvimento de empreiteiras.

Os “interesses socioeconômicos e ambientais”<sup>90</sup> atraíram a adesão de diversos setores com uma composição ampla de interessados e apoiadores como Estado e Municípios, e, empresariado e trabalhadores. A presença de José Sérgio Gabrielli na presidência da Petrobrás durante todo o segundo mandato de Lula até o segundo semestre de 2015, quando a lava-jato começa sua fase ostensiva contra a Petrobrás, foi de suma importância para o desenvolvimento do projeto, sua sucessora, pressionada pela mídia e pelos ataques da lava-jato, tocou uma política de desinvestimento da empresa que exterminou o projeto COMPERJ.

O COMPERJ marcou as contradições do modelo de desenvolvimento do segundo governo Lula em relação a pauta liberal de estabilização da economia. Ao mesmo tempo em que mantinha o tripé macroeconômico e uma baixa eficiência contra a desindustrialização, o COMPERJ reforçava o papel histórico da Petrobrás no desenvolvimento brasileiro. Era prometido que o COMPERJ seria o reforço ao desenvolvimento da indústria brasileira e um vetor de desenvolvimento para a região ao redor, identificada como uma região esquecida<sup>91</sup>.

Toda essa lógica nacional e global vai desembocar no cotidiano da cidade de São Gonçalo, ou como diz Milton Santos, as *horizontalidades* serão afetadas pelas necessidades imperiosas da *verticalidade*. Quero dizer com isso, que toda essa mobilização pelo COMPERJ vai influenciar e modificar o cotidiano de todas as cidades que sofrem sua influência. Na cidade de São Gonçalo, a consequência desta realidade que escolhi analisar foi a formação do MPLG como resposta política da *horizontalidade* à imposição da *verticalidade*.

---

<sup>90</sup> Ibidem.

<sup>91</sup> BARBOSA, M. F. *Op. Cit.*

Figura 3 - O COMPERJ



Fonte: [https://pt.linkedin.com/posts/eduardogcortes\\_petrobras-estuda-retomar-investimento-em-activity-7054035221314252801-IN6e](https://pt.linkedin.com/posts/eduardogcortes_petrobras-estuda-retomar-investimento-em-activity-7054035221314252801-IN6e).

Mapa 5 - Área de influência do COMPERJ



Área de influência do arco metropolitano.

Fonte: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/125?lang=pt>.

## 2.6 Jogo de escalas

Há muito as teorias generalizantes da História Social francesa vêm sendo contestadas. A presença do indivíduo na análise histórica conquista terreno na historiografia. Essa realidade influencia a constituição da 4ª geração da Escola dos Annales.

No fim dos anos 1980 e início dos 1990, a revista *Annales* passa por uma “guinada crítica” que pode ser encarada como uma quarta geração dos Annales. Esta iniciativa parte de Bernard Le Petit e Jean-Yves Grenier (Revel, 2013). Jacques Revel também passa a produzir textos com este mesmo viés crítico. A crise dos paradigmas historiográficos da história social francesa dos anos 1970 é o combustível da proposição de novos métodos na pesquisa histórica. Com o afã de contestar as certezas metodológicas características dos Annales, estes historiadores trazem à luz do debate novos elementos que visam enriquecer a pesquisa histórica, como as “escalas de análise”, a volta do indivíduo e a escrita da história (Revel, 2013). Jacques Revel dirige uma crítica contundente aos seus antecessores dizendo que há negligência sobre as escalas de observação, que resultava em uma macro-história de “continuidade de fatos sociais que autorizava justapor resultados cujo arranjo não parecia constituir problemas” (Revel, 1998, p. 5). Este modelo entra em crise no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980. Revel levanta dúvidas sobre o projeto global da história e social, e, afirma ainda, que a micro-história surge como um sintoma de desconfiança da história hegemônica.

No início dos anos de 1970, Jacques Revel residiu na Itália, onde era membro da *École Française de Rome*, instituição fundada em 1875, que produzia pesquisas na área de ciências sociais, história e arqueologia (Revel, 1998). Foi neste período que Revel teve seu primeiro contato com as obras dos historiadores italianos.

Antes de começar a definir o que é a micro-história, Jacques Revel tem o cuidado de apontar a priori alguns pontos fundamentais desta para que não se construa uma ideia errada do que fora a proposta dos historiadores italianos. Destaca, portanto, que a micro-história nunca reivindicou ser uma escola e que os caminhos traçados pelos diversos micro-historiadores podiam ser muito diferentes. Para o autor, a micro-história era menos uma escola historiográfica que uma experiência de trabalho. Lembra ainda, que a recepção do trabalho destes historiadores foi muito negativa no âmbito acadêmico à época de sua produção, sendo alvo de diversas críticas, o que dificultava o fortalecimento desta proposta. Era, portanto, uma proposta que não tinha muita força e nem coesão (Revel, 1998), pois existiram diversas experiências paralelas

que tinha premissas e seguiam caminhos diferentes, muitas vezes com considerações contraditórias.

A micro-história é contemporânea de um tempo de anarquia epistemológica. Seus métodos e suas premissas são heterogêneos, o que gera dificuldades de a classificar como uma escola historiográfica. O ponto de encontro entre estas produções é a busca pelo “vivido” e a crítica à abordagem macro-analítica que era hegemônica até então. Este movimento levou os paradigmas da história social a um desgaste epistemológico (Revel, 1998).

Na metade da década de 1990, a micro-história está na moda e muitos autores se dizem referenciados nela, afirma Bernard Le Petit. E continua, nos climas de incerteza da historiografia a micro-história constitui um ponto de referência. Porém, os métodos da micro-história são diversos e a referência que se fazem nesses trabalhos não são tão efetivas. O papel heurístico da micro-história é uma incógnita (Revel, 1998).

A reflexão inicial que dá origem ao livro *Jogo de Escalas*, organizado por Jacques Revel é o porquê de tanto tempo depois, a micro-história, apesar de seus métodos distintos entre as suas diferentes produções e de seu desconhecimento durante um longo tempo, passa a ser aceita na academia (Revel, 1998). Para o autor, o ressurgimento da micro-história no debate acadêmico expressa um sintoma historiográfico de crise nos paradigmas que sustentam a história social (Revel, 1998). Ressalta, entretanto, que a recepção a estes trabalhos foram diversas a depender do contexto e local aonde chegaram. À título de ilustração, o autor exemplifica a diferenciação que existiu na recepção deste tema nos Estados Unidos e na França. Enquanto nas terras yankees a micro-história foi recebida baseada no “paradigma indiciário” proposto por Carlo Ginzburg e em grande parte se resumiu a comentários sobre a obra deste; na França a micro-história foi entendida como “uma interrogação sobre a história social e a construção de seus objetos” (Revel, 1998, p. 8).

O projeto micro-histórico data dos anos 1970, e na década de 1980, Giovanni Levi e Carlo Ginzburg dirigem uma coleção da revista *Quaderni Storici* intitulada *Microstorie*. Revel afirma que a micro-história não é uma escola, não há texto fundador e nem proposição unificada. Destaca o caráter empírico destas produções e a necessidade de compreendê-las como elas são.

Um conjunto de questões e de proposições formuladas por um pequeno número de historiadores italianos envolvidos em empreendimentos comuns, mas cujas pesquisas pessoais poderiam ser muito diferentes entre si. Foi do confronto entre essas experiências heterogêneas de pesquisa, de uma reflexão crítica sobre a produção histórica contemporânea de uma gama bastante aberta de leituras, que pouco a pouco emergiram formulações comuns. (Revel, 1998, p. 11)

Do conjunto das escolhas individuais resultam os processos macroscópicos. A variação de escalas na micro-história é função dos atores sociais no contexto de cada lugar social em específico (Revel, 1998).

Se não uma contradição, ao menos uma tensão entre um método muito atento aos procedimentos de pesquisa que fazem aparecer objetos históricos inéditos e o papel da sanção final que eles conferem à experiência individual dos atores do passado. (Revel, 1998, p. 12)

Os micro-historiadores para Jacques Revel, não se contentam em registrar a imposição factual, transformam-na em princípio epistemológico. Eles entendem as modalidades de agregação e desagregação social a partir do comportamento dos indivíduos (Revel, 1998).

A proposta levantada por Jacques Revel e Bernard Le Petit considera os erros e acertos da história social francesa e da micro-história. Compreendendo que a realidade é multifacetada e se desenrola em diferentes escalas, os historiadores da quarta geração dos Annales propõem uma metodologia inovadora com vistas a enriquecer a percepção do real. Para eles, é necessário que se analise o objeto a partir de escalas diferentes desde o “nível do chão” ao global. Não há contradição entre o global e o local, são escalas diferentes e complementares. Da mesma forma não há prioridade a nenhuma escala, cada uma delas será útil de suas respectivas formas.

A adoção de uma escala é escolha de um ponto de vista do conhecimento, ao reduzir uma escala uma dimensão é selecionada e outra renunciada. A escala designa uma redução do real. O segredo não está em escolher uma ou outra escala, mas sim no princípio da variação de escalas.

Para entendermos como funciona o método da variação de escala optei por usar como analogia um poema de João Cabral de Melo Netto, chamado “De um avião”. No poema cabralino, o estado de Pernambuco é observado a partir de 5 diferentes perspectivas. A primeira delas é o próprio aeroporto que já mostra certo estranhamento com a cidade, esta é o círculo zero, a realidade cotidiana. Já alçado o voo, no segundo círculo percorrido, Joao Cabral de Melo Netto narra uma visão mais ampla de Pernambuco, da altura em que o avião agora está é possível enxergar e reconhecer diversas paisagens do estado, como, por exemplo, o desenho territorial de Recife, que ele compara a uma estrela ou uma aranha. “A paisagem que bem conheço/Por tê-la vivido por dentro /Mostra à pequena altura/Coisas que ainda entendo”

Estes versos, revelam que mesmo a certo distância do nível do chão, ainda é possível perceber determinados meandros que fazem parte do cotidiano local e ampliar esta visão à realidade regional. No terceiro círculo, com o avião mais alto somem as individualidades, “sem

vozes de cozinha”, o homem é o primeiro a sumir neste círculo. No quarto círculo, ainda mais alto, a visão que se tem agora de Pernambuco perde detalhes a “cidade toda quadrada/ em paginação de jornal”, depois, ainda mais alto, todas as linhas somem e restam só as cores, que conforme o avião vai ganhando altura se transforma em “luz de diamante puro”. No quinto e último círculo, cada vez mais alto, a luz desaparece e “Pernambuco é o que coube à memória”. Porém a visão do avião se torna cada vez mais ampla, abrangendo cada vez mais espaço.

Como o avião de João Cabral de Melo Netto, as escalas de análise “sobem” e “descem” em relação ao nível do chão. Quanto mais próximo às realidades locais forem as escalas, mais perceptíveis serão os indivíduos e a vida cotidiana local na análise histórica. Ao passo que se “sobe” a escala de análise, detalhes vão se perdendo, entretanto, as conjunturas em que se encontram o “nível do chão” são reveladas e consideradas para ajudar a compreender a realidade local, pois o global e o local existem em estreita relação. Não há uma escala certa, a proposta de Jacques Revel é que este avião percorra indo e voltando diversas vezes, nos diversos níveis, para que desta maneira, sejam considerados cada vez mais elementos na análise do historiador.

Ao analisar, por exemplo, o MPLG a “nível do chão” estou usando uma escala reduzida, com objeto reduzido. Porém, os acontecimentos por si só não elucidam toda a trama, é necessário que se busque em outros níveis, intermediários e macros, as informações que possam enriquecer o produto do trabalho. Quando buscamos compreender a lógica global e a sede mundial por Petróleo, estamos atuando na análise da escala mais macroscópica desta dissertação. Esta escala, ou esta realidade global, tem relação direta com as outras escalas que estamos explorando nesta pesquisa. Por exemplo, na escala nacional, o projeto nacional desenvolvimentista do segundo governo de Lula, adota a estratégia de investir na indústria petrolífera, pois esta é a realidade do mercado global. Ao descermos nossa escala de análise à cidade de São Gonçalo considerando a influência do COMPERJ na vida da cidade, as individualidades, peculiaridades, política e instituições locais ganham holofote. A disputa que se deu na cidade devido a derrubada da escola é uma questão local, de disputas políticas e contornos locais. Por isso, a necessidade de se compreender por dentro da cidade como esse processo se deu. Para isso, defini duas escalas locais, a individual e da escola; e a das instituições políticas de São Gonçalo, foram elas o Sepe-SG e a Câmara dos Vereadores. A História Oral foi uma grande aliada para a análise destes dois níveis locais supracitados. Vejamos no próximo capítulo como os depoimentos foram capazes de ajudar a elucidar esta história.

### 3 A HISTÓRIA ORAL

#### 3.1 O status da história oral

Durante a pesquisa sobre o MPLG o uso e produção das fontes orais foram essenciais ao objetivo geral desta pesquisa: enriquecer as representações do real sem renunciar ao rigor científico, com a mobilização de correntes teóricas-metodológicas diversas no interior da produção acadêmica de História e fora dos muros da disciplina.

O que tornou possível a existência desta pretensa dissertação foi justamente a oralidade. A história contada pelos que a viveram ou ouviram falar. Pelos lá que estiveram presentes, mas não se envolveram diretamente, e, os que lá estavam e se envolveram de alguma maneira. Os relatos dessas pessoas serão analisados neste capítulo a partir da metodologia da História Oral. Os entrevistados foram membros do MPLG ou faziam parte da escola neste período e/ou em períodos anteriores. Foram ouvidos professores, um ex-aluno e um funcionário administrativo. No intento de mudar a escala de análise do objeto e buscar compreender as teias políticas que envolviam a educação gonçalense, entrevistei a atual tesoureira do Sepe-SG, que à época era diretora do mesmo sindicato, Maria Beatriz Lugão Rios e o ex-vereador e ex-presidente da comissão de educação na câmara dos vereadores no período de 2009 a 2016, Marlos Costa do PT. Além da ex-diretora do Sepe-SG, professora Iara.

O MPLG tinha um caráter heterogêneo, ou seja, sua composição era diversa, os variados setores que formam a comunidade escolar estiveram ativamente em unidade na luta pela escola. Desse modo, julgo que é necessário uma *escuta sensível* ao que as diferentes *vozes escolares* (Tavares, 2007) têm a dizer sobre o movimento, seus processos e seus desdobramentos. Partindo dessa premissa, a seleção dos entrevistados obedeceu a alguns critérios. Primeiramente, como o objetivo que tenho aponta para uma representação de múltiplas vozes componentes ou não do movimento, adotei o critério de entrevistar as pessoas dos diferentes segmentos da comunidade escolar que tivesse uma ligação com a EMLG. O segundo critério adotado, se baseia na organização política do movimento, pessoas que estivessem ligadas diretamente ao movimento. Compreendendo, que em que pese a sua autonomia, o MPLG estava circunscrito em uma disputa política mais ampla que abrangia toda a rede municipal de educação. A título de ilustração, o SEPE-SG declarou greve em 2008, na qual, o MPLG foi ativamente participante e sempre levou suas pautas às atividades sindicais. Ademais, nas reuniões com as autoridades,

a presença do SEPE-SG esteve sempre registradas nas atas. O que torna a representação do sindicato uma testemunha privilegiada e partícipe do movimento, o que nos leva a ter um terceiro critério, as instituições, não só o Sepe-SG, mas a também a Câmara dos Vereadores de São Gonçalo. Considerando os critérios acima, e o curto espaço de tempo para a conclusão desta pesquisa selecionei 5 entrevistados para contribuir com esta pesquisa, são eles: Professora Marina Fernandes, professora de História do EMLG e uma das principais lideranças do MPLG, professora Iara, que foi professora da EMLG até 2006, Carlos Coelho, ex-aluno da escola, Maria Beatriz Lugão, dirigente do Sepe-SG e Marlos Costa, vereador de São Gonçalo de 2009 a 2015.

Todavia antes de adentrarmos ao conteúdo das entrevistas devemos esclarecer alguns pontos de partida. Entender os debates sobre o que é a História Oral e como esta será usada nesta pesquisa é primordial. As concepções acerca do *status* da história oral são diversas e fontes de acalorados debates no ambiente de produção do conhecimento histórico. Tal diversidade, me obriga a fazer uma ligeira apresentação das percepções destoantes, que grosso modo, podemos categorizá-las em três campos teóricos diferentes.

Entre os mais empolgados com a utilização da oralidade na produção do conhecimento histórico, há a crença de que a história oral seria uma “outra história”, uma “história alternativa”, que rompe com a história tradicional produzida na academia. Na década de 1980, os *Annales* lançaram diversos artigos sobre arquivos orais e puseram à mesa o questionamento acerca do status da história oral: seria ela uma outra história? A produção histórica, germânica em especial, levantou a bandeira do *status* da história oral como uma história alternativa. Sustentavam suas posições a partir de dois argumentos. O primeiro considera a inovação acerca dos objetos eleitos para a análise, “os dominados”; o segundo diz respeito à perspectiva da pesquisa a uma “história vista de baixo” (Ferreira; Amado, 1996, p. 75). Ou seja, para eles a história oral seria uma disciplina à parte.

Há, entretanto, uma vertente muito menos empolgada com a história oral do que a que acabamos de mencionar. Estes estudiosos consideram a história oral como uma simples técnica, prescindindo das pretensões metodológicas ou teóricas desta. Dela se absorveria as técnicas de uso de gravadores, transcrições e armazenamento de fontes, “querer mais do que isso é ingressar no terreno da mais pura fantasia” (Ferreira; Amado, 1996, p. 7).

A terceira via caminha por uma estrada menos emocionada que a primeira e mais aberta às potencialidades da história oral que a segunda. Se por um lado, a pretensão de encarar a história oral como uma disciplina é rapidamente preterida, por outro, a diminuição desta a um simples aperfeiçoamento técnico também o é. Os autores desta corrente concebem a história

oral como uma metodologia. Para Etienne François, a história oral é mais que um aperfeiçoamento técnico porque permite uma maior complexidade na compreensão da sociedade, vê-la apenas como recurso técnico limita as potencialidades da história oral na produção do conhecimento histórico.

Do mesmo modo, a concepção de que a história oral dá origem a um novo campo epistemológico diferente da história tradicional é refutada por estes pesquisadores. Os argumentos usados pelos defensores da história oral como uma nova disciplina são facilmente superados por Etienne François. Segundo a autora, os novos objetos de pesquisa (minorias; local) e a perspectiva de uma “história vista de baixo para cima” – argumentos usados para defender que a história oral é uma “outra” história – não justificam tal pretensão, visto que tanto os novos objetos de pesquisa como as novas abordagens já são “pautas de redefinições na pesquisa histórica”.

Bem, vimos que há três vertentes diferentes no que concerne ao entendimento do status da história oral. A primeira a entende como uma disciplina, uma outra história. Já para a segunda, ela não passa de um mero recurso técnico. Por fim, temos a corrente que concebe o status de metodologia à história oral. A questão que nos resta neste momento antes de prosseguirmos é justamente a que Jorge Eduardo Lozanose colocou em seu artigo: por que ver na história oral um método e não uma simples técnica?”.

O próprio autor em seu texto nos traz a resposta para o questionamento elencando alguns pontos que, para ele, sustentam a ideia de que a história oral é uma metodologia. Em primeiro lugar, destaca um ponto essencial da história oral, a interdisciplinaridade. É através desta que se desencadeia um processo teórico e metodológico que permite que o historiador tenha acesso ao mais profundo da experiência dos atores sociais por meio da oralidade. Tal produção e armazenamento de fonte podem oferecer um salto “qualitativo” nas interpretações dos processos históricos. Continua, “a consideração do âmbito *subjetivo* da experiência humana é a parte central de trabalho desse método de pesquisa histórica” (Ferreira; Amado, 1996, p. 47), o que permite a ampliação do campo de análise da ciência histórica, e o torna mais complexo ao se aproximar de disciplinas como a psicologia e antropologia. Por fim, os mesmos procedimentos seguidos pela produção histórica tradicional são seguidos pela história oral. O ritual de escolher um objeto, analisá-lo, confrontar as fontes, embasar teoricamente a pesquisa, manter o rigor científico, são seguidos também pela história oral.

Após a rápida exposição acerca do debate do status da história oral, devo dizer que partimos da concepção de que a história oral é um método que pode enriquecer nossa análise a partir do relato das testemunhas, sendo este um importante elemento na constituição

interdisciplinar desta pesquisa. Ao variarmos as escalas de observação para o nível micro e intermediário as entrevistas são capazes de dar um salto qualitativo na análise do objeto inserindo o subjetivo dos envolvidos na trama.

### 3.2 As entrevistas

Para tal feito, o “Manual de História Oral”, de Verena Alberti, tem sido um bom guia do método a usar nesta pesquisa. Primeiramente, ao se pensar em usar a História Oral, e, conseqüentemente, entrevistas de testemunhas, temos que nos atentar para qual tipo de entrevista será feita. Existem dois tipos de abordagem, segundo Verena Alberti, a *entrevista de vida* e a *entrevista temática* (Ferreira; Amado, 1996, p. 47). A primeira tem como foco a vida do entrevistado e as várias conjunturas e temáticas pelas quais ele passou ao longo de sua vida. Já a segunda, foca em uma determinada temática da qual o entrevistado viveu ou participou de alguma maneira em determinado período de sua vida. Seguindo o propósito desta pesquisa, o tipo de entrevista mais apropriado ao projeto proposto é a *entrevista temática*.

Cabe destacar que estes depoimentos por si não são a história, os depoimentos são fontes históricas, e como tal devem ser submetidos a exaustivo escrutínio. O historiador deve analisar estas fontes a partir de confronto com outras fontes, sejam elas escritas ou outros depoimentos, para dar cientificidade ao fazer histórico. Os depoimentos por si só são apenas a visão de um indivíduo sobre determinado fato, portanto, está longe de ser uma verdade absoluta. Assim sendo, o historiador não pode se empolgar e se deixar levar pelo depoimento sem criticá-lo, confrontá-lo, questioná-lo, como com qualquer outra fonte. É imprescindível, também, ao ofício do historiador, a base teórica que será usada para a abordagem das entrevistas.

Os depoimentos coletados nessa pesquisa foram confrontados com fontes escritas que dão conta de ajudar a elucidar a trama do MPLG. Estas fontes são matérias jornalísticas, atas de audiência com a prefeitura, atas de reuniões e assembleias do SEPE-SG e documentos da época guardados pelos participantes do movimento. Para a análise dessas fontes, usei conceitos próprios da História Local e a concepção de local como o espaço de produção e reprodução da vida humana. Proponho uma abordagem norteada pela teoria-metodológica de Carlo Ginzburg (1993), dispondo-me a escrutinar as fontes a partir de uma concepção científica e não alheia à realidade e à conjuntura nacional e internacional dos acontecimentos. Destaca-se o cuidado em

não se tomar as fontes como expressão de verdades absolutas, nem tão pouco, exercer o papel de juiz da história.

Optei por começar a analisar o depoimento da professora de História da EMLG, Marina Fernandes que foi uma das principais lideranças do MPLG. Em seguida, analisarei os depoimentos de Marlos Costa, ex-vereador da cidade. Seu depoimento nos ajuda a compreender o contexto político da cidade no momento das lutas em prol da EMLG. A professora Iara ocupa um lugar especial nesta pesquisa, pois seu olhar para a EMLG se dá a partir de duas perspectivas, como professora da unidade e como diretora do Sepe-SG. Também diretora do mesmo sindicato, Maria Beatriz Lugão Rios, soma muito a essa pesquisa com suas memórias de lutas e enfrentamentos que não só a EMLG, mas toda rede municipal, faziam com a prefeitura. Entendo que os depoimentos de Marlos e Beatriz se localizam em uma escala intermediária de análise, pois os entrevistados, ainda que a partir de sua visão particular, testemunham como representantes de instituições. O testemunho de Iara assume um lugar de fluidez entre o institucional e o pessoal.

Apresentarei cada depoente antes de entrar propriamente em seus depoimentos:

A primeira personagem a ser apresentada é a professora Marina Fernandes, e não por acaso. Marina foi essencial para a construção desta pesquisa. Foi através dela que conheci mais de perto a história da escola, o que me fez despertar o interesse de estudá-la. Quando eu comecei a trabalhar na EMLG, Marina já havia se aposentado, mas a memória de sua liderança na luta pela manutenção da escola estava ativa e chegou até a mim pelos colegas mais antigos que haviam presenciado toda a luta do MPLG. Tomado dessa curiosidade de historiador busquei pela professora Marina que carinhosamente me atendeu e me presenteou com uma série de documentos do período do MPLG, que ela havia guardado e que serviram como fontes basilares dessa pesquisa, para além dos depoimentos. Marina foi aprovada no concurso de 1990 como professora de História e foi lotada na EMLG neste mesmo ano.

Marlos Costa, 49 anos, é advogado formado pela UFRJ e pós-graduado em administração pública pela FGV. É auditor do TCE além de ter exercido dois mandatos de vereador pela cidade de São Gonçalo. No início de seu depoimento, Marlos exalta a grandeza do município e sua identificação com ele. Apesar ter nascido na Bahia, foi muito cedo morar em São Gonçalo. Em seu relato Marlos destaca o sentimento de pertencimento à cidade e a valorização do povo gonçalense como principal patrimônio da cidade e fator para esse sentimento de identificação.

Nasci na Bahia, mas com dois meses eu cheguei aqui na cidade de São Gonçalo e até hoje vivo, vivo aqui na cidade, uma cidade periférica, uma cidade que tem diversos problemas, mas quem conhece a cidade, quem vive o seu dia-a-dia, quem conhece o seu povo, sabe da grandeza que esse município tem, esse município que é o segundo em população do nosso estado, tem como seu principal patrimônio, sem dúvida nenhuma, é a população, essa diversidade da população de São Gonçalo é o que faz realmente a nossa riqueza e faz com que as pessoas gostem tanto da cidade, tenham esse sentimento de pertencimento à cidade.

A professora Iara, nossa terceira depoente, começou sua carreira como pedagoga na rede municipal de São Gonçalo em 1990, onde prestou serviços em várias unidades escolares durante 30 anos até se aposentar em 2019. Foi diretora do Sepe-SG por algumas gestões, sendo a primeira delas em 1997. Moradora do Barreto, bairro limítrofe com Niterói, Iara estudou na Escola Municipal Benjamin Constant e na Escola Estadual Macedo Soares, ambas em seu bairro. Na primeira, Iara teve uma professora chamada Jussara, a quem ela atribui ser a pessoa responsável por fazê-la refletir sobre a sociedade e a luta política, isso ainda na 4ª série primária. Jussara era professora militante, grevista e que não era bem-vista pelos pais de Iara, que a quiseram trocar de turma devido à característica combativa de Jussara. “Minha mãe tinha um pouquinho de resistência a ela por causa da greve”.

A partir da influência de uma *professora marcante*, Iara se percebe como um ator histórico capaz de influenciar a realidade e se organiza institucionalmente para isso. A defesa da escola pública é o principal mote da militância de Iara, que se identifica com a causa por ser fruto da escola pública e acreditar em sua função social.

Maria Beatriz Lugão entrou na categoria sendo aprovada no primeiro concurso do Estado para o magistério, em 1985, no governo Brizola. Começou como professora de Arte no Instituto Clélia Nanci. Logo, se interessou pela luta sindical e ajudou a reconstruir o núcleo de São Gonçalo do Sepe. Em 1988, foi aprovada em novo concurso e assinou sua segunda matrícula no Estado. No final da década de 1980, Bia Lugão relembra que foi quando começaram a organizar a rede municipal. Sua trajetória na política de São Gonçalo está intimamente ligada à do Sepe, onde ainda hoje é dirigente e figura como a principal liderança da categoria.

Representando a voz e a perspectiva do estudante, o ex-aluno da EMLG, Carlos Coelho, relatou memórias marcantes da unidade escolar. Carlos que hoje é formado em Estudo de Mídias pela UFF e mestre nessa mesma universidade federal, estudou toda a sua vida em instituições públicas. De 1996 a 2004, cursou o primário e ginásio na EMLG. Ao chegar ao ensino médio, Carlos passou a estudar na Escola Estadual Nilo Peçanha. Passou para o vestibular, primeiro na Unirio, em museologia, depois na UFF, em Estudos de Mídia, sem fazer

pré-vestibular. A base educacional que ele obteve para ser aprovado no vestibular foi adquirida na escola pública. Fato que o entrevistado faz questão de destacar, ressaltando a importância da educação pública na vida das pessoas.

### 3.2.1 Professora Marina Fernandes – Ex-professora da EMLG e liderança do MPLG

O depoimento de Marina Fernandes foi bem emocionante e transpareceu o carinho e amor da professora pela escola, pela educação e pela memória das lutas travadas ao longo da carreira. A EMLG foi a única escola na rede municipal em que Marina lecionou, a importância unidade escolar na carreira profissional e na sua realização pessoal assume um lugar de protagonismo na vida e memórias de Marina. Como ela destacou a EMLG foi uma verdadeira escola da vida, da educação e da cidadania para Marina.

Eu fui aprendendo, vendo as necessidades do Luiz Gonzaga e da própria rede, né? Então, Luiz Gonzaga sempre foi uma escola muito atuante, a escola que teve uma associação de professores, a Adelgo, uma escola que estava do lado da Secretaria de Educação, aí sempre foi muito questionador e tudo mais, e tivemos sempre, pelo menos eu, num grupo, uma proximidade com o sindicato com o Sepe-SG né, pra ver todas as questões referentes. ao magistério, não só ao magistério, a questão da educação, a questão da construção de plano de carreira, a questão do funcionário como um todo, e todas essas lutas, necessidade da escola, sempre querendo ser uma escola pública de qualidade, né? Que preservasse uma identidade e, ao mesmo tempo, fosse capaz de formar alunos que me transformassem, que me ajudassem na transformação, né?

Eu comecei lá e terminei lá. E ela, sim, foi uma escola que tinha um papel diferenciado, porque sempre me diziam assim, você está indo para uma escola modelo, né? Havia toda essa visão, que o Luiz Gonzaga seria uma escola modelo, e tudo mais. Mas o que eu vi é que o grupo era um grupo muito preocupado com a qualidade da educação, com as questões também da educação pública em São Gonçalo. Um grupo, assim, de destaque, né? Eu considero que o grupo foi de destaque. E todo mundo queria trabalhar no Luiz Gonzaga, queria ir para o Luiz Gonzaga e tudo mais. Embora o Castelo Branco tenha sido sempre a referência, que era Castelo Branco, o Ernani Faria e o Stephania de Carvalho, né?

No trecho acima da entrevista, a professora Marina relembra a importância que a EMLG assumiu na rede municipal de São Gonçalo seja através do trabalho de excelência dos profissionais da escola, seja por sua atuação assíduo e participativa nas lutas da categoria. Outro aspecto que fica evidente neste trecho é a posição política que Marina assume em favor da educação pública como um todo e não somente a EMLG ou as demandas da categoria.

A escola era muito bem localizada e atendia a alunos de vários bairros. A boa fama que a escola tinha aliada à facilidade de acesso fazia a escola ser objeto de desejo de alunos e responsáveis, que queriam uma escola de fácil acesso e boa qualidade; e dos profissionais de educação pelos mesmos motivos.

Eram as três escolas de ponta. Quer dizer, o Luiz Gonzaga, ele é inaugurado, ele acaba tendo um... E como ele era num local muito central, ele pegava não só a comunidade, da Estrela do Norte, ele pegava também as pessoas que passavam, que vinham de longe até. Por quê? Porque a parada do ônibus era em frente à escola. Sim. Então pegava pessoas de outras... até mais distante, mas uma escola central em que muitas mães deixavam os filhos para trabalhar. Era importante para o trânsito, para a locomoção e tudo mais. A localização da escola era bem importante, não é? Muito importante, não é? E uma escola do lado da Secretaria de Educação. E uma escola do lado da Secretaria de Educação que deu muito trabalho. Muito trabalho em termos de ser questionadores, de levantar bandeiras, não é? De a gente ter uma escola 100% fechada durante uma greve do lado da Secretaria de Educação.

Foi fundamental. A gente está lá em vigilância, né? O Luiz Gonzaga deu muito trabalho. Porque a gente não aceitou. A gente não aceitou o que foi feito conosco, né? Com toda aquela comunidade. Com toda uma história tão bonita. De conquistas, né? De alunas do ringue de bolsa destacando e tudo mais.

A consciência e militância política da comunidade escolar da EMLG pode ter sido decisiva na decisão de desapropriar a escola, pois uma escola com 100% de adesão a greve, formadora de quadros políticos e com histórico de militância ao lado da Semed incomoda os interesses da prefeitura. A mobilização do MPLG era tão intensa, que após serem proibidos de se reunirem no interior da escola, fizeram uma grande reunião, com representantes de todos os segmentos da comunidade escolar presente, na rua, em um posto de gasolina que ficava em frente à escola e à Semed. Este fato foi lembrado de outra forma pela professora Iara, como veremos mais à frente, porém a memória de Marina tende a ser mais verossímil, pois à essa época a professora Iara não lecionava mais na EMLG. Vejamos o relato de Marina sobre o episódio:

E ela proibiu que os bilhetes fossem entregues. Só que uma nossa amiga, uma pessoa que eu tenho muito carinho, não vou falar o nome não, porque eu não sei se ela me autoriza, ela falou que não ia entregar bilhetes. Não, ela não ia. Nós entregamos os bilhetes. E eles... Mandou essa colega nossa avisar que não haveria essa reunião. Ou seja, desmarcando o que nós tínhamos organizado, que não haveria. Então, no outro dia, nós chegamos para fazer a reunião e a escola estava trancada. Nesse dia, meu marido ia até trabalhar no Rio. Ele falou, meu Deus, vai ter encrenca. Ele desceu e ficou no posto de gasolina, porque nós fizemos a reunião. No posto de gasolina, na rua, não, no posto de gasolina. Nós fizemos na rua. Nessa mesma rua que a gente dançou e brincou, a gente fez a reunião ali. E as mães vieram com seus bebês. E encheu. Encheu. Porque na hora de falar e no ponto de ônibus, os ônibus paravam, olhavam o que estava havendo. Os carros o pessoal da Secretaria de Educação olhando. Rindo da nossa cara. Só que começou a encher muito. Eles começaram a ficar nervosos. Meu marido contava as coisas. Porque você está envolvido. Meu marido é falecido. É até uma maneira de lembrar. O meu grande amigo, companheiro.

Ele ficou lá. Eu nem sabia que ele estava ali. Ele ficou vendo a reação da Secretaria de Educação. Ficou com medo de alguma coisa. Ele foi trabalhar depois. Ele foi para o Rio. Coitado. O pessoal estava rindo da nossa cara. Só que encheu muito. As mães foram com o carrinho de bebê. Depois a menina que foi uma aluna. E o irmão dela já tinha sido. Mães que confiavam na gente. Lotou. O que eles tiveram que fazer? Nos convidaram no ar-condicionado no auditório da Secretaria de Educação. Por quê? Tinha que tirar a gente dali. Não adiantou fechar a escola. Não adiantou. Não adiantou.

Outro episódio curioso foi a charge feita por um profissional da EMLG que gerou tanta repercussão que o prefeito foi pessoalmente à escola tirar satisfação. Veremos que sobre esse evento também houve uma lembrança diferente da professora Iara. Vejamos o que narra Marina:

Na sala dos professores apareceu uma charge. É uma charge, não é um rato de verdade. Uma charge, chamaram o rato de bravo e o rato se enforcou. E isso daí foi uma loucura, porque o prefeito foi no Luiz Gonzaga para saber quem era o autor daquela Charles, quem colocou aquilo na sala dos professores. E eu estava no dia, ele chegou todo de preto, mandou parar todas as aulas e nós fomos para o refeitório. Mas uma coisa de terror, mas a gente doida para rir. A gente olhava uma para a outra, uma loucura. Mas depois foi descoberto quem foi e tudo mais, mas eu não gostaria de falar o nome da pessoa. E ela foi até punida.

Marina se emocionou o lembrar das condições em que trabalhavam na escola e a falta de dignidade para os alunos e os professores no prédio da antiga SAMDU. Embora em condições precárias, Maria afirma que não se “deixaram esmorecer” e continuaram firmes na busca da construção do novo prédio.

Luis Gonzaga seria diluído, né? Sim, sim. E ele não foi diluído. Mas ele não foi diluído porque foi mantido essa chama viva. E essa comunidade muito fiel. Porque nós vimos, eu me lembro que a gente conseguia abaixo assinados. Quando Rosália e eu, nós vimos pra lá, eles já avisavam as encrenqueiras, eles chegaram. Mas a gente tinha um monte de assinatura. E isso assustava. Porque não era só a Rosália, a Marina e os outros professores, todos os outros que muitas vezes não podiam ir. Nós tínhamos por trás toda uma comunidade que queria aquela escola. Porque aquela escola tinha que ser bem construída. Que nós não poderíamos ficar como nós ficamos. Passar por infestação de pulgas. Passar por água escorrendo pelos fios. A gente tem aquelas latas de lixo de plástico por causa da água que escorria. As salas de aula eram os antigos consultórios que há. As aulas, eu ouvia as outras aulas e todo mundo, claro, que ouvia a minha. Eu não tenho que falar alto pra caramba, pode falar. As aulas se cruzavam, né? E era um local também pros pequenininhos muito assustador. Porque havia toda uma questão que lá havia tido um necrotério, que eu nem sei se realmente teve ou não teve.

A busca por local digno para o funcionamento da EMLG era tarefa imperiosa e os responsáveis pelo MPLG foram a Alerj em busca de apoio, que encontraram com o Deputado Paulo Ramos, que inclusive visitou a escola.

Era uma coisa infinita. Parecia que não ia ter fim. E chegou o ponto, essa questão de nós irmos a Alerj, fomos recebidos lá pelo Paulo Ramos, deputado. E tinha até uma

representante do judiciário que cuidava das questões de trabalho. Então teve essa questão. Ela estava do meu lado. Eu tenho até o nome dela ainda. Ela estava do meu lado, como eu falei. E falou que ele gravava, o pessoal do gabinete até queria ver isso. Porque foi tão emocionante. Chorei tanto lá. Acabei me emocionando muito. Ele falou assim, professora Marina, eu vou lá conhecer essa sua escola. E ele foi, ele foi. E essa representante do judiciário, jurídica de trabalho, alguma coisa assim.

A relação entre o Sepe-SG e a EMLG é umbilical. Como já dito aqui, a EMLG produziu muitos quadros dirigentes do Sepe-SG e sempre foi atuante na luta sindical. Quando a escola foi derrubada toda a rede comprou a briga da EMLG e festejavam quando os representantes do MPLG chegavam em massa nos atos e assembleias.

Eu me lembro, não, mas um sindicato, como todo o professorado de São Gonçalo, de outras escolas, acabaram por abraçar Luiz Gonzaga com essa questão da possível derrubada dele, que acabou ocorrendo, não é? E isso acabou sendo uma bandeira. Uma das bandeiras da luta, não assim quanto o professor sindicalizado ou não, era lutar para o Luiz Gonzaga não ser destruído e depois... E depois para ele ser reconstruído. Porque havia a questão, primeiro, a gente não queria a derrubada dele, não é? E depois ele ser reconstruído. Como é que nós íamos ficar? (...) depois de isso, a luta para conseguir ter o Luiz Gonzaga de pé foi muito grande. A comunidade abraçou muito. As outras escolas, junto com o sindicato, também abraçaram. E foi uma luta intensa. E se nós não tivéssemos uma união interna e esse apoio da comunidade, principalmente... Porque se a comunidade não te abraça, não adianta. Havia pessoas que participavam realmente. Da diretoria do sindicato. A Yara, né? A Sônia. A Yara, a Sônia. Professor Ediel. Ediel. Ediel era muito atuante. Ediel era muito atuante. Até hoje. Não pode ser que não seja. A Rosa da Cozinha. Rosa da Cozinha também. Ela era uma pessoa que falava os nomes dos funcionários, né? A Mônica, que é amiga da Yara. Que também participava... Que é guia e usava diretoria. E foram conquistas muito importantes. Muito importantes mesmo. Porque essa luta... Hoje em dia já não é triste falar. Mas essa luta também levou a uma construção de um plano de carreira muito bonito. Que foi detonado, né? Acho que foi muito, muito importante. Foi detonado.

Porque o Luiz Gonzaga, quando chegava nos momentos das manifestações, ele chegava de peso. E quando ele chegava, era uma alegria. Era tão bonito de ver. Estou me lembrando que era muito bom. **B:** E isso já acontecia antes? Antes da derrubada, o Luiz Gonzaga já tinha esse peso? Já chegava em peso nas assembleias? Antes da... **M:** Não, não chegava em peso, não. Na verdade, havia um grupo que participava mais.

A EMLG não era somente referência na luta política, era também referência em ensino.

O Luiz Gonzaga já tinha esse desejo ali da comunidade ao redor de fazer parte dele, né? Isso. E eu tenho até, não sei se eu te entreguei, entrevistas. Os próprios negociantes, comerciantes locais, eles abraçavam a escola. A escola era querida. E nós hoje chegamos a fazer uma apresentação de folclore na rua. Na rua.

A gente conseguiu umas coisas muito bonitas. Muitas olimpíadas, trabalho de resgate histórico. Sim, trabalho de resgate histórico da própria escola. Olimpíada, Suely. Ela gostava muito de fazer. E quando nós fomos para o Samdu, isso não parou. Foi muito difícil, mas foram feitos vários trabalhos lá no Samdu. Não do jeito que a gente poderia fazer, porque a gente tinha perdido a nossa quadra. Nós ficamos num lugar que não tinha quadra, né? Mesmo assim, eram maquetes. Fizemos história da China. Fizemos muita coisa ali. E não deixamos passar os 18 anos do Luiz Gonzaga. Porque isso é uma questão muito séria. Eu falei, gente, nós vamos deixar passar? Ah, mas a gente não tem nem escola. Eu falei, por isso mesmo nós temos que fazer. Nós temos

que lembrar que nós existimos. E nós fizemos os 18 anos do Luiz Gonzaga na escola Cecília Meirelles. Que a nossa falecida diretora Rosa, ela conseguiu, junto com a professora Edinette, que nós fizéssemos lá.

Conhecida por suas atividades extraclasse e envolvimento da comunidade escolar nessas atividades, a EMLG resolveu fazer, em 2007, a festa da maioridade da escola, já citada no capítulo 1, com o objetivo de manter “a chama acesa” e demonstrar que a EMLG está viva e em busca de um futuro. Marina lembrou algumas coisas sobre esse evento.

Pois é. E é isso. Então, nós fizemos... A aluna Jéssica, que hoje em dia é professora, e ela também é atriz, ela escreveu uma peça. Sobre o patrono, Luiz Gonzaga. Porque, na verdade, eu sempre falo isso, a escola parece muito com o patrono, muito assim, arretada, né? Muito determinada, sempre chegando ali e fazendo o xaxado dela. Ela tentou tudo isso. Eu acho que se identificou. Houve uma identificação, né? Daquele homem forrozeiro, daquele homem que acabou sendo conhecido. E o Luiz Gonzaga, também uma história muito semelhante. Estes 18 anos, houve, então, o resgate do patrono com a identificação dos ex-alunos, ex-professores, ex-funcionários. Houve homenagens, várias homenagens. Houve apresentações também. Foi muito festivo. Eu lembro de haver netos com o neto pequeno, que agora já é homem, né? Com o neto pequeno lá, a gente, tarde da noite, pendurando coisas, né? Fazendo as coisas para o outro dia. Mas foi muito bonito. Foi muito bonito mesmo. A gente fez muito barulho ali. Fizemos muito barulho. Teve apresentação do teatro. Teve apresentação do teatro. Teve poesia, teve cordel, né? Teve cordel também. Você me deve lembrar de mais coisas. Eu lembro mais das coisas que fiz. Fico mais identificada. Mas foi muito bonito. Uma retrospectiva, alguma coisa assim. É, buscando a história da escola. Por que o que acontece? Quando a Jéssica fez o teatro, falou do Patrono, a gente também tinha que fazer o quê? O resgate da própria escola. Porque é a maioridade Luiz Gonzaga. Os dezoito anos é a maioridade. A maioridade Luiz Gonzaga. Então nós queríamos mostrar para as autoridades que a escola tem uma história. Ela tem um passado e ela precisava sobreviver e ter perspectiva futura. E valeu tudo muito a pena, porque está lá, né? O Luiz Gonzaga está lá. Eu não sei, a não ser as pessoas que têm parentes, né? Porque a gente acaba dando aula para filho do filho e tudo mais. Os primos. Se as pessoas contam isso. Mas eu acredito que contam. Porque eu não gostaria que aquelas crianças, assim, isso fosse apagado deles. Eu gostaria muito que eles tivessem muito orgulho. Porque, inicialmente, o Luiz Gonzaga, assim, não era um nome, assim. Eles achavam que o máximo era Castelo Branco. Então, o nordeste, a gente teve muito cuidado a valorização do nordeste. Porque a nossa escola é nordestina. E o patrono. Então, essa preocupação também de ir além, de criar seres, pessoas. Eu acho que a gente ajudou nisso. Porque ainda existem esses alunos que ainda se comunicam com a gente.

Outro objetivo que sempre estava presente nos projetos pedagógicos da EMLG era o resgate histórico da cidade, da escola e da autoestima dos alunos. A preocupação com a autoestima dos alunos está presente também nas falas de Marina. Questionei a ela como a história seria importante para este resgate.

Sobre essa importância e como que a história pode resgatar a autoestima. Você tem que conhecer o que eu sou. De onde eu vim. O que nós fomos. Essa localidade surgiu do quê? Como é que ela foi construída? O que foi produzido? Qual é a base dela de sustentação? Tanto econômica, os trabalhadores e tudo mais. Então nós fazemos muita questão que nós fomos na Mineirinho. Nós vimos nos locais para que eles

conhecessem. Eu trouxe um grupo do Luiz Gonzaga aqui na Fazenda do Engenho Novo. Foi tão bonito que eu juntei os alunos do Luiz Gonzaga um grupo, claro. Junto com o falecido Espetovag que ele veio me ajudando. Olha ali. Muito lindinho ele. Meu Deus, que Deus o tenha. Debaixo de uma árvore a gente está fazendo engenho novo. Falando do Barão de São Gonçalo. Levamos um grupo de alunos no cemitério do Caju. Eu falei, Marina, você é maluca. Porque os restos mortais do Barão de São Gonçalo eles estão lá. Não sei como estão lá. Mas as vísceras estão no Pacheco. Quando entra no cemitério do Pacheco aqui tem as vísceras do Belarmino Ricardo Teixeira e do Barão de São Gonçalo. Existe essa lápide. Atrás da igreja Nossa Senhora da Conceição ali no Pacheco. Então nós fomos com os alunos ali e pesquisando e lendo eu vi que havia um jardim. Aonde? Porque é a família do Rio também. Ainda existem os descendentes. Porque ele não teve filhos. Mas tem os parentes. Lá no Rio. Eu pedi com os alunos um grupo muito louco.

Por fim, questionei se havia conflito interno no MPLG e na EMLG e se ela considerava o movimento vitorioso e como se sentia com toda essa história.

Havia conflitos internos e sérios. Não era uma coisa tudo pacífico, todo mundo te beijando, te abraçando. Não é assim. Era uma coisa de luta mesmo. **B:** Mas tinha pessoas contra o movimento? **M:** Não, não era contra, achando assim, não vai dar certo. Não vai dar em nada. Aqui, achando assim. Mas valeu, eu entendo. Porque era difícil mesmo. Mas deu certo. Um movimento super, super vitorioso. Nossa, é uma coisa assim. Valeu tão a pena, né? Valeu a pena. Como valeu a pena ter passado por tudo isso, ter vivido muito doloroso. Acaba muito com a saúde da gente. Mas é muito bom saber que está lá a escola. Porque isso aí não foi dado. Uma coisa que eu quero... Essa escola não foi dada. Ela foi arrancada. Ela foi conquistada. Ela não foi dada a essa comunidade. A comunidade lutou para ter de volta o que era dela. Estou aposentada. Estou com 66 anos. Mas é bom quando eu passo lá para a Luiz Gonzaga. Claro que eu queria ir no mesmo lugar, como ele era, todo coloridão. O pessoal falou, a escola é um circo, né? Porque era aquela, é uma arquitetura ligada ao PDT. Era diferenciada e tudo mais, né? Mas é muito bom você passar, e o Luiz Gonzaga estar lá, eu fico muito feliz de ver. Porque ela é da comunidade. Não é de quem trabalha ali, quem trabalhou. Ela pertence a essa comunidade. E uma escola não pode ser destruída. Ela tem que se construir a escola, não é destruir.

### 3.2.2 Marlos Costa – Ex-vereador e ex-presidente da comissão de educação da Câmara do Vereadores de São Gonçalo

A entrevista com Marlos Costa foi bastante frutífera pois me permitiu ter acesso a informações dos bastidores da política institucional da cidade como por exemplo a relação entre a ex-prefeita Aparecida Panisset, o presidente Lula e o PT de São Gonçalo. Informações que não seriam encontradas nas fontes tradicionais da historiografia. O esforço da produção da fonte oral possibilita chegar onde os documentos oficiais não chegam, enriquecendo a pesquisa de informações sobre o real.

Ao ser questionado se teria conhecimento do MPLG e da desapropriação do terreno da EMLG, Marlos logo citou a presença de Lula no clube Mauá - tradicional clube da cidade onde ocorrem até hoje diversos eventos políticos – anunciando a escolha de Itaboraí como a cidade sede do Comperj. Recordou também que São Gonçalo pleiteara sediar o complexo petroquímico, porém não haveria o espaço necessário disponível para receber o empreendimento na cidade. Logo no início de seu depoimento, ressaltou boa relação entre Aparecida Panisset e Lula – tema no qual voltou em outros momentos da entrevista – atribuiu a este bom relacionamento a escolha de São Gonçalo como sede do CICOMPERJ.

Você também tinha naquele momento a prefeita Aparecida Panisset que era do então PFL, ela era uma prefeita eleita, que tinha sido eleita pelo PFL, ela acabou estabelecendo uma boa relação com o governo federal e chegou a ser, na verdade, uma pessoa que conseguiu ter uma certa proximidade com o presidente Lula mesmo sendo de um partido de centro-direita e ela conseguiu, junto ao governo federal, que em São Gonçalo sediasse o centro de integração do Comperj, que seria construído aqui na cidade

Na narrativa de Marlos conseguimos identificar a importância dada por ele às relações entre indivíduos, que ultrapassam muitas vezes as barreiras políticas e institucionais colocadas à priori. É muito presente na fala de Marlos, ao longo de todo o depoimento, a percepção da relação existente entre o micro e o macro e como ambos os níveis se influenciam. Como destacado no depoimento, Aparecida Panisset se elegeu para o seu primeiro mandato pelo PFL, partido de oposição ao então presidente Lula do PT, é natural que se julgue, à primeira vista, que houvesse rugas entre a prefeita e o presidente, porém o depoimento de Marlos, a memória coletiva em São Gonçalo e a escolha da cidade como sede do CICOMPERJ evidenciam que as coisas não aconteceram dessa maneira. A boa relação existente entre a ex-prefeita e o presidente Lula contraria as expectativas políticas quando se dispensa a consideração do nível individual da construção histórica e política. Uma análise mais generalizante não consideraria o contraditório como elemento constitutivo do indivíduo e que a política (e a história) é feita por esses indivíduos com suas respectivas contradições. Ao prescindir do elemento individual em sua análise há o risco de se cair em uma generalização que se distancia do real. Porém, é mister lembrar que há outras questões envolvendo a escolha de São Gonçalo como sede do CICOMPERJ como por exemplo a sua localização.

Marlos Costa foi eleito vereador em 2008 e começou sua legislatura em 2009. À essa altura o MPLG já estava no seu quarto ano de existência e luta. Nessas mesmas eleições de 2008, Aparecida Panisset tenta se reeleger prefeita da cidade, todavia agora por uma outra sigla partidária, o PDT, partido progressista, base do governo Lula e de grande tradição na cidade de

São Gonçalo. Neste ponto há uma revelação importante no relato de Marlos acerca dos bastidores da política partidária do município. Ao falar sobre Aparecida Panisset, o entrevistado sempre demonstrou profundo respeito pela figura política que ela representa e reconhecimento de sua inteligência e habilidades políticas. Também não se privou de fazer elogios e críticas à gestão de Panisset. Segundo Marlos, “Aparecida, muito habilidosa, percebeu o momento do país com o Lula na presidência, ela tinha que ir para um partido do campo progressista”. Foi além, revelou que a intenção de Aparecida, do presidente Lula e das lideranças nacionais da corrente hegemônica do PT, Construindo um Novo Brasil (CNB), era que Aparecida se filiasse ao PT para concorrer à prefeitura pelo Partido do Trabalhadores. Fato que não ocorreu devido aos debates internos do PT São Gonçalo que não aprovou a filiação da então prefeita ao partido, Marlos destaca ainda que não houve imposição do diretório estadual nem nacional sobre este tema ao PT-SG, este teve autonomia para barrar a filiação de Aparecida Panisset. O PT lançou então um outro candidato ao pleito de 2008, o atual deputado federal e líder do PL no congresso, Altineu Cortes que ficou em terceiro lugar nas eleições de 2008.

Inclusive a Aparecida tenta se filiar ao PT ela tentou se filiar ao PT, mas a tentativa da Aparecida não foi para ir ao PDT, se filiar ao PDT ela foi para o PDT porque ela não foi aceita no PT houve toda uma discussão interna no PT e o PT naquele momento era um partido que tinha muitos debates internos, não que hoje não ocorra o PT sempre se caracterizou por isso, mas na época o debate ele era muito mais aflorado e acalorado e Aparecida pediu para se filiar ao PT esse pedido foi objeto de deliberação do Diretório Municipal ou seja, não houve interferência da Direção Nacional nem da Direção Regional para filiar a Aparecida e o pedido foi negado, o Diretório Municipal negou a filiação da Prefeita à Aparecida.

Para Marlos Costa, a decisão do Diretório Municipal do PT foi um erro que evidencia uma visão política muito estreita, pois Aparecida tinha uma construção de política pública muito mais próxima do “nosso campo que do campo da direita”. “O PT teve uma visão política estreita”. Ainda tratando das eleições de 2008, Marlos traz uma reflexão muito interessante e que vai ao encontro do que se busca fazer nesta dissertação. Analisando o resultado das eleições de 2008, com Aparecida Panisset sendo reeleita no primeiro turno e o candidato do PT ficando em terceiro lugar, justamente em um momento, que segundo o entrevistado, era de auge da popularidade de Lula, ele chega a uma conclusão. Para ele a política municipal muitas vezes não tem a ver com a política nacional. Vejamos o relato:

Lula que queria a filiação da Aparecida ao PT, acabou isso não acontecendo o PT filia em 2008 para ser seu candidato a prefeito Altineu Cortes, que era um deputado estadual na época do PMDB Altineu se filia ao PT, é candidato em 2008 a prefeito de São Gonçalo e a Aparecida se filia ao PDT e é candidata a reeleição pelo PDT, e a

Graça Matos que era também uma importante liderança política na época deputada estadual também do PMDB, foi a candidata do PMDB, e a Aparecida naquela eleição de 2008, que foi a eleição que eu me tornei vereador, Aparecida bem excelente no primeiro turno, mostrando que a população estava realmente satisfeita com o primeiro mandato dela ela teve uma ampla aprovação popular e aí um pouco também como é que a política municipal muitas vezes não tem a ver com a política nacional eu sempre vejo muitos analistas falando de eleições municipais, que a eleição municipal vai ser decisiva para a próxima campanha presidencial, acho muito difícil o eleitor da cidade ele vota no vereador, ele vota no prefeito dele ele age muito com a razão ele verifica se aquele político pode atender as necessidades imediatas dele. (...) a gente tinha saído de um governo desastroso que tinha sido o governo do Dr. Charles o Dr. Charles foi o prefeito anterior da Aparecida foi um desastre de administração e aí quando ele vê a Aparecida fazendo um feijão com arroz que tem que ser feito a prefeitura que está na rua, olhando a obra que está acontecendo fazendo obra nas praças e pejorativamente diziam que a Aparecida era a prefeita das pracinhas um equívoco, porque ela está cuidando do que é de todo mundo do que é da cidade, o espaço de convivência, o espaço de todo mundo aqui eram as praças, isso é muito simbólico ela começa a fazer jardins, canteiros na cidade e algumas obras que ela tinha possibilidade de fazer com pouco orçamento, pouco recurso que ela tinha e aí ela, muito esperta do ponto de vista político muito pragmática, ela estabelece uma relação direta com o governo federal para tentar trazer investimento para cá, obras para cá e tem sucesso nisso também, de conseguir recursos do PAC para pavimentação de ruas então ocorreram obras no Jardim Catarina, no Salgueiro no Escaçado, obras do PAC, do Programa de Aceleração do Crescimento do governo federal, no primeiro mandato do presidente, primeiro e segundo mandato do presidente Lula então ela consegue ter essa habilidade, o eleitor vai para o segundo turno olha, faz o comparativo, comparativo muito objetivo como é que estava o governo anterior, como é que está esse governo e concede à Aparecida essa eleição no primeiro turno, enfrentando outros dois partidos que eram da base do governo Lula, que era o PDT, uma deputada estadual forte, a Graça Matos, esposa do ex-prefeito Ezequiel, então deputado federal também, e contra o candidato do PT que era o Altineu, que era um deputado estadual também então daí eu percebi pela minha história de participar de algumas eleições, de observar outras, que dificilmente a política municipal é decisiva em uma campanha nacional, e vice-versa, a gente estava ali no melhor momento do governo Lula, talvez, em 2008 Lula explodindo de popularidade.

É muito presente na fala de Marlos Costa a percepção da autonomia do nível micro em relação ao macro. Ao afirmar que a política nacional não impõe suas regras à política e às eleições locais e vice-versa, Marlos destaca o protagonismo do povo nas suas escolhas políticas locais que dão conta de suprir as demandas mais imediatas e que estão presente no dia a dia da população. É fato que as eleições municipais são as que lidam mais diretamente com as necessidades das pessoas nas suas rotinas, pois se é nas cidades que a vida e a história acontecem, os gestores e legisladores destas precisam estar atentos e agindo mais diretamente na vida das pessoas, o que os torna também mais presentes no cotidiano do cidadão que políticos estaduais e federais.

Apesar de entender que houve avanços na gestão de Aparecida Panisset em relação a do prefeito anterior, Dr. Charles, Marlos ao ser eleito entre os 21 vereadores da câmara de São Gonçalo se colocou, junto com Miguel Moraes também do PT, na oposição ao governo. Oposição esta que contava apenas com os dois vereadores do PT. Logo assumiu a presidência

da comissão de educação, o que fez com que seu caminho político se aproximasse do MPLG. Grande entusiasta do COMPERJ, quando questionado sobre o que o PT e ele individualmente esperavam como consequência do empreendimento para a região, Marlos respondeu que a expectativa era de que virássemos “o novo ABC”, em referência ao polo industrial do ABC paulista. Para ele o lavajatismo foi o principal motivo para o fracasso do COMPERJ. Tendo sido eleita para sediar o CICOMPERJ, a prefeitura de São Gonçalo precisava então ceder uma área para a construção do centro de formação. Segundo o entrevistado:

Chegou-se à decisão política por parte do governo municipal de ceder uma área da prefeitura ao lado do Sesc para a construção do Complexo Petroquímico era uma área de titularidade municipal só que naquele espaço já funcionava ali há muitos anos uma escola municipal que era a escola municipal Luiz Gonzaga foi uma escola que eu não consigo precisar se ela foi construída no governo Ezequiel

Marlos destaca ainda que o governo municipal e talvez também a Petrobrás queriam que o CICOMPERJ fosse em uma área central para dar visibilidade. E recorda que como era do PT não podia ficar contra o CICOMPERJ, “mas não precisava ser ali”. Marlos afirmou ter feito diversas audiências públicas em seus mandatos e ter recebido algumas vezes o MPLG para tratar sobre o assunto da EMLG. Para Marlos a Petrobrás poderia ter indenizado a prefeitura e construído as novas dependências da escola, pauta que ele diz ter defendido na câmara e lembrar de isto ter sido muito questionado à época. “Se tivesse acionado o Ministério Público poderia ter conseguido um TAC para a Petrobrás fazer a obra”. O ex-vereador comentou sobre sua visita às dependências provisória da EMLG no antigo SAMDU e destacou a insalubridade e condições adversas do local para o funcionamento de uma escola: “simplesmente colocaram cadeiras, quadros e crianças”, lembrou também da existência de um necrotério no interior da escola. Mas alega que não havia outro imóvel na região que pudesse abrigar a escola. A cessão do terreno da escola à Petrobrás foi aprovada na câmara na legislatura anterior a de Marlos, porém ele lembra que não houve problemas para a aprovação na câmara. Perguntado se o Conselho Municipal de Educação de São Gonçalo participou da luta ou apoiou o MPLG, Marlos foi taxativo ao afirmar que à época o CME era atrelado ao governo e nada fizera.

Perguntei a Marlos Costa qual era a avaliação dele sobre o governo de Aparecida Panisset no tocante à educação. Marlos se disse decepcionado com a gestão de dois prefeitos que eram professores, mas não tiveram um olhar específico para a educação, são eles a própria Panisset e Neilton Mulin. Apesar desta declaração, Marlos destacou pontos positivos da gestão de Aparecida na educação como por exemplo a ampliação significativa de escolas da rede municipal, “talvez depois de Ezequiel seja quem mais construiu escolas”. Destacou que no

governo Aparecida se avançou na construção de creches e citou três escolas de cabeça, entre elas a EMLG.

A crítica mais pesada ficou para a secretária de educação do segundo mandato de Aparecida Panisset, Keyla Lícia, a quem Marlos atribuiu a responsabilidade por uma relação conflituosa com a categoria, pautada pela falta de diálogo e excessivas polêmicas com os professores. Todavia, destacou algumas pessoas de dentro da secretaria de educação de maneira positiva, mostrando mais uma vez sua preocupação com o nível individual.

Outro ponto importante destacado pelo entrevistado foi a implantação da educação inclusiva e do cargo de professores de apoio especializado na rede de São Gonçalo. Um projeto da Professora Ielva Maria Costa, psicopedagoga e subsecretaria de educação de Panisset. Dessa maneira, Aparecida rompia com a política de injetar dinheiro nas instituições assistenciais e colocava a educação especial na rede regular. Marlos disse ter participado de audiências públicas sobre o assunto e que era uma “verdadeira guerra”, os diretores escolares eram contra e as instituições privadas que estavam perdendo auxílio financeiro também. Marlos afirma que Aparecida Panisset enfrentou essa resistência e deu autonomia a sua subsecretaria para dar seguimento ao projeto.

Não foi apenas a gestão de Aparecida Panisset na educação que foi alvo de comentários no relato de Marlos, ele lembrou bastante também da gestão de Edson Ezequiel e destacou diversos pontos desta. Ao falar sobre a EMLG, o entrevistado logo lembrou de Edson Ezequiel e suas façanhas na educação gonçalense. Sempre atento às relações micro e macro, Marlos relembrou o contexto nacional no momento da gestão de Edson Ezequiel e a importância da Constituição Federal nas políticas públicas de educação no município.

O prefeito Ezequiel, quando ele assume o mandato em 1989 uma época pós-constituição de 88, onde os municípios foram dotados de grande autonomia e também conseguiram ter uma divisão mais equânime dos recursos, então, os municípios começaram a investir pesadamente na construção de escolas isso notadamente aconteceu com o prefeito Ezequiel, a cidade tinha uma rede muito pequena uma rede própria municipal muito pequena e a cidade convivia há décadas talvez com a política de distribuição de bolsas escolares que beneficiavam as escolas as escolas particulares, então as pessoas estudavam em escolas particulares, mas com bolsas do governo, da prefeitura municipal isso fez, na verdade, aqui na cidade fortunas surgiram aqui através dessa relação promiscua do poder público municipal com as escolas particulares, porque se você era um empresário da educação que tinha boa relação com o governo municipal, você conseguia centenas de bolsas então você conseguia encher a escola com recurso público e outros que não tinham talvez uma boa relação não conseguiam a mesma coisa. E Ezequiel quando vence a eleição, Ezequiel por ser de um partido progressista, por ser do PDT à época, ele rompe com isso e fala, agora a gente vai ampliar e vamos investir pesadamente em construção de novas escolas e a escola municipal Luiz Gonzaga foi uma delas e como o Ezequiel tinha pressa em construir essas escolas ele se utilizou do processo que começou lá com Brizola e com a prefeitura do Rio de Janeiro também, não só da questão da

construção do CIEP's, mas a utilização de pré-moldados para você erguer rapidamente as escolas então o Ezequiel ergueu muitas escolas não sei precisar o número, mas muitas escolas foram erguidas dessa maneira com pré-moldado.

Neste trecho da fala de Marlos podemos perceber alguns elementos interessantes de se destacar. No início do trecho podemos aferir um discurso que demonstra a relação entre a *verticalidade* e a *horizontalidade* na constituição da cidade. As condições políticas recém consolidadas a nível federal se concretizariam nas decisões políticas locais, que poderiam dar maior ou menor atenção e empenho ao cumprimento do estabelecido na CFR a depender do campo político que compõe. Relembrando o contexto educacional da cidade no qual a principal política pública era a de financiamento da escola privada a partir de bolsas de estudo, o que gerou fortunas para os donos de escolas da cidade, o ex-vereador diz que Ezequiel rompe com essa política por ser do campo progressista. Tal afirmação ilustra a autonomia da *horizontalidade*: fosse o prefeito de outro campo político haveria o rompimento com a política de bolsas de estudo e início de uma política educacional de ampliação da rede municipal, mesmo com a CFR determinando assim? Não sabemos, porém a fala de Marlos evidencia que existiam outras possibilidades que não a de emancipação da rede, o que nos leva a refletir sobre como o local a partir de inúmeros elementos, entre eles a política, pode ressignificar as imposições da *verticalidade*. Em outras palavras, embora as condições vindas do nível macro condicionem o nível local elas não determinam como as coisas acontecerão.

Este trecho da fala de Marlos é muito caro aos objetivos desta dissertação, que caminham justamente no sentido de sustentar a ideia de que a história se constitui nos locais, na vida cotidiana, todavia a partir de condicionamentos vindos de um nível maior, sobretudo econômico e geográfico (entendendo que o nível político também é condicionado por esses dois elementos). Isso não significa dizer que a economia e a geografia determinam como a vida se desenrolará na cidade. Muito diferente disso o que afirmo. A economia e a geografia dão as condições (as regras do jogo) para as cidades se desenvolverem, a partir daí, o desenvolvimento das relações e da construção histórica dos locais são autônomos, dependem de como cada grupo social se comportará em dadas condições, o que é sempre muito original e constituem as culturas diversas ao redor do globo terrestre.

Minha intenção com esta pesquisa é ilustrar isso com um exemplo prático, o da EMLG. Ora, vejamos, os combustíveis de origem fóssil - petróleo, carvão e gás natural - são fundamentais para o suprimento mundial. A propriedade e o uso dos fósseis garantem vantagem econômica, militar e estratégica aos países, corporações ou sociedades que disputam os recursos cada vez mais escassos do planeta. O acesso à energia primária mais barata confere vantagem

relativa na medida em que se alavanca a produtividade do trabalho humano. A energia move o motor da competição entre as corporações e países, na disputa por mercados, matérias primas e assalariados a empregar.

A escassez do petróleo barato torna ainda mais tensas e belicosas as relações geopolíticas. Adiciona-se a isso a decadência das grandes multinacionais do petróleo. Coutinho (2020) destaca que as grandes petroleiras internacionais estão em decadência e não conseguem mais reabastecer suas reservas na mesma proporção de seu esgotamento. Enquanto isso, no Brasil é descoberto o pré-sal uma reserva gigantesca de petróleo de baixo custo operacional para a extração, pois a Petrobrás já conta com elevadíssima tecnologia capaz de maximizar e baratear a produção. Inserido na lógica do mercado global e optando politicamente pelo desenvolvimento industrial do país, o governo Lula lança o projeto do COMPERJ, que prometia um elevado desenvolvimento regional e nacional. O local onde seriam instalados o COMPERJ e o CICOMPERJ também foram arena de disputa política ilustrando como as políticas locais e as próprias condições geográficas interferem em como e onde a política nacional se realizará. Decidida a cidade que abrigaria cada um dos braços do empreendimento, a próxima questão é interna, dentro do município. Onde serão instaladas as dependências para abrigar o CICOMPERJ em São Gonçalo? Esta é uma decisão política, como Marlos ressaltou em um trecho de sua fala citado mais acima. E essa decisão política, embora todo o contexto seja influenciado por níveis externos - não haveria COMPERJ, nem CICOMPERJ se não houvesse uma política federal para a indústria de transformação do Petróleo – é autônomo e depende da correlação de forças existente na política da cidade. A decisão de desabrigar a EMLG foi do executivo municipal, corroborada pelo legislativo municipal. Eu quero chegar na seguinte reflexão, o CICOMPERJ poderia ter sido construído em outra área central, pois havia, por exemplo a área onde hoje funciona a EMLG, bem próxima à antiga sede da escola. Essa decisão política gerou uma resposta também política da comunidade escolar afetada que foi a criação do MPLG. A existência do CICOMPERJ não determina que uma escola deva ser desabrigada, isto são decisões políticas que cabem ao nível local, mas influencia no cotidiano da cidade.

### 3.2.3 Professora Iara – Ex-professora da eEMLG e Ex-dirigente do Sepe-SG

Neste ponto julgo oportuno refletir sobre um outro depoimento, o da professora Iara. Iara foi professora da EMLG até pouco antes da desapropriação da escola em 2006, era diretora do Sepe-SG e acompanhou de perto a luta do MPLG representando o Sepe-SG, além de conhecer por dentro a realidade da escola. No relato de Iara é muito presente a memória acerca da grande atuação e organização política da EMLG. Segundo Iara, a EMLG sempre foi uma escola de ponta, de referência. Dali saíram as principais lideranças do Sepe-SG à época. A EMLG era, para Iara, o foco da rede municipal, ela compara com a realidade de hoje, na qual a professora entende que o Colégio Municipal Castello Branco é a vanguarda do Sepe-SG atualmente, para Iara a EMLG ocupava este lugar no início dos anos 2000, quando as principais lideranças do sindicato eram oriundas da EMLG. E destaca que estar ao lado da Semed e em uma localidade central da cidade fortalecia a atuação política da escola, que tinha um histórico de enfrentamento com a Semed.

Iara foi professora da rede municipal de São Gonçalo durante 30 anos até se aposentar em 2019. Começou sua carreira como servidora municipal do magistério em 1990, a primeira escola em que passou foi a Escola Municipal Carlos Drummond de Andrade, no Porto do Rosa, atuou também nas Escolas Municipais Dejair Cabral, no Morro do Castro, e Albertina Campos, no Mutuá, até chegar a EMLG, em 2001. É interessante observar que Iara já tinha 11 anos de experiência na rede municipal até chegar a EMLG, e ao fazer a afirmação de que a EMLG era a referência na luta da rede, Iara tinha referenciais anteriores para comparar o nível de atuação política entre as escolas que passou.

Tá bom. Deixa eu começar assim, eu sou, meu nome é Iara, eu entrei pra rede municipal de São Gonçalo em 1990, trabalhei em algumas escolas da rede, né? Trabalhei no Carlos Drummond de Andrade, do Carlos Drummond eu fui pro... Eu fui pro Dejair Cabral, que é um colégio aqui no Morro do Castro, do Dejair Cabral eu fui pro Albertina Campus, que é uma escola da rede no Mutuá, e do Albertina Campus eu fui pro Luiz Gonzaga. No mesmo período, na mesma sincronia de que eu tava na rede, eu me aproximei da direção do sindicato, mas eu só fiquei na primeira gestão do sindicato em 97, foi minha primeira gestão no sindicato.

O lugar de observação/atuação de Iara é um olhar diferenciado pois reúne em si visões a partir de prismas diferentes. Ao mesmo tempo em que a figura da professora Iara representa a entidade Sepe-SG, entidade da qual era dirigente e exerceu sua primeira gestão em 1997, Iara era também uma profissional da escola que recém tinha saído da EMLG, onde criara um vínculo afetivo e de luta.

As memórias de Iara sobre a EMLG se confundem com as memórias da luta política da escola, em especial o período de luta pela conquista do plano de carreiras que se deu no governo do prefeito Dr. Charles, 2001. Justamente o período em que ela começa a trabalhar na EMLG.

Eu trabalhei no Luiz Gonzaga num momento de efervescência mesmo do Luiz Gonzaga, que foi o momento que a gente ganhou o plano de carreira. Que foi com o Charles, né? Foi com o Charles. Depois do Charles, a gente fez essa transição pra parecida, né?

Eu fui professora da rede durante 30 anos, hoje eu sou aposentada, nesse tempo sempre atuando na direção do sindicato, em alguns momentos na direção, em alguns momentos na base, mas na época, em 2001, quando nós tivemos o nosso plano de carreira do governo Charles, eu não era direção do sindicato, apesar de me sentir um pouco direção do movimento, porque tem isso, você não é direção do sindicato, mas você nos momentos de efervescência do movimento, você assume um pouco as tarefas do sindicato junto, então eu sempre tive nesse meio, nessa proximidade com o sindicato. Em 2001, o Luiz Gonzaga sempre foi uma escola de ponta, Luiz Gonzaga sempre foi uma escola de referência, o Luiz Gonzaga, eu até fico assim, por que falaram para você procurar a mim? Porque a gente tem grandes nomes na direção do Luiz Gonzaga, na direção do movimento no Luiz Gonzaga, a Sônia, que também foi direção do sindicato, foi diretora eleita no Luiz Gonzaga.

No trecho acima é possível identificarmos uma veia militante muito pulsante na memória da entrevistada. Os períodos de lutas, derrotas e conquistas para a categoria tomaram protagonismo no depoimento da professora Iara. A identificação com o sindicato e o fator de se sentir diretora deste, mesmo estando na base, em um período de efervescência do combate político evidencia seu caráter combativo e de indignação. O que a faz se identificar e admirar a EMLG por ter este perfil de enfrentamento. Reforçando a ideia de que a EMLG era berço de lideranças sindicais, Iara chegou a estranhar ter sido indicada para ser entrevistada alegando ter inúmeras lideranças na escola, entre ela a diretora (eleita) Sônia que também foi ponta de lança do MPLG. Esse estranhamento evidencia a força política que a escola tinha na rede municipal, pois uma mulher com 30 anos de serviços prestados à prefeitura, com algumas gestões na direção do Sepe-SG, currículo de luta e “se sentindo direção” em momentos de efervescência da rede estranhar ter suas memórias coletadas indica que há outras pessoas que também, assim como Iara, dedicaram parte de suas vidas a lutar pela educação e pela EMLG.

Que bom, 2001, né? Isso, as grandes lideranças eram do Luiz Gonzaga. Todas as nossas assembleias, Bia (Lugão) vai lembrar disso, as nossas grandes assembleias de efervescência, elas estavam dentro do Luiz Gonzaga. Primeiro que o Luiz Gonzaga era central, porque ele era do lado da secretaria.

A assembleia do sindicato é uma instância de suma importância na constituição da luta sindical. É o momento em que a categoria democraticamente elege suas deliberações. O fato de a EMLG ser sede das principais assembleias da categoria expressa a importância política da

unidade escolar na cidade. Destaca-se também a localização privilegiada politicamente da EMLG, ao lado da Secretaria de Educação. Em seu relato Iara é incisiva ao afirmar que a participação da EMLG nas assembleias era diferenciada: “no Luiz Gonzaga era a escola toda” participando da assembleia.

A organização política da EMLG era muito avançada, Iara disse que havia uma Associação de pais e responsáveis e uma Associação de professores, que fez questão de destacar que era referenciada nas deliberações do Sepe-SG. Segundo a entrevistada, a EMLG não precisava da verba do sindicato, pois a partir da associação de professores conseguiam se autofinanciar e chegar aos atos com faixas próprias. Outro ponto importante que evidencia essa vivência de comunidade nesta unidade escolar é a opção dos seus professores em matricular seus filhos na EMLG. O relato de Iara destaca com muita veemência essa realidade de boa convivência e consciência coletiva na comunidade escolar da EMLG. À essa força política e organização da comunidade escolar, assim como a localização ao lado da Semed, Iara atribui perseguições à escola, que segundo ela era “visada para apanhar” da prefeitura. A intenção de desarticular aquele núcleo de resistência e formação de quadros políticos foi para Iara o objetivo do executivo ao desapropriar o terreno da EMLG, pois o “CICOMPERJ poderia ser onde é o Luiz Gonzaga hoje”. Assim como Marlos, Iara entende que esta desapropriação foi uma escolha política local. “Tiraram de perto da Semed porque ali era foco de resistência”. “Por que priorizar o CICOMPERJ e não a escola?”.

Iara ainda lembrou alguns fatos que ocorreram na EMLG, inclusive antes de ela fazer parte da escola. Quando já era professora da rede municipal de São Gonçalo, mas não da EMLG, durante o governo de João Bravo (1993 a 1996), o prefeito ficou sem pagar 3 meses de salários aos profissionais de educação. Apesar disso, Iara alega que a rede não se mobilizava. Até que a comunidade escolar da EMLG surpreendeu com uma manifestação um tanto quanto original. A narrativa de Iara difere da de Marina, como Iara não trabalhava na escola ainda, provavelmente a memória de Marina seja mais fidedigna.

Eu lembro que alguém pegou um rato morto. Eu não era do Luiz Gonzaga ainda. Mas Sônia, por exemplo, era do Luiz Gonzaga nessa época. Sônia e Marina que eram as lideranças do movimento. Sônia, Marina, Ludmilla, Edson. Eu acho que Paulinho, até que foi direção do sindicato, era também do sindicato era do Luiz Gonzaga nessa época. Américo, era um grupão que tinha no Luiz Gonzaga que fazia o enfrentamento. Você acredita? Aí o prefeito foi na escola conversar com eles. Por quê? Porque apareceu alguém, que eu não sei dizer você quem era, porque eu não era da escola nesse período, mas a rede inteira se levantou. Aplaudimos o Luiz Gonzaga. Porque assim foi uma reação.

**Aí era assim chamaram o prefeito de rato, o prefeito não ligou. Chamaram o rato de prefeito, o rato se suicidou.**

Chamaram... isso mesmo chamaram o rato de bravo. O rato se suicidou. Aí era um período que a escola estava com um problema de limpeza que não tinha funcionário também a rede estava de cabeça para baixo e a gente não conseguia mobilização porque as pessoas estavam acuadas com medo do prefeito. **Eles pegaram o tal rato que apareceu lá morto penduraram e escreveram. Alguém fez isso, escreveu.**

Olha, o prefeito isso e botou na escola, no muro da escola, da escola do lado da secretaria e tirou foto, **saiu no jornal**, uma confusão danada e foi aí que a gente conseguiu se mobilizar. Não é a rede toda e isso foi um burburinho a rede toda mobilizando e aí nesse período foi um período de mobilização e aí depois entra o governo do como é o nome dele.

Iara considera a EMLG e o Sepe como verdadeiras escolas de formação. Nas suas memórias, a professora relembra outro acontecimento marcante na história da resistência política da EMLG. Segundo, Iara a secretária de educação mandou fechar as portas da escola para que os professores da EMLG não fossem à assembleia do Sepe-SG à época do governo de Dr. Charles quando se lutava pelo plano de carreira da educação. O secretário de educação, Helder Barcellos (dono da escola São Gonçalo), tinha feito um acordo público que iria respeitar a decisão da assembleia acerca do plano de carreira.

O [Colégio] Luiz Gonzaga era muito fechadinho com as propostas já vinham para a Assembleia, vinha todo mundo, mas já vinham para a Assembleia chegou o povo do Luiz Gonzaga.

O movimento que nós ganhamos no nosso plano de carreira, todas as assembleias aconteciam na quadra do Luiz Gonzaga. Então, assim, aconteceu tudo na quadra do Luiz Gonzaga.

Eu sei que o secretário da época mandou que todas as diretoras fossem para a assembleia para votar contra o plano de carreira. Só que perderam, né? Foi uma assembleia lotada, tinham mais de 800 professores.

Esta batalha do plano de carreira vencida pelo Sepe-SG habita até hoje na memória coletiva dos que a viveram. A nossa entrevistada destaca uma das conquistas que vieram através desse plano de carreira, que era o adicional de 3% ao ano por curso de formação contendo a partir de 120h de carga horária. Este adicional poderia ser acumulado até 30%. Iara destaca a importância disso para o incentivo aos docentes a se manterem atualizados e em formação continuada, o que leva a um crescimento qualitativo da educação ofertada pelo município. O plano de carreira conquistado, para Iara, era o melhor do estado do Rio de Janeiro. Este plano foi revogado pela atual gestão, Capitão Nelson, mas segundo Iara, os ataques ao plano de carreira foram recorrentes nas diferentes gestões.

Eu sei que esse plano de carreira foi muito atacado por vários governos. Aparecida não fez outra coisa do que atacar o SEPE. Nós não tivemos... Se nós tivemos dificuldade para começar a construir uma luta, muita dificuldade nós tivemos para manter os ganhos de toda essa luta.

Eu sei que a gente está dentro de uma conjuntura muito ruim e por isso nós perdemos o nosso plano de carreira. Mas a luta para derrubar o SEPE e toda a luta dos professores de São Gonçalo, eu acho que não teve... Não tem sindicato que dê mais trabalho ao governo. Não tem mobilização de trabalhadores dentro do município que tenha mais pungência do que a do SEPE.

Nestes dois trechos da fala de Iara conseguimos aferir dois elementos importantes. O primeiro diz respeito à dificuldade de se manter os direitos adquiridos, ou seja, a luta não acaba com a conquista, a pressão política é constante e há necessidade de se manter em resistência para que não se percam os direitos conquistados. O segundo elemento é a importância do Sepe-SG na política da cidade e o seu protagonismo como entidade de luta e resistência que consegue influenciar na realidade e organizar enfrentamentos políticos com as autoridades locais.

### 3.2.4 Maria Beatriz Lugão Rios – Dirigente do Sepe-SG

No relato de Maria Beatriz Lugão Rios, conhecida como Bia Lugão, é possível perceber uma memória bem próxima a de Iara acerca do papel político do sindicato e de sua importância na cidade. Perguntada se o Conselho Municipal de Educação foi atuante no período de desapropriação da EMLG, Bia afirmou que não. Ela respondeu a mesma coisa que Marlos Costa, que o CME era atrelado ao governo à época, e foi além, para ela somente o Sepe-SG era mais articulado e se colocava como uma força política de enfrentamento na cidade. Destaca apenas as Associações de Moradores como outras entidades atuantes politicamente na cidade.

Em busca de compreender como se deu essa relação entre o Sepe-SG e o MPLG, perguntei como foi o início deste diálogo. Bia Lugão lembrou as lideranças do Sepe-SG que eram da EMLG, em consonância com o depoimento de Iara. Sobre a participação dos profissionais de educação da EMLG na luta do MPLG há uma pequena discrepância entre os relatos.

Olha, a gente tinha militantes lá dentro, que é essas que eu estou te falando, a Sônia, a Yara, a Mônica, elas foram, inclusive, da direção do sindicato, não eram da mesma época. A Sônia foi da direção do sindicato e a Yara também, e Mônica também. Sônia, Yara e Mônica. Isso. E elas faziam muito movimento dentro da escola e tal também, então era uma simbiose, na verdade

Então, essa briga lá do Luiz Gonzaga foi praticamente a escola, não, setores de dentro da escola, organizados, mas também nem toda a escola, não era assim toda a escola, não, tinha um setor mais atuante. E o sindicato. Conselhos, não lembro mesmo de participação nenhuma de Conselho Municipal.

Entre as mobilizações políticas para reivindicar a construção do novo prédio para a escola, Bia Lugão destaca a seguinte:

E a gente fez um movimento que trouxe até o Paulo Ramos lá como Comissão de Educação em São Gonçalo, na porta, lá no ato, na porta do Luiz Gonzaga. Então a gente fez, que era pela construção do novo prédio.

Paulo Ramos era deputado estadual naquele período, o que demonstra uma articulação política para além da cidade, chegando a níveis intermediários de articulação ao envolver a Alerj. Sobre o apoio de vereadores da cidade ao MPLG, Bia diz não se lembrar de nenhum vereador que tenha apoiado a causa e conclui dizendo que provavelmente não houve nenhum apoio, pois, a “câmara sempre foi inóspita”.

### 3.2.5 Carlos Coelho – Ex-aluno

Já Carlos Coelho lembra de um vereador que tinha ligações próximas com a comunidade escolar da EMLG, o vereador Ximbica. Também lembrado nos relatos da professora Marina. Segundo esta, o Ximbica foi atuante no MPLG, tinha inclusive uma filha que trabalhava na unidade escolar. A entrevista com Carlos me possibilitou obter um relato das memórias da EMLG a partir da visão discente. O que a EMLG representou e representa na vida de Carlos Coelho? Qual papel a educação pública cumpriu na vida deste estudante, que estudou por toda sua vida em instituições públicas? O depoimento de Carlos permite caminhar por esta seara e buscar resposta a estas indagações.

A memória de Iara de que a EMLG era uma escola de formação política e ponta de lança da luta pela educação na rede municipal é reforçada por Carlos Coelho que viveu essa experiência a partir do olhar do educando. Carlos Coelho relata que a sua primeira memória política foi na EMLG. Por dois momentos durante seu percurso na EMLG, Carlos assistiu aos profissionais de educação da EMLG se colocarem em luta contra a prefeitura. Contra a imposição do 4º turno na EMLG e também contra o fim da eleição para diretores nas escolas da rede municipal.

Eu estava na quarta série e aí minha mãe, eu lembro, acompanhou as mães, acompanharam os alunos ali pela principal avenida Presidente Kennedy. Sim, sim. Então, aí teve essa manifestação

Você vê, as minhas primeiras memórias políticas de manifestação é o Luiz Gonzaga me proporcionou. E aí eu lembro também que, na quinta série, eu fui eleito representante de turma.

Por que? Eu era representante de turma porque... Não é querer aparecer, é um relato assim. Porque eu sempre tirei muitas notas muito boas. E aí eu era um estudante compromissado e tal, e aí o pessoal gostava e falou lá. E eu sempre gostei muito de falar. E aí a escola falou lá, tem que ser o Carlos. E aí eu fui eleito.

Nesses fragmentos do relato de Carlos Coelho é possível perceber duas coisas interessantes. Uma delas caminha no sentido de reforçar as memórias já trazidas aqui que apontam para uma comunidade escolar ativa e atuante politicamente acerca dos interesses da escola. A participação não apenas da mãe de Carlos, mas os reiterados relatos que aludem à participação de pais e responsáveis nas questões pertinentes à unidade escolar. Outro ponto interessante de se refletir está no movimento individual de Carlos Coelho de se perceber enquanto ator histórico da sua própria jornada e da jornada coletiva. Incentivado pelos exemplos ao seu redor, Carlos assume uma responsabilidade política de ser representante de turma ainda na 5ª série primária, algo que foi importante para sua formação cidadã coletiva e individual, visto que ainda hoje habita sua memória. Carlos e outros alunos participaram ativamente das manifestações citadas acima. Na memória de Carlos a EMLG era altamente politizada e destaca que era uma politização com viés de esquerda. “Mesmo eu sendo criança, essas memórias políticas estão em mim”. O entrevistado reforçou o imenso carinho e admiração que sente pela professora Marina, que ele diz ter sido a primeira pessoa de esquerda que conhecera. À Marina, Carlos também atribui o olhar crítico que carrega hoje em sua profissão, estudos de mídia.

Carlos e seus colegas também experienciaram na EMLG a luta organizada. O ex-representante de turma conta que após o fim das eleições para diretores, uma nova direção foi imposta a EMLG. Esta nova direção proibiu os alunos da 8ª série de vender cachorros-quentes na escola para ajudar a pagar a formatura. Os discentes com o apoio dos pais e responsáveis se organizaram e protestaram contra a proibição. Carlos era o responsável por fazer os cachorros-quentes e sua mãe foi ativa nos protestos. Conseguiram derrubar a proibição, porém os alunos desistiram de fazer a formatura e foram com os pais a um rodízio de pizzas. Este evento demonstra a importância de termos alunos conscientes de sua capacidade de organização política e de educadores que deem exemplos práticos e teóricos.

A experiência de estudar na EMLG proporcionou a Carlos Coelho e aos outros alunos a vivência da resistência política, mas também outros momentos enriquecedores para a formação destes educandos. Foi através da EMLG, por exemplo, que Carlos Coelho foi pela primeira vez ao teatro após vencer um concurso de redação proposto na EMLG. Encantado, foi esta a palavra usada por Carlos para traduzir seu sentimento ao conhecer o teatro. Uma revelação no

depoimento chama a atenção, “sempre gostei de escrever, e o Luiz Gonzaga me proporcionou isso”. Esta frase está relacionada à ida ao teatro e ao contato com diferentes expressões culturais. Estas atividades têm o potencial de despertar interesse no educando. Esta e outras práticas pedagógicas dos profissionais da EMLG apontam para uma compreensão e ação desses educadores em busca de uma educação emancipadora que considere o educando como ator ativo do processo de ensino-aprendizagem.

E aí outras memórias. Eu lembro que a primeira vez, inclusive, que eu fui ao teatro foi levado pelo Luiz Gonzaga. Foi na terceira série.

Eu ganhei um concurso de redação e o prêmio era assistir uma peça no Sesc. Que já estava inaugurado.

Eu lembro que fiquei encantado com aquilo. Era a minha primeira vez no teatro, na terceira série. E aí a coordenadora pedagógica, acho que era Maria do Carmo, levou a gente no Sesc. E aí eu lembro que a primeira vez que fui ao teatro foi lá e fiquei encantado.

Acho que não só essas minhas memórias de ensino, mas também tem essa memória de práticas culturais, que a escola tinha muito. Então eu lembro, ainda no antigo Luiz Gonzaga, quadrilha, que era na quadra. Eu lembro que teve um ano, acho que foi em 97. Choveu muito. E aí a festa junina foi dentro da escola

A movimentação extraclasse da escola era realmente muito ativa. Além das quadrilhas, manifestações políticas e teatro, Carlos Coelho recorda de uma época que marcou sua formação, as Olimpíadas do Luiz Gonzaga. Mas é impossível compreendermos a dinâmica dessa olimpíadas sem antes citar que durante os primeiros anos de estudo de Carlos Coelho, o Sesc ergueu um filial em terreno adjacente ao da escola. Entre a EMLG e o Lavourão, ao fundo. Carlos viu a obra sendo feita enquanto cursava seus primeiros anos de escola. Com o Sesc em funcionamento houve uma parceria com a escola, na qual o Sesc cedia espaço, ingressos, etc. Vejamos como Carlos narra esta memória:

Ah, outra coisa que eu esqueci. Na escola, agora época de Olimpíada, tinha a Olimpíada do Luiz Gonzaga.

Falaram isso pra você? –(B:Sim, sim. A Mariana falou das Olimpíada )- E aí, eu lembro que cada escola... Inclusive, eu tenho uma blusa ainda da minha turma do ano 2000, do Marvin, com o meu nome atrás.

Pois é, eu tenho várias coisas. Eu fui guardando, porque realmente é uma memória muito boa minha. Tenho camisa, essa camisa. E aí, eu lembro que, como a gente era do lado do Sesc, o Sesc liberava pra gente jogar a Olimpíada no Sesc.

Então, eu lembro muito disso. Então, de uma certa maneira, o Sesc, a partir de um ano, passou a ser um puxadinho do Luiz Gonzaga. Então, a gente sempre estava no Sesc, vendo filme, usando a quadra para jogar a Olimpíada.

A gente sempre estava lá. Então, era muito importante também jogar a Olimpíada na escola. Então, movimentava muito a escola, a Olimpíada.

A presença da comunidade escolar nesses eventos extraclasse era muito ativa. Na festa junina, por exemplo, a presença dos pais e responsáveis foi destacada. A escola ancorava a

comunidade nas palavras de Carlos Coelho. As memórias da transição etária em que viveu da pré-adolescência a adolescência entre a quinta e a sexta série ocupou um espaço de saudosas lembranças do nosso entrevistado. Existia uma espécie de “rito” de transição à adolescência na escola, o rito era ir à escola sozinho, sem os pais. Carlos contou que esta transição foi muito importante na sua formação e que a EMLG marcou esta transição de forma positiva na sua memória. Lembra ainda que como a Semed ficava ao lado da EMLG, havia uma preocupação dos profissionais da EMLG de que os alunos não ficassem do lado de fora da escola.

Este aluno que se formou na EMLG carrega consigo uma enorme gratidão pela escola pública e faz questão de expô-la. Carlos defende a educação pública como direito de todo cidadão e direciona críticas ao Novo Ensino Médio e aos ataques políticos sofridos pelos educadores. Ressalta a importância de se produzir trabalhos acadêmicos sobre a escola pública.

Bom, a minha vida acadêmica, de estudos, sempre foi escola pública. Então, acho isso muito importante. Até quando a Ludmilla postou que você estava fazendo esse trabalho de pesquisa sobre o Luiz Gonzaga, acho muito importante ter esse registro da importância da escola pública.

Somente nos últimos anos que o ensino público foi e ainda é atacado. Agora, a gente viu essa reforma do ensino médio, que já mostra que não está tendo resultado, já há uma desigualdade muito grande. Então, acho muito importante ter esse registro sobre a escola pública.

E eu queria que esse testemunho servisse para mostrar a importância da educação pública no Brasil.

Eu, por exemplo, a minha vida toda, da alfabetização ao mestrado, foi em escola pública. Então, a formação que eu tenho hoje, eu devo à escola pública, que é um direito de toda pessoa. Porque a gente vê aí a educação virando uma mercadoria, né? Aquela coisa da escola particular, essa reforma do ensino médio, que eu acho totalmente desastrosa.

Então, eu sinto saudade desse ensino público tão forte. Então, eu estou aqui falando, eu nasci em 89. Então, até 2003, 2004, poderia existir um ensino público de qualidade

Ao cruzarmos os depoimentos podemos perceber que algumas falas se reforçam enquanto outras demonstram a inexatidão da memória natural do ser humano. Começando pelo que existe de corroboração entre as diferentes memórias no tocante à qualidade da educação ofertada pela EMLG é possível perceber um encontro entre as memórias das professoras Iara e Marina como o depoimento de Carlos Coelho. O depoimento das duas professoras é marcado por um sentimento de orgulho da qualidade do ensino ofertado pela unidade escolar. A fala orgulhosa de Carlos Coelho acerca da educação pública e da qualidade de ensino da EMLG vai ao encontro da memória das professoras. No trecho final destacado da fala do ex-aluno, que diz sentir “saudades do ensino tão forte” até 2003 e 2004 (ano em que o aluno saiu da EMLG) é possível que o ensino de qualidade a que ele se refere no trecho acima talvez esteja ancorado na sua experiência na EMLG. Apesar das belas memórias que guarda da sua formação na

EMLG, se somarmos à análise outro trecho da fala de Carlos, que garante que a EMLG tinha um ensino “mais forte” que a escola estadual que estudou o ensino médio, esta hipótese se torna ainda mais crível. Carlos lembrou as más condições da estrutura do prédio onde funcionava a unidade escolar. Como já dito em outro momento, problemas como goteiras, quadra descoberta, etc. fizeram parte do rol de problemas estruturais da construção. Reforçando mais uma vez o depoimento das duas professoras e os documentos escritos.

Cabe destacar, antes de avançarmos às inexatidões da memória, que o quesito qualidade de ensino não se aplica somente às técnicas pedagógicas desenvolvidas em salas de aula. A EMLG, como pôde se notar nos depoimentos, era referência nas lutas políticas da educação e se colocavam na arena da disputa política enquanto comunidade escolar, o que quer dizer que havia o envolvimento de alunos e responsáveis, além dos profissionais. Esta característica da EMLG foi responsável por inserir os alunos no debate político como o depoimento de Carlos Coelho nos mostra ao dizer que “as minhas primeiras memórias políticas de manifestação é o Luiz Gonzaga me proporcionou. E aí eu lembro também que, na quinta série, eu fui eleito representante de turma”. A primeira ida de Carlos Coelho ao teatro também foi através da EMLG. Conseguimos ver através destes trechos que a qualidade de ensino da unidade escolar está presentes em diversos vieses educacionais.

Nos depoimentos das professoras Iara e Marina dois elementos são destacados como primordiais: a localização da escola ao lado da Semed e o status de referência política da EMLG. A localização foi fator tão importante durante toda a existência da escola que para alguns é também uma das responsáveis pela derrubada da escola. Estar ao lado da Semed conferia uma importância ímpar à unidade escolar e ao mesmo tempo a tornava um alvo preferencial da prefeitura, isto porque a escola era uma referência na formação de quadros diretores do Sepe como foi o caso da própria professora Iara e de outros, que foram lembrados não só por Marina e Iara, mas também por Bia Lugão. Esta grande atividade política da unidade escolar ao lado da Semed incomodava, o que levou a alguns dos nossos entrevistados a encarar a decisão da prefeitura de ceder o terreno da escola à Petrobrás como uma decisão política de desarticular a movimentação política existente na escola.

A memória coletiva é um conceito fundamental na compreensão de como os grupos sociais constroem e preservam suas identidades ao longo do tempo. Maurice Halbwachs, um dos principais teóricos da memória coletiva, define o conceito como a forma pela qual os grupos sociais lembram e reinterpretam o passado para manter sua coesão e identidade. Segundo Halbwachs, "a memória não é uma reprodução exata dos eventos passados, mas uma construção social moldada pelas interações e pelos contextos culturais do grupo" (Halbwachs, 1990, p. 37).

Este conceito é crucial para entender como eventos históricos são lembrados e integrados na identidade coletiva de uma comunidade.

Dito isso, é natural que haja desencontros nas narrativas da memória ainda que sobre um mesmo evento. Nos depoimentos coletados pudemos ver curiosamente como dois eventos foram lembrados de formas diferentes por duas das nossas entrevistadas. O primeiro deles foi o da charge, na memória de Iara, que já não mais trabalhava na EMLG à época do ocorrido, um rato morto teria sido pendurado nas grades da escola com o seguinte recado por escrito “chamaram o rato de bravo e ele se suicidou”. Já Marina, lembra de forma diferente, Marina trabalhava na EMLG quando do ocorrido, a professora relata que um colega fez uma charge com o rato morto (desenhado) e com a frase destacada acima. Esta charge foi colocada na sala dos professores e chegou ao prefeito que foi à escola buscar o responsável pela charge. Da mesma maneira, há uma dissonância em outro fato que esteve presente na fala das duas professoras, a reunião com a comunidade escolar que ocorreu do lado de fora da EMLG, em um posto em frente à unidade escolar e conseqüentemente em frente à Semed. Marina conta que eles foram proibidos de se reunir dentro da escola. Já nas memórias de Iara, os professores teriam sido trancados dentro da escola para que não fossem à reunião. Vale lembrar que nos dois eventos, Iara já não mais trabalhava na EMLG e soube dos casos através de relatos que chegavam a ela. Marina esteve presente e à frente do movimento do início ao fim.

Encontramos mais algumas consonâncias nos depoimentos acerca da atuação política das instituições e entidades da cidade. Por exemplo, o papel do Sepe como ponta de lança na disputa política da cidade e a omissão de outras entidades como o Conselho Municipal de Educação. Estas percepções estão presentes nas falas de Iara, Marina, Bia e Marlos. É importante ressaltar que o depoimento de Marlos Costa foi coletado próximo à época de pré-campanha das eleições municipais de 2024. Ressalto, pois, a ex-prefeita Aparecida Panisset provavelmente já articulava com o PT para compor a chapa com Dimas Gadelha, sendo vice da dita chapa. Tal configuração pode ou não ter influenciado o relato de Marlos Costa ao falar sobre Aparecida Panisset.

### **Projeto Pedagógico**

Em artigo de Maria Teresa Goudar Tavares, no qual ela busca refletir como a história local e a cidade podem auxiliar na compreensão da história e da memória escolar de São Gonçalo. Tavares entende que o sentido da história local é estudar e compreender a cidade vivida e que não basta reproduzir as grandes narrativas tradicionais da nação em uma micro

versão adaptada a cidade. A autora conclama a “*uma escuta sensível e uma compreensão ativa das percepções e vivências dos sujeitos escolares sobre a cidade*”. Para Tavares, viver na cidade requer uma intencionalidade e esta é desenvolvida na instituição escolar, ou seja, na escola se constroem e se compreendem os códigos de convivência e os sentidos de viver a cidade, o que implica dizer que para aprender a viver a cidade é necessário compreender seus códigos e a escola é por natureza este local formador.

Por isso, a proposta de produto pedagógico desta dissertação é a produção de uma peça teatral contando a história do MPLG. Antes de entrarmos na produção artística, o que envolveu a sala de aula foram as discussões historiográficas e a análise de fontes históricas que ajudam a contar a história do MPLG e da EMLG. Os alunos da turma 802, tiveram acesso a uma gama de fontes históricas escritas, visuais e orais, que permitiram a eles entenderem como funciona o trabalho do historiador e a produção do conhecimento histórico, bem como, entender e se apoderar da história da escola deles

Os alunos foram apresentados à pesquisa e aos conceitos que nela estão inseridos como, por exemplo, o conceito de movimento social. Nas aulas, os alunos tiveram contato com as fontes históricas que ajudaram a contar a história do MPLG. Dentre os principais objetivos deste produto está a familiarização do aluno com a produção do conhecimento histórico. Durante o processo de produção da peça, os discentes puderam analisar diversas fontes históricas, que foram usadas nesta dissertação, e a partir delas tentar compreender a história de sua escola. O uso de fontes históricas em sala de aula tem o objetivo de colocar o aluno como produtor do conhecimento histórico, tornando mais concreta a percepção acerca do que é a história, de seu processo de produção e de seu caráter científico.

A ideia de fazer uma peça teatral não é nova na minha carreira. Durante o período da pandemia, após a volta às aulas presenciais, pude experimentar pela primeira vez o teatro como ferramenta pedagógica. Era também uma turma de oitavo ano, porém o tema da peça era outro, falamos sobre a constituição brasileira e a conquista do direito universal à educação. O resultado, assim como o processo, foi espetacular. A aceitação e envolvimento dos alunos com a peça foram surpreendentes. A partir desta experiência bem sucedida, tive a ideia de envolver novamente os alunos nesta produção artística e pedagógica.

O título da peça é “Escola Municipal Luiz Gonzaga, uma escola de resistência”. Esta peça é uma homenagem póstuma à professora Rosália, que foi voz importante no movimento e nos deixou este ano. O roteiro foi desenvolvido por mim, procurei contar a história a partir de eventos marcantes na caminhada do MPLG. A peça começa com o narrador ambientando a cena, explicando o que é o COMPERJ e o CICOMPERJ, a primeira cena é a prefeita anunciando

que São Gonçalo seria a cidade escolhida para sediar o CICOMPERJ. Na cena seguinte, nossa protagonista, professora Marina, anuncia aos alunos que a escola será desocupada, o que causa revolta destes e seu conseqüente envolvimento na luta. Já na sala dos professores, os servidores se organizam para convocar uma reunião com os pais. Na próxima cena, um evento narrado nos depoimentos orais desta pesquisa é retratado, trata-se da proibição desta reunião no interior da escola e sua realização no posto de gasolina que ficava em frente a escola e a Semed. O surto de pulgas, outro episódio clássico desta jornada, é retratado com um toque de humor na cena 5. Um novo ato em frente a Semed é realizado após o ataque de pulgas. Na última cena, os professores e a mãe de aluno discursam após a inauguração das novas dependências da EMLG.

A opção pelo teatro se dá por este ser uma ferramenta educacional poderosa, que oferece benefícios cognitivos, emocionais e sociais. O teatro é um importante aliado da educação integral, ajudando no desenvolvimento de habilidades linguísticas, do aprendizado histórico, do desenvolvimento do pensamento crítico e estimulação da criatividade. Os benefícios cognitivos não são os únicos, na questão emocional e social, o teatro pode ajudar desenvolvendo compreensão e respeito por diferentes perspectiva, superação do medo de falar em público e de se expressar e ajuda a entender e lidar com as emoções. Em relação à História, o teatro pode ser um meio de torná-la mais interessante aos alunos.

Ao longo de todo o processo de produção da peça, entre ensaios e análise de fontes, definições de personagens, entre outros, pude observar o crescente envolvimento da turma com o projeto. Alunos que pouco interesse tinham nas aulas de história se destacaram não apenas na atuação, mas no compromisso com a peça e com que tudo saísse bem. Nenhum aluno foi obrigado a fazer parte da peça, tinham a opção de não participar e serem avaliados de outras maneiras, porém todos aceitaram estar presente de alguma maneira, seja nos bastidores ou na atuação. A peça foi apresentada no auditório tendo como plateia os pais e responsáveis dos alunos, assim como a direção da escola. A professora Marina foi nossa convidada de honra e recebeu uma homenagem muito bonita de todos os presentes. O roteiro da peça se encontra no Anexo I desta dissertação.

## CONCLUSÃO

A cidade de São Gonçalo é uma das maiores e mais importantes da região metropolitana fluminense. A cidade tem um histórico industrial que a deixou conhecida como a “Manchester fluminense” devido ao forte ímpeto industrial a partir dos anos 1950. Porém, a cidade passou por uma desindustrialização que teve seu ápice nos anos 1980, gerando desemprego e caos urbano. Os elementos típicos da Geografia como a migração e os novos *sistemas de engenharia* (Ponte Rio x Niteroi e BR 101 – Niterói Manilha) nos ajudaram a compreender a *formação socioespacial* da cidade.

Algumas categorias de Milton Santos foram a base teórica do olhar lançado sobre a cidade levando em conta a concepção de *espaço geográfico* de Milton Santos. O que nos fez pensar a intervenção do projeto do COMPERJ em São Gonçalo a partir das categorias propostas por Santos, *horizontalidade e verticalidade*.

Os acontecimentos na EMLG não estavam dissociados do que era orquestrado a nível nacional. Como afirma Santos, a lógica do espaço é a lógica do mercado global. Ou seja, ao refletirmos sobre o projeto do COMPERJ e sua consequência em São Gonçalo, veremos que há um entrelace em diferentes camadas entre o global e o local, lembrando que o global e o local não são oposto, são complementares. A primeira coisa que precisamos entender é que a construção do projeto do Comperj foi uma escolha político do governo. E essa escolha política tem um pano de fundo, a importância do petróleo a nível global e a busca por soberania nacional e desenvolvimento econômico.

A escolha da região Leste fluminense para sediar o projeto ilustra o que Milton Santos chama de disputa entre territórios, gerando áreas do mandar e áreas do fazer. A escolha da região está ligada a questões geográficas por ser banhada pela Baía de Guanabara e a questões políticas. Assim como, a escolha de São Gonçalo como sede do CICOMPERJ foi encarada na cidade como uma conquista política. No campo da política também reside uma das razões para o desalojamento da EMLG.

Esta relação entre o micro e o macro, as escolhas políticas locais e as condicionantes externas foi o foco da observação. Para isso, a interdisciplinaridade e a mobilização de diferentes recursos da historiografia tais , como a história oral, história local e a variação de escalas, me permitiram um olhar mais atento às diversas camadas entrelaçadas que formam o real.

A opção por usar a metodologia de Jacques Revel, possibilitou que viajasse entre as

camadas que consituem o real. O MPLG surge enquanto uma resposta política a prefeitura pela desapropriação da escola. No nível micro, eu busco entender como foi o movimento, suas reivindicações, organizações, etc. A História Oral foi uma grande aliada para este trabalho. O método de Revel permitiu que eu ajustasse o foco do olhar ao objeto, e dessa maneira, compreender os outros níveis imbricados nessa história como os níveis institucionais o Sepe-SG, a Semed, a Prefeitura, Alerj, etc. E por fim, o nacional e sua orquestração com o global. Todo esse passeio entre as diferentes camadas da realidade, permitiram trazer a esta pesquisa informações mais completas e qualificadas do real.

Os depoimentos coletados obedeceram um critério metodológico. Foram entrevistadas pessoas que de alguma maneira tinham uma relação com a escola. Ouvimos o depoimento da professora Marina, uma das líderes do MPLG. Depoimento que nos permitiu ter acesso ao funcionamento interno do MPLG e a suas ideias. A partir do testemunho de quem atuou na vanguarda do movimento foi possível ter acesso a inúmeras informações que enriqueceram nossa percepção do real. Ouvimos também o depoimento de outra professora da escola, Iara, que fora dirigente do Sepe-SG. Suas lembranças sobre a escola, embora não trabalhasse mais na EMLG durante o MPLG, nos ajudam a entender o ambiente escolar e reforça o depoimento de Marina quanto à qualidade de ensino e dedicação dos profissionais da EMLG. As memórias de Iara ocupam um espaço peculiar nesta dissertação, pois ao mesmo tempo em que nos contempla com memórias individuais, as faz também com as memórias intitucionais do Sepe-SG.

Nem só de professores se faz a escola, atento a isto, foi importante o depoimento do ex-aluno Carlos Coelho que trouxe a voz discente a esta dissertação. Carlos revelou fortes sentimentos ligados a EMLG. Foi com a EMLG que Carlos teve seu primeiro contato com o teatro e com política. Mostrou-se um orgulhoso aluno da escola pública e um forte defensor da educação pública. Seu depoimento corrobora com o das professoras acerca da qualidade do ensino na EMLG. Para tentar entender como a questão da desapropriação da EMLG se dava a nível institucional, entrevistei Maria Beatriz Lugão, dirigente do Sepe-SG e o ex-vereador Marlos Costa.

A entrevista com Beatriz Lugão nos permitiu entender como o Sepe-SG e atuou na desapropriação da EMLG, mais que isso, corroborou com os depoimentos de Iara e Marina acerca da importante participação de servidores da EMLG na direção do Sepe-SG, confirmando que a escola era um importante núcleo de formação de quadros sindicais. O depoimento de Marlos Costa contribuiu muito a esta pesquisa ao desvelar algumas questões políticas históricas da cidade, a relação da prefeita com Lula e como esta relação gerou consequências a São

Gonçalo como sediar o CICOMPERJ, a realização de diversas obras do PAC e até mesmo a troca de partido de Aparecida Panisset.

O esforço contínuo deste dissertação foi a tentativa de se compreender o micro em relação profunda com o macro, destacando a autonomia daquele em relação ao segundo, porém uma autonomia limitada às condicionantes pré determinadas. O que se buscou foi uma compreensão mais completa do real a partir do cruzamento da *horizontalidade* com a *verticalidade*, ora olhando para um, ora para outro, porém entendendo-os como complementares.

A rede municipal de São Gonçalo ainda vive um atraso gigantesco nos diversos aspectos que a tangem. A indicação política ao cargo de diretor de escolas ainda é uma realidade em São Gonçalo e é uma importante peça na engrenagem do poder na cidade. A distribuição de escolas para vereadores lotearem cargos comissionados é uma moeda de troca que só será derrotada com muita luta política organizada. As bolsas de estudo deram lugar às creches conveniadas que operam quase do mesmo modo que outrora as bolsas de estudos operavam em São Gonçalo.

Esta dissertação para além de sua missão acadêmica de produzir conhecimento científico em História, tem também uma missão política de recuperar a autoestima do gonçalense e mostrar a todos que é possível se indignar, se organizar e vencer!

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Marcelo. História local e ensino de História: interrogação da memória e pesquisa como princípio educativo. In: MONTEIRO, Ana Maria F.C. *et al.* **Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de História**. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2017.
- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 155-202.
- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ALBERTI, Verena. **Ouvir contar** – Textos em História Oral. Rio de Janeiro, FGV, 2004.
- ARAÚJO, Vitor Leonardo de e MELO, Hildete Pereira de. O processo de esvaziamento industrial em São Gonçalo no século XX: auge e declínio da “Manchester Fluminense”. In: *Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, Rio de Janeiro, n. 4, mai. 2014*.
- BATISTA, Rafael Lopes; BLANCO, Diogo Dalla P.; CHAMA, João Pedro G. e RIBEIRAL, Tatiana Bras. A ideologia neoliberal na educação brasileira: considerações a partir de Cristian Laval. In: *Perspectivas em diálogo, Naviraí, v. 9, n. 21, p. 453-469, set/dez 2022*.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade** - lembranças de velhos. São Paulo: T. A. Queiroz, Editora da Universidade de São Paulo, 1987.
- BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**. Ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BRAGA, Maria Nelma Carvalho. **O município de São Gonçalo e sua história**. Niterói: Edição Independente, 2006.
- CERRI, Luis Fernando Cerri. Didática da História: uma leitura teórica sobre a História como prática, **Revista de História Regional** (Ponta Grossa-PR), no. 16(2), 2010.
- CHAGAS, Marcos Antônio Macedo das. CIEPS: uma referência da educação integral em meio às ações neoliberais. **EDUCAÇÃO EM REVISTA**, v. 24, Fluxo Contínuo, 2023.
- COUTINHO, Felipe. Energia e Petróleo Brasileiro em dez lições. **DefesaNet**, Brasília, 12 Maio 2020. Disponível em: [www.defesanet.com.br/penb/noticia/36730/ENERGIA-E-PETROLEO-BRASILEIRO-EM-DEZ-LICOES/](http://www.defesanet.com.br/penb/noticia/36730/ENERGIA-E-PETROLEO-BRASILEIRO-EM-DEZ-LICOES/). Acesso: 12 abr. 2024.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História Oral**, n. 6, p. 9-25, 2003.
- DELGADO, Lucilia Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

ELMIR, Cláudio Pereira. O que a micro-história tem a nos dizer sobre o regional e o local? (Comentários a Núncia Constantino, Regina Webber e Sandra Pesavento). **História Unisinos**. Vol. 8, n. 10, jul/dez, p. 191-205.

FARIA, Roberto. **Educação Municipal Intervenções das políticas federais de educação nos sistemas públicos municipais de ensino**: reflexos na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Cesgranrio e Quarter, 2012.

FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (Orgs.). **História Oral**: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC – FGV, 2000.

FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

GAGO, Marília. **Consciência histórica e narrativa na aula de história**: concepções de professores. Tese de doutorado, Universidade do Minho. Instituto de Educação e Psicologia, 2007.

GINZBURG, Carlo. **El juez y el historiador** - consideraciones al margen del proceso. Madrid: Anaya, 1993.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Ed. Vertice, 1990.

HOBBSBAWN, Eric. Não basta a história das identidades. In HOBBSBWAN, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LEVI, Giovanni. Pensando as transformações e a recepção da micro-história no debate histórico hoje. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de & ALMEIDA, Carla Maria Carvalho (Orgs.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História**: novas perspectivas, pp. 133-161. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

MOTA, Patrícia Flávia, FERREIRA, Artur Viana e SIRINO, Marcio Bernardino. Ciep como espaço de educação social: apontamentos sobre o programa especial de educação. In Revista Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro, V. 3N.2–pag 113-129(jul/out2017): “Número Especial Darcy Ribeiro”.

MOTTA, M. S. **A política da educação infantil em São Gonçalo nos contextos dos Planos Municipais de Educação**. São Gonçalo: Ed. Apologia Brasil, 2023.

MOTTA, Marly Silva da. A fusão da Guanabara com o Estado do Rio: desafios e desencantos. In: FREIRE, Américo; SARMENTO, Carlos Eduardo; MOTTA, Marly Silva da (org.). *Um Estado em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. p. 19–56

OLIVEIRA, M. M. **A república abençoada de São Gonçalo**. São Gonçalo: Ed. Apologia Brasil, 2023.

PRATS, Joaquim. **Enseñar Historia**: notas para uma didáctica renovada. Mérida: Consejería de Educacion, Ciencia y Tecnologia. Junta de Extremadura, 2001.

RABELLO, Pedro. **Memória, Cultura Política e Carisma**: Lavoura, Ezequiel e Aparecida Panicet na política de São Gonçalo. Trabalho de Conclusão de Curso (2019).

REVEL, Jacques. Micro-análise e construção do social. In: REVEL, J. (Org.) **Jogo de escalas**: a experiência da microanálise, pp. 15-37. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REVEL, Jacques. Micro-história e macro-história o que as variações de escalas ajudam a pensar um mundo globalizado. **Revista brasileira de Educação**, v. 15, n. 45, set./dez. 2010.

RÜSEN, Jörn, **Aprendizagem Histórica**: Fundamentos e Paradigmas. Curitiba: W & A Editores, 2012.

RÜSEN, Jörn. **Contribuições para uma Teoria da Didática da História**. Curitiba: W & A Editores, 2016.

RÜSEN, Jörn. **História Viva**. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Editora da UNB, 2007.

RÜSEN, Jörn. **Humanismo e Didática da História**. Curitiba: W & A Editores, 2015a.

RÜSEN, Jörn. **Teoria da História**. Uma teoria da história como ciência (Curitiba: Editora da UFPR, 2015b.

SANTOS, Flávia Elaine. O caso do trecho rodoviário Niterói–Manilha da CRT. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7., 2014, Vitória. Anais... Vitória: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2014. Disponível em: [https://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404308893\\_ARQUIVO\\_ArtigoparaoCongressoBrasileirodeGeografos30062014.pdf](https://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404308893_ARQUIVO_ArtigoparaoCongressoBrasileirodeGeografos30062014.pdf). Acesso em: 24/07/2024.

SANTOS, J.J. Carvalhão (2007). Do local ao Global: uma reflexão sobre conceitos e práticas. **Revista Portuguesa de História**, t. XXXIX. pp. 121-152. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. ISSN: 0870.4147.

SANTOS, Milton. **Tecnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do Século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SERNA, Justo & PONS, Anaclet. En su lugar: Una reflexión sobre la historia local y La microanálisis. **Contribuciones desde Coatepec**. Universidad Autónoma del Estado de México, Toluca: México, vol. II, número 004, enero-junio, 2003. pp. 35-56. Disponível em: Acesso em: 25 de setembro de 2009.

SILVA, Renalvo Cavalcante e NETO, Artur Bispo dos Santos. Neoliberalismo e a educação brasileira: a dominância financeira no capitalismo contemporâneo. *In* Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 28, n. 01, p. 192-215, 2021.

SILVA, Stanley Plácido da Rosa. *O Rio de Janeiro e a Guanabara nos anos 1970. Mneme – Revista de Humanidades*, [S. l.], v. 11, n. 28, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/958>. Acesso em: 31 jul. 2025.

STAUFFER, Anakeila de Barros et al (Orgs.). **Hegemonia burguesa na educação pública: problematizações no curso TEMS (EPSJV/Proneira)**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2018.

TAVARES, M. T. G.; BRASIL, D. ; MOORE, E. ; MAIA, Rita de Castro . Creches e pré-escolas comunitárias na cidade do Rio de Janeiro: movimentos de sua história. *In*: Congresso Internacional Cidade e educação na cultura pela Paz, 1996, Rio de Janeiro. Congresso Internacional Cidade e Educação na cultura pela Paz, 1996. v. 1.

TAVARES, M.T.G. Os pequenos e a cidade: O papel da escola na construção do direito a cidade. **Contexto e Educação**, nº 78, ano 22, Editora Unijuí, 2007, pp. 69-92.

TOLEDO, M.A.T. História local, historiografia e ensino: sobre as relações entre teoria e metodologia no ensino de história, **Antíteses**, vol. 3, n. 6, jul.-dez. de 2010, pp. 743-758 <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>.

VOLOTÃO, G.S.R. e GUIMARÃES, T.C. de A. O provimento do cargo de diretor em São Gonçalo: Gestão democrática? *In*: **Vº Congresso Nacional de Educação**, 2018.

### Sites e fontes

<https://extra.globo.com/noticias/extra-extra/aparecida-panisset-condenada-devolver-7milhoes-uniao-8118151.html>.

<https://www.ihu.unisinos.br/noticias/504950>.

[prefeituradesaogoncaloderrubacasaondeumbandanaceu  
#:~:text=A%20Prefeitura%20de%20S%C3%A3o%20Gon%C3%A7alo,construir%20o%20Museu%20da%20Umbanda](http://www.prefeitura.saogoncaloderrubacasaondeumbandanaceu.br/~:text=A%20Prefeitura%20de%20S%C3%A3o%20Gon%C3%A7alo,construir%20o%20Museu%20da%20Umbanda).

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/edson-ezequiel-de-matos>.

<https://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL1036919-5606,00-PULGAS+RESISTEM+E++ESCOLA+DE+SAO+GONCALO+PERMANECE+FECHADA.html>.

### Fontes escritas

Dossiê Escola Municipal Luiz Gonzaga – 15/11/2006 .

Processo Luiz Gonzaga 2008.004.034750-8 Resumo dos fatos e pedidos Pronunciamento do MP.

Manifesto em prol da Escola Municipal Luiz Gonzaga e de sua História no município de São Gonçalo, no Rio de Janeiro.

Ata de reunião com Semed em 02/04/2007.

Reportagem da uol Professores e funcionários de São Gonçalo mantêm greve na rede municipal. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2008/06/04/professores-e-funcionarios-de-sao-goncalo-mantem-greve-na-rede-municipal.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 28/08/2023.

Ata segunda reunião por quê estamos em greve – Reuniao E.M. Luiz Gonzaga – 28/05/2008. Jornal *O Fluminense* – 24/06/2008.

Professores e funcionários de São Gonçalo mantêm greve na rede municipal... - Veja mais em <https://educacao.uol.com.br/noticias/2008/06/04/professores-e-funcionarios-de-sao-goncalo-mantem-greve-na-rede-municipal.htm?cmpid=copiaecola>.

### **Fonte Oral**

Depoimentos dos participantes do MPLG

**ANEXO** – Peça: Escola Municipal Luiz Gonzaga, uma escola de resistência

### **Roteiro**

Título: Escola Municipal Luiz Gonzaga, uma escola de resistência

Autor: Brunno Linhares Rocha

Gênero: Drama

Número de atos: Ato único

Duração aproximada: 50 minutos

### **Ato I**

#### **Cena 1**

Local: Clube Mauá

Personagens: Prefeita

Narrador: No ano de 2006, um grande empreendimento na zona metropolitana fluminense é anunciado pelo Presidente da República. Trata-se do COMPERJ, o Complexo Petroquímico do Estados do Rio de Janeiro. Este complexo industrial prometia a diversificação de produtos feitos a base de petróleo e um grande desenvolvimento econômico para as cidades envolvidas. A sede do complexo seria em Itaboraí, mas São Gonçalo teria também seu protagonismo, seria a sede do Centro Integrado do Comperj, o CICOMPERJ, onde a mão de obra especializada seria formada. Veremos como este fato influenciou diretamente nossa escola.

No palanque político ao lado do presidente da república e outras lideranças políticas. A prefeita anuncia que são Gonçalo será sede do CICOMPERJ, em 2006.

[Prefeita] - Estão abertas as portas para a nova era de São Gonçalo, o CICOMPERJ nos eleverá a outro nível. Vamos construir São Gonçalo!

#### **Cena 2**

Local: Sala de aula

Personagens: professoras: Marina e Rosália. Alunos: João, Rebeca, Samuel e Davi

Narrador: Dias depois, na sala de aula da EMLG, durante a aula de História, a professora Marina anuncia aos alunos a desapropriação da EMLG.

[Marina emocionada] – Queridos, hoje eu tenho um anúncio muito triste para dar pra vocês. Nossa escola foi cedida a Petrobrás e teremos que desocupá-la.

[Rebeca - ]Como assim, fessora? A gente vai estudar onde?

[João] - Obaaa, não vou precisar estudar mais (risos).

[Marina] – Engraçadinho... Senta aí! É muito sério o que está acontecendo. Vão derrubar a nossa escola.

[Rebeca] Mas a gente vai estudar onde, professora?

[Marina] – Pode parecer piada, mas infelizmente não é. Vamos ficar provisoriamente em um posto de saúde desativado.

[Davi] – Mas tem sala de aula em posto de saúde?

[Samuel] – Esse nessa rua em frente, Marina?

[Marina] Esse mesmo, da rua principal. Mas não temos ideia das condições de lá pra abrigar uma escola. De uma coisa eu tenho certeza, não é uma ambiente para funcionar uma escola.

[Rebeca] Mas professora, o que é essa tal de CICOMPERJ?

[Marina] – O CICOMPERJ é o Centro Integrado do Complexo petroquímico do Estado do Rio de Janeiro, onde preparam as pessoas pra trabalharem no COMPERJ.

[Rebeca] Mas por que derrubar a escola? Não poderia ser em outro lugar?

[João] – Não dá para gente dividir a escola com eles, não?

[Turma] Risos

[João] É sério. Pra gente não precisar sair.

[Samuel] A gente pode fazer alguma coisa pra impedir isso? Isso é uma injustiça, a gente tava aqui primeiro, agora eu vou ter que estudar no CTI por causa de um monte de gente que nem é daqui. Não aceito isso, não

[João] Eu também não

[todos os alunos] Nem eu

[Marina muito emocionada] – Essa indignação de vocês é a mesma que eu carrego. Nós juntos vamos fazer o que for possível pra defender nossa escola

Entra Rosália

[Rosália] Marina, minha amiga! Queridos alunos! Eu escutei sua fala, Marina e vim aqui pra dizer que vocês podem contar comigo pra lutar até o final pelo Luiz Gonzaga.

[Todos] Aplausos e comemoração. Todos se abraçam fervorosamente.

### **Cena 3**

Local: sala dos professores

Personagens: Marina, Rosália, Ediel (diretor do Sepe) e Diego (merendeiro),

Narrador: Na sala dos professores, professores e funcionários administrativos conversam sobre a desapropriação da escola e discutem como apresentar resistência.

[Rosália] - Que emocionante o envolvimento dos alunos na nossa luta, Marina. Não vamos esmorecer, vamos à luta e vamos defender nossa escola.

[Marina] Sim, minha amiga também me sensibilizei. Mas é importante agora que a gente converse com os pais e responsáveis. Temos que marcar uma reunião ampla, essa é luta é de todos nós.

[Ediel] – Vamos fazer isso agora. A direção do Sepe está acompanhando o caso de perto, estou fazendo o meio-campo. Que dia podemos marcar com os pais?

[Todos] terça

[Ediel] Ótimo, vamos começar hoje mesmo a convidá-los.

[Marina, saudosa] – Ai, o Luiz Gonzaga foi tão importante na minha história. Aqui eu tenho minhas melhores lembranças profissionais, eu amo tanto essas crianças e amo poder fazer a diferença na vida delas.

[Rosália] – Marina, a gente sofre tanto nessa carreira, é tanta desvalorização, tanta paulada que a gente leva, mas o que me faz dormir com a cabeça leve no travesseiro é saber que estamos do lado certo.

[Marina, lacrimejando] Fé, minha amiga, fé.

[Ediel] Fé e luta. Estou indo imprimir os panfletos chamando pra reunião. Até mais

[Todos] Até mais.

[Marina] Os meninos fizeram uma pergunta em aula que ficou na minha cabeça. Por que derrubar a escola? Não poderiam fazer em outro endereço o Cicomperj?

[Diego] Pensemos por um instante. Nós estamos ao lado da Semed, temos um histórico de resistência, a gente incomoda.

[Marina] Tem isso, e também a localização do Luiz Gonzaga é bem central, daria muita visibilidade pro projeto. Mas por que derrubar uma escola central, que atende a tantos bairros?

[Rosália] Acho que é uma salada disso tudo aí. Nós temos uma função agora que é impedir isso. Eles querem que a gente vá para o antigo SAMDU. Não há condições nenhuma de funcionar uma escola lá. Tem até um necrotério lá.

[Diego] Pois é, isso vai mexer com a cabecinha das crianças

[Marina] Dos adultos também, não quero trabalhar com fantasmas

Todos riem

[Diego] Vai ser uma loucura quando eles descobrirem isso. Deus me livre.

[Marina] Bom, vou pra sala agora. Aproveitar cada minuto.

Todos levantam e saem

#### **Cena 4**

Local: Posto em frente a Emlg e a Semed

Personagens: Marina, Rosália, Ediel (professores), Rita (mãe de aluno) e Cosme (funcionário da Semed)

Narrador: A escola fora fechada e a reunião fora proibida de acontecer na escola. As lideranças do movimento decidiram realizar a reunião na rua, no posto de gasolina em frente a escola.

[Marina] - Nós fomos proibidos de realizar a reunião dentro da escola, isto é uma afronta a essa comunidade escolar. Um desrespeito aos pais, alunos e servidores que estão aqui.

[Rosália] É isso, Marina. Querem tirar nossa escola e nos colocar em um local insalubre, a biblioteca vai funcionar onde era a uti. Tem ideia do quanto isso é grave?

[Rita - mãe com filho recém-nascido] - Não podemos deixar acabar com a escola de nossos filhos. Eles falaram que é provisório. Quando entregaram essas novas dependências que eles prometeram?

[Ediel] O prazo dado foi primeiro trimestre de 2007. Mas eu duvido!

Entra funcionária da Semed e convida todos a entrarem na Semed para se reunir.

[Cosme] - Boa tarde, vim convidar vocês a se reunirem na secretaria de educação.

[Rosália] - Claro né, estamos chamando muita atenção na rua. Vamos, sim. Tem ar condicionado, né.

[Cosme] - Sim.

Narrador: Na saída da reunião Marina e Rosália conversam.

[Marina] - Vamos produzir este Manifesto e distribuir. Está fundado o Movimento em Prol do Luiz Gonzaga.

Marina e Rosália e outros voltam distribuindo o manifesto para a plateia

## **Cena 5**

Local: Dependência provisória da Emlg, antigo Samdu, corredor do necrotério

Personagens: João, Rebeca, Marina, Rosália, câmera e repórter.

Narrador: Nas dependências provisórias do Luiz Gonzaga dois alunos se perdem e vão parar no corredor do necrotério, o local mais temido da escola.

[João] - Rebeca, a gente se perdeu. Acho que estamos perto do necrotério, Eu tô com medo, tenho pavor de fantasmas.

[Rebeca] - Eu também! SOCORRO!!!

[João] - Você está sentindo isso? (João começa a se coçar.) Fantasma coça? Ahhhh... EU ACHO QUE TENHO ALERGIA A FANTASMA. (se coça loucamente).

[Rebeca] Acho que eu também tenho

[Rebeca apontando] – João ... É PULGA!

Os dois saem

Entram Marina e Rosália se coçando

[Rosalia] - Meu deus, o que é isso??? Esses meninos jogaram pó de mico na escola?? A que ponto chegou a gracinha dessas benções.

Entra Rebeca se coçando

[Rebeca] É pulga, professora

[Marina e Rosália] O que?

[rebeca] Elas atacaram a mim e João agorinha.

[Marina] Temos que chamar a defesa civil e interditar a escola. Todo mundo tem que sair agora. Todos saem

Narrador: A notícia viralizou e no dia seguinte a mídia estava na escola.

Entram repórter e câmera

[repórter] Estamos aqui na Escola Municipal Luiz Gonzaga, onde ontem teve um surto de pulgas e a escola foi interditada. A professora Rosália concordou em nos dar entrevista e contar um pouco melhor essa história.

[Rosália] Bom dia, ontem nós estávamos trabalhando normalmente, quando do nada, todos começaram a se coçar. Achei que fosse arte desses meninos, antes fosse. Nós tivemos uma infestação de pulgas.

[repórter] Eu percebi que a escola é uma antigo posto de saúde adaptado. Como é possível uma escola funcionar em um lugar desses?

[Rosália] Com muita entrega nossa, muito amor e dedicação aos alunos. Senão nada seria possível. As condições são as piores possíveis, há um necrotério dentro da escola, as salas de aula são antigos escritórios e a biblioteca funciona onde era a uti.

[repórter] Obrigada, professora. Wiliam, é com você no estudio.

Todos saem

## **Cena 6**

Local: Em frente a Semed

Personagens: Marina, Rosalia, Rebeca, Rita

Didascália: Manifestação em frente a Semed pedindo a entrega da escola.

[Marina 1] Já se passaram 3 anos e nós ainda estamos naquele chiqueiro que é o prédio que vocês nos colocaram. Até infestação de pulga nós tivemos. Nós exigimos a entrega da nossa escola.

[Rosália] É isso mesmo, Marina. Nossos alunos não merecem passar por essa humilhação, eles têm direito a um lugar digno e com salubridade para estudar.

[Rebeca] Gente, eu estou muito indignada, a todo momento é uma coisa nova. Tirarm nossa escola, nos colocaram em lugar que não servia nem pra ser posto de saúde, quanto mais p ser escola, um lugar mal assombrado e ainda fui atacada por pulgas.

[Rita - Mãe com filho ] Vocês têm razão. Estamos há 3 anos lutando e não vamos arredar o pé da luta. Só vamos parar quando tivermos nossa escola funcionando em um lugar digno, é direito nosso.

Fecham-se as cortinas

### **Cena 7**

Local: Novas dependências da escola.

Personagens: [Marina, Rosália e Rita]

Narrador: Após 3 anos e meio de luta, a EMLG é reinaugurada em novo endereço. Este que agora estamos. No ato de comemoração da conquista, Marina, Rita e Rosália discursam.

[MARina] Hoje vencemos uma luta que durou 3 anos.

[Rosália] Mas nossa escola está de pé e vencemos esta luta.

[Rita] Graças a nossa luta e persistência que uniu toda a comunidade escolar.

Todos entram e entoam o coro “ Ra RA RuRu, o Luiz Gonzaga é nosso!”

Fim.